

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – NÍVEL DE MESTRADO**

**Ednilson Celestino Ferreira**

**VIAGEM AO FUNDO DA TERRA À PROCURA DA ESCOLA PÚBLICA**

**SOROCABA/SP**  
**2008**

**Ednilson Celestino Ferreira**

**VIAGEM AO FUNDO DA TERRA À PROCURA DA ESCOLA PÚBLICA**

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano

**SOROCABA/SP  
2008**

**Ednilson Celestino Ferreira**

**VIAGEM AO FUNDO DA TERRA À PROCURA DA ESCOLA PÚBLICA**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação na Universidade de Sorocaba.

Aprovado em 26/08/2008

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Wilson Sandano – Uniso  
Orientador e Presidente da Banca

---

Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho –  
Unicamp  
1º Examinador

---

Prof. Dr. Jorge Luis Cammarano González –  
Uniso  
2º Examinador

**Sorocaba/SP  
2008**

## **Dedico**

À minha amada esposa Adriana pela paciência e companheirismo nas horas mais difíceis e ao meu filho Tales que é a razão de minha vida.

## **Agradecimentos**

Quero agradecer, de maneira especial, a Mariano e Eunice que são grandes companheiros e exemplos na trajetória de minha vida, aos quais tenho a honra e orgulho de chamá-los de meus pais;

ao restante de meus familiares que me apoiaram nesta tarefa;

ao meu amigo “irmão” Professor Doutor Jorge Luiz Cammarano Gonzáles que nos momentos de desalento esteve ao meu lado me amparando e incentivando a continuar em busca de meus objetivos;

ao meu mestre e orientador Professor Doutor Wilson Sandano, personagem fundamental para o desenvolvimento deste meu trabalho;

aos meus amigos Charleny Lagoa, Cibele da Silva, Fernanda Furian, José Guilherme, Luciana Gasparelo, Paula Stefânie e Sérgio Silva que contribuíram para organização e desenvolvimento desta pesquisa;

à minha amiga Fátima Maruci pela ajuda precisa na revisão deste trabalho e que muito contribuiu tecnicamente para construção das frases do texto;

aos professores, dirigentes de instituições, sindicalistas, empresários e amigos que me acolheram, me incentivaram e colaboraram na produção de material de pesquisa;

a toda comunidade do Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho” que nos deram exemplos de perseverança para a materialização de suas objetivações, sem os quais, esta pesquisa não teria razão de existir.

## RESUMO

Este trabalho, vinculado à Linha de Pesquisa “História e Historiografia: Políticas e Práticas Escolares”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, aborda as relações entre Educação Escolar e Movimentos Sociais e foca o movimento organizado por moradores do Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho” na década de 1990, em torno da reconstrução da quadra esportiva da Escola Estadual “Antônio Vieira Campos”. O campo investigativo deste tema circunscreve-se ao contexto de crescimento das políticas neoliberais, cujo ideário se estabelece por volta de 1990, norteando o processo de normalização e regulação das políticas públicas do Brasil e, por extensão, das diretrizes pertinentes à educação escolar. O problema pesquisado nesta dissertação visa investigar se o movimento social conduzido por pais, alunos, professores, funcionários e sindicalistas, a partir do ano de 1995, em prol das reformas do prédio escolar, da Escola Estadual “Antônio Vieira Campos” teria relação com a defesa da escola pública, universal e gratuita. Objetiva-se discernir as relações entre movimento social e escola pública resgatando a trajetória histórica da referida unidade escolar. Trata-se de apreender a historicidade de um contexto “micro” e local em suas múltiplas mediações por meio: (1) da análise do campo teórico que examina os movimentos sociais e sua categorização; (2) do desenvolvimento econômico do município de Sorocaba na década de 90 do século passado com ênfase na criação do espaço urbano que contextualiza esta pesquisa; (3) da imprensa concebida como fonte documental de pesquisa historiográfica e (4) da entrevista de moradores e participantes do movimento organizado na perspectiva de construção da escola Estadual “Antônio Vieira Campos”, até chegar à queda da quadra esportiva. Constatou-se que os esforços e a organização daqueles que usufruíam da escola localizada no Conjunto Habitacional foram fundamentais para a materialização de um espaço adequado à prática da educação escolar. Sendo assim concluiu-se que no interior das classes populares a escola pública é valorizada e defendida.

**Palavras Chaves:** História, Movimento Social, Escola Pública

## ABSTRACT

This work belongs to the history and historiography area: Politics and Practices: it is about the relation between School Education and social Movement and is about the movement organized by the residents of the Housing Development *Julio de Mesquita Filho* in the 90 decade, about the reconstruction of the Sport Court of the Public School Antonio Vieira Campos. The investigative area of this theme leads to the context of the growing process of the neoliberal politics, which idea sets up around 1990, growing through the restoration and regularization of the public politics in Brazil and the goals in education. The problem investigated in this research is to understand if the social movement led by parents, students, teachers and workers which began in 1995, for the reconstruction of the school building Antonio Vieira Campos has a relation with the Public School defense, universal and free. Its purpose is to understand the relation between social movement and the public school as well the historical trajectory of this school. It is about to learn the historicity of a micro and local context in its several ways in: (1) the investigation of the theoretical area which analyses the social movement and its categories; (2) of the economic development of Sorocaba municipality in the 90 decade in the last century putting emphasis in the creation of the urban space which shows the context of this research; (3) of the press used as documental source of the historiographical research; (4) of the interview of the residents and participants of the movement organized in the perspective of the construction of the Antonio Vieira Campos School, to lead in the Sport Court break down and the social movement born among the residents to build it up again. It is considered that the efforts and the organization of those who took part in the school development process located in the Housing Development were really important to make this reconstruction project come true for the school practice. In this way, I see that in the interior of the popular classes, the public school has its value.

**Key words:** History, Social Movement, Public School.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico I</b> – A origem dos homens no bairro Júlio de Mesquita Filho.....	61
<b>Gráfico II</b> – A origem das mulheres no bairro Julio de Mesquita Filho.....	62
<b>Gráfico III</b> – Ascendência das famílias.....	63
<b>Gráfico IV</b> – Área de atuação profissional dos homens do bairro Julio de Mesquita Filho.....	64
<b>Gráfico V</b> – Área de atuação profissional das mulheres.....	65
<b>Gráfico VI</b> - Nível de escolaridade dos homens do bairro Julio de Mesquita Filho...	65
<b>Gráfico VII</b> – Nível de escolaridade das mulheres do bairro Julio de Mesquita Filho.....	66
<b>Imagem I</b> – Mapa do Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho”.....	60
<b>Imagem II</b> – Escola “Antônio Vieira Campos” construída de madeira .....	75
<b>Imagem III</b> – Inauguração do prédio de alvenaria da Escola “Antônio Vieira Campos”.....	76
<b>Imagem IV</b> – Queda da quadra esportiva da escola “Antônio Vieira Campos”.....	78
<b>Imagem V</b> – Reinauguração da quadra esportiva da escola “Antônio Vieira Campos”.....	86
<b>Tabela I</b> - Brasil: Projetos do Banco Mundial em fase de implementação – cronograma.....	38
<b>Tabela II</b> - Brasil: Projetos do Banco Mundial em fase de implementação – componentes (%).....	39
<b>Tabela III</b> - Código - 34-51-31/ Tipo - Conjunto Habitacional/ Nome – Júlio de Mesquita Filho.....	59

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>1. CENÁRIO EDUCACIONAL NA DÉCADA DE 90: A PROJEÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL</b> .....	<b>18</b>
1.1 – LIBERALISMO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E IDEÁRIO. ....	19
1.2 – NEOLIBERALISMO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL DOS ANOS DE 1990. ....	26
1.3 - AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	36
1.4 – DA CRÍTICA AO PROJETO NEOLIBERAL.....	42
<b>2. MOVIMENTO SOCIAL</b> .....	<b>46</b>
2.1 - CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL. ....	46
<b>3. O MOVIMENTO SOCIAL EM PROL DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO VIEIRA CAMPOS: DA CONSTRUÇÃO À REFORMA</b> .....	<b>51</b>
3.1- SOROCABA NO INÍCIO DOS ANOS DE 1990. ....	51
3.2. - A CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. ....	53
3.3. - PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS MORADORES DO BAIRRO.....	62
3.4 - RUMO À CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO VIERA CAMPOS: A LUTA DOS MORADORES POR UMA ESCOLA.....	68
3.5 - E A QUADRA CAIU .....	78
3.6 - AGORA É A VEZ DE QUEM PARTICIPOU DESSA CONQUISTA.....	87
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>115</b>
<b>ANEXO A – PESQUISA SOBRE AS FAMÍLIAS DO BAIRRO</b> .....	<b>122</b>
<b>ANEXO B – ATA DA REUNIÃO DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA EEPG “ANTONIO VIEIRA CAMPOS”, INFORMANDO O NOVO ENDEREÇO, E A MUDANÇA DO NOME DA ESCOLA. ....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO C - ATA DA REUNIÃO DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA EEPG “ANTONIO VIEIRA CAMPOS”, INFORMANDO O NOVO ENDEREÇO, E A MUDANÇA DO NOME DA ESCOLA. ....</b>	<b>128</b>
<b>ANEXO D – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DEPUTADO HAMILTON PEREIRA - OFICIO Nº200/97. ....</b>	<b>133</b>
<b>ANEXO E - ATA REGISTRANDO A VISITA DE AUTORIDADES PÚBLICAS NA ESCOLA. ....</b>	<b>140</b>

## INTRODUÇÃO

O leitor poderá sentir-se curioso pelo tom pitoresco do título desta dissertação “Viagem ao fundo da terra à procura da escola pública”. Afinal, que objeto de estudo se enquadraria neste tema? A resposta exige uma confissão.

Confesso que o tom irreverente e a genialidade que, a meu ver, marcam essa expressão não foram obras do autor deste escrito, mas resultam de um processo de luta de pais, alunos, profissionais da educação e dos integrantes do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado (Apeoesp) que assim intitularam uma manifestação, ocorrida no dia 20 de junho do ano de 1995: “Viagem ao fundo da terra à procura da escola pública”, marco de outras manifestações que só se encerrariam em meados do ano de 1999. O movimento reivindicava a reforma da Escola Estadual do Primeiro Grau “Antônio Vieira Campos”<sup>1</sup> que naquele instante havia perdido parte de suas instalações físicas, em especial a quadra de esportes.

Esse acontecimento foi provocado por um processo de erosão provavelmente relacionado ao fato de que a unidade escolar fora construída próxima a um olho d’água<sup>2</sup> e, além disso, não foram tomadas as devidas precauções quanto à drenagem do solo para a construção da obra.

O quadro que se desenvolveu a seguir foi: pais e mães angustiadas por acompanharem seus filhos freqüentando uma escola que não oferecia segurança; crianças e jovens submetidos a um espaço limitado de lazer e professores descontentes com a condição do prédio que lhes era oferecido para o trabalho escolar. Esses acontecimentos afloraram entre a comunidade a urgência de organização de um movimento social que pudessem reverter essa situação.

A reflexão sobre esses fatos despertou em mim a intenção de escrever este texto. Compreendo que este seja um grande desafio na medida em que o modelo

---

<sup>1</sup> **Ato de criação e denominação:** Criada pelo decreto 36.599 de 16/03/93, publicada em DOE de 17/03/93, mantida pelo Governo do Estado de São Paulo. Mediante a Lei nº 8.725 de 08/04/94, publicado em 09/04/94, passou a denominar-se E.E.P.G. ‘Antonio Vieira Campos’ posteriormente decreto 7.400/75, Art.º 5, Resolução SE 36/95 de 15/02/95, página 12, passou para E.E.P.S.G. ‘Antonio Vieira Campos’. Parecer nº 67/98, aprovado em 18 de março de 1998, Normas Regimentais Básicas para escolas Estaduais. Capítulo I, Artigo 1º, parágrafo 1º. Publicado no DOE em 20/3/98 - Seção I - Página 13, março de 1998. “As unidades escolares ministram ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação profissional, e denominam-se Escolas Estaduais, acrescidas do nome de seu patronímico.” Quanto à biografia do Senhor Antônio Vieira Campos (03/01/1901 - 18/09/1985), registro a sua atuação no município de Laranjal Paulista, onde chegou a ocupar o cargo de prefeito. (Fonte: quadro biográfico exposto na unidade escolar que recebe o seu nome).

<sup>2</sup> Segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa olho d’água significa: “nascente que rebenta do solo; fonte natural perene.”

neoliberal para a sociedade e, em especial para a educação, avançou a passos largos durante os anos de 1990, realizando transformações no sistema educacional escolar que diminuíram o valor da escola pública.

Trata-se, portanto, de contextualizar a ação dos moradores e observar possíveis vínculos de suas práticas com as propostas de defesa da escola pública num contexto marcado pelo denominado neoliberalismo.

Assim, busca-se no interior da linha de pesquisa: “História e historiografia: políticas e práticas” o entendimento de uma instituição escolar focando o movimento social, que reivindicava sua manutenção num bairro do município de Sorocaba.

Ao apontar que esta pesquisa tem como alvo o estudo de uma instituição escolar reporto-me a Júnior (2002) para ponderar a pertinência dessa tarefa:

De fato, o que convencionamos chamar de história das instituições educacionais tem ocupado cada vez mais no cenário da pesquisa histórico-educacional, envolvendo uma série de pesquisadores espalhados por todo o Ocidente. No Brasil, ainda que com diversas dificuldades, em virtude da inexistência de repertórios de fontes organizados, alguns historiadores e educadores têm-se lançado à tarefa de historiar a educação escolar brasileira através da construção de interpretações acerca das principais instituições educativas espalhadas pelas diversas regiões brasileiras. (JÚNIOR, 2002, p. 20, 21)

Com base nessas considerações, argumento que o estudo de uma instituição escolar poderia ser utilizado como instrumento de mediação para a compreensão da realidade histórica. Nesse sentido, trata-se de investigar o contexto em que os moradores do Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho”<sup>3</sup>, em conjunto com representantes de outros segmentos da sociedade, defenderam a reforma de parte das instalações da Escola Estadual “Antonio Vieira Campos”, resultando assim, na materialização de práticas de mobilização social, denúncias, reivindicações aos poderes públicos e conquistas. Antecipo que esta investigação ocorrerá no terceiro capítulo da pesquisa.

Reafirma-se, então, que, abordar a origem, a formação e os desdobramentos desse processo traz contribuições para a compreensão histórica da unidade escolar, bem como do próprio bairro em que ela está inserida.

---

<sup>3</sup> Jornalista e advogado paulista (14/02/1892 – 12/7/1969). Diretor do Jornal “O Estado de São Paulo” e fundador da rádio Eldorado (1958). Em sua vida política destaca-se a sua atuação na Revolução Constitucionalista de 1932 e seu apoio ao golpe militar de 1964. (fonte: [www.algosobre.com.br/biografias/julio-de-mesquita-filho](http://www.algosobre.com.br/biografias/julio-de-mesquita-filho). (Acessado em 05/05/2008)  
O Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho”, que contava com 3.506 casas, foi entregue pelo Prefeito Antonio Carlos Pannunzio em 21/11/1992.

Assume-se como ponto de partida que a análise de uma instituição escolar objetiva a compreensão dos aspectos inerentes à trajetória de sua materialização, o que revelaria a natureza ímpar de toda a instituição, ou seja, os processos constitutivos dessa instituição escolar, dentre os quais, a que rede escolar a instituição pertence, sua origem, seus níveis e modalidades de ensino, quem nela trabalha e seu público. (SANFELICE, 2006)

Esses elementos contribuem para a compreensão de sua identidade e singularidade no âmbito das instituições escolares. E isso sem desconsiderar que, as políticas educacionais desenvolvidas pelo Estado também são integrantes e reveladoras do processo de materialização e manutenção de uma instituição escolar. Isto significa dizer que a compreensão de como a unidade escolar absorve, adapta-se e reage aos ditames da legislação federal, estadual e municipal contribuiria, em parte, no desvelamento dos eventos circunscritos a ela.

Por outro lado, a materialização de uma instituição escolar pode estar relacionada no desejo, luta e conquista dos moradores de uma cidade, região ou comunidade, bem como, pode estar relacionado aos interesses comerciais ou empresariais. Sobre isto Sanfelice argumenta que:

Os motivos pelos quais uma unidade escolar passa a existir são os mais diferenciados. Às vezes a unidade escolar surge como uma decorrência da política educacional em prática. Mas nem sempre. Em outras situações a unidade escolar somente se viabiliza pela conquista de movimentos sociais mobilizados, ou pela iniciativa de grupos confessionais ou de empresários. A *origem* de cada instituição escolar, quando decifrada, costuma nos oferecer várias surpresas. (SANFELICE, 2006, p. 23)

Sendo assim, pondero que para compreender a relação do movimento social que objetivava a reforma da instituição escolar “Antônio Vieira Campos” é necessário apreender sua singularidade como expressão da complexidade maior estabelecida por políticas normativas de dimensão federal, estadual e municipal e consubstancialmente, é premente abordar a participação dos sujeitos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da efetivação e manutenção desta instituição.

Nessa direção, apresento o seguinte problema: O movimento social conduzido por pais, alunos, professores, funcionários e sindicalistas, a partir do ano de 1995, em prol das reformas do prédio escolar, da Escola Estadual “Antônio Vieira Campos”; teria relação com a defesa da escola pública, universal e gratuita?

Apresento a hipótese de que o movimento social conduzido por esses sujeitos em torno da garantia de um espaço físico adequado para o processo de escolarização, representaria uma dimensão política da luta em defesa do ensino público, universal e gratuito. Entendo ainda que a questão só se justifica se analisada na perspectiva da totalidade histórica, conforme apontam Nosella; Buffa (2005) enfatizando que a descrição pormenorizada de uma instituição escolar por mais atraente que seja ao leitor não pode subtrair a compreensão da totalidade histórica. Ambos insistem na importância de explicar a relação dialética entre o particular e o geral.

Assim objetivo contribuir para a problematização das relações entre movimento social e escola pública; especificamente, pretendo investigar a participação da comunidade do Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho” na trajetória da unidade escolar “Antônio Vieira Campos”, relacionando-a com a luta da classe trabalhadora em defesa da escola pública, além de fornecer elementos para que os personagens do cotidiano escolar possam refletir acerca de sua história e de sua condição social.

Com relação à estrutura deste trabalho, divido-o em três partes, sendo o primeiro capítulo, orientado principalmente por Chaves (2007), apresentando aspectos da teoria liberal, precursora do neoliberalismo; posteriormente trabalharei Hayek (1987) um dos principais pensadores da corrente neoliberal, além disso, buscarei apoio em Azevedo (1997) e Melo (2007) que concentram estudos nas obras de Hayek e Milton Friedman, outro defensor do projeto neoliberal.

A noção dos princípios neoliberais passa a importar na medida em que seu ideário se estabelece atualmente como norteador do processo de normalização e regulação das políticas públicas em diversos países, inclusive no Brasil.

Frente à projeção neoliberal no cenário mundial e seu alcance no Estado brasileiro, entendo ser relevante à apreciação do comportamento dos governos brasileiros, após a ditadura militar (1964 - 1985), diante das investidas dos organismos econômicos internacionais e da própria expansão do capital como tal.

Quanto ao sistema educacional escolar, se estabelece a importância de apreciar alguns aspectos normativos desses governos, bem como, as propostas de “desenvolvimento” econômico e social constituídas nos diversos fóruns nacionais ou internacionais de educação organizados por organismos representantes do capital.

Apono que para discutir as questões postas nestes dois últimos parágrafos buscarei auxílio, sobretudo de Shiroma; Moraes; Evangelista (2002), Neves (2002) e Peroni (2003).

Também pondero ser relevante a indicação dos meios de arrecadação do Estado de São Paulo para a manutenção do sistema educacional escolar, para isso apresentarei contribuições de Fracalanza (1999). Concomitantemente, avalio ser importante tratar do gerenciamento e dos compromissos assumidos em relação ao capital proveniente de empréstimos dos organismos internacionais; nessa etapa da pesquisa contarei com o auxílio de Tommasi; Warde; Haddad (1996).

E para finalizar este capítulo, apresento alguns pensadores que tecem críticas às investidas do projeto neoliberal para o sistema educacional e, em extensão, para outros segmentos e esclarecem que o modelo social proposto pelo projeto neoliberal não é o único possível. Para esta discussão apresento Sanfelice (2005a, 2005b), Duarte (2004) e Mészáros (2005).

No segundo capítulo, orientado por Gohn (2000), considero relevante discutir as definições da categoria movimento social. Nessa fase do trabalho, sinalizo para a diversidade de modelos que teorizam os movimentos sociais, além de apontar para o rigor de parâmetros mínimos na conceituação do tema.

Num segundo momento atribuo aos movimentos sociais, através da concepção de Chauí (1982), um sentido histórico e social, pois são por meio deles que se revelam os antagonismos das diversas classes sociais, ao mesmo tempo em que conferem valores para a materialização das objetivações das classes subalternas.

No terceiro capítulo, além de procurar resgatar os processos que levaram à formação do Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho”, situando-o no contexto histórico do município de Sorocaba, busco apontar processo de materialização da escola “Antônio Vieira Campos”, abordando especialmente o movimento social, iniciado no ano de 1995, em prol das reformas da referida unidade escolar.

Para isso, utilizo-me de fontes dispostas em matérias escritas, principalmente em jornais da época, publicados em Sorocaba e de livros que apresentam o contexto da cidade, faço uso também de entrevistas com pessoas que, de alguma forma, vivenciaram esse momento histórico e que por meio de seus depoimentos ajudam na compreensão do tema.

Não posso deixar de mencionar as fontes provindas de órgãos oficiais da administração pública, bem como, atas escolares que também foram utilizadas nesta pesquisa. Por fim, ofereço fotografias relacionadas ao objeto de pesquisa em questão com a intenção de oferecer ao leitor subsídios para a visualização e interpretação dos fatos.

Caminhando nesta atividade apresento genericamente um panorama das condições políticas, sociais e econômicas do município de Sorocaba no início dos anos de 1990, especificamente do bairro de Ipatinga, local onde foi construído o Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho”. Em seguida, aponto para a intenção do governo de Orestes Quércia (1987 - 1991) em construir, na região do Ipatinga, uma “cidade satélite”<sup>4</sup>; intenção esta que não teve boa repercussão no município, principalmente entre os moradores daquela região.

Ainda no terceiro capítulo, faço referência ao déficit habitacional existente em Sorocaba no início dos anos de 1990, bem como apresento algumas das alternativas encontradas pelos órgãos públicos municipais para amenizar essa questão; entre as alternativas, estava a construção do Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho”.

Nessa etapa, realizo um recorte para apresentar o perfil sócio-econômico dos primeiros moradores do bairro. O levantamento feito é embasado por um questionário que foi apresentado e respondido por pais e mães de 130 famílias.

Para a realização dessa tarefa contei com o auxílio da direção, de professores e alunos do ensino fundamental e médio, da escola “Antônio Vieira Campos”. (ver: anexo A). Registro também que os alunos se propuseram a levar o questionário para casa e devolvê-lo, depois de respondido pelos pais. Observo que a tarefa de realização do questionário muito me cativou, pois alguns alunos disseram que passaram a conhecer coisas de seus pais que até então não sabiam. Além disso, recebi algumas folhas de questionário com textos de incentivo à minha ação, vindos principalmente dos pais.

O referido questionário considerava especialmente a cidade de nascimento dos pais e das mães, a área de atuação profissional e o grau de escolaridade. Ao realizar uma primeira tabulação, apresentei o resultado aos alunos e expliquei que

---

<sup>4</sup> Segundo o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa cidade satélite significa uma “cidade com autonomia administrativa ou sem ela, e cuja vida depende doutra cidade mais desenvolvida, mais ou menos próxima”.

meu interesse concentrava-se nas respostas daqueles que haviam afirmado residir no bairro entre os anos de 1992 (inauguração do Conjunto Habitacional) a 1995 (início do movimento social em prol da reforma da quadra esportiva da escola “Antônio Vieira Campos”).

Parti para outro levantamento priorizando as famílias que foram residir no bairro entre os anos de 1992 a 1995; o número de famílias que interessava para a pesquisa caiu para 70. Os dados colhidos junto às respostas desse grupo orientaram a elaboração dos gráficos deste estudo.

Retornando à condição do novo bairro, constato que nos primeiros anos de sua existência havia carências no atendimento à população, dentre elas estava a ausência de escolas. Assim, averiguo como esses moradores se mobilizaram em torno da materialização de escolas no bairro, especificamente, no que se refere à construção da escola “Antônio Vieira Campos”. Contudo, a materialização de uma escola de alvenaria no bairro foi obscurecida com a queda da quadra esportiva. É nesse instante, que a pesquisa se volta para os momentos que se relacionam à organização da comunidade para reivindicar a recuperação da quadra esportiva da escola, lembrando que apenas há seis meses de sua inauguração a quadra começou a ceder.

Com este objetivo procuro dentre os personagens da época, possíveis relatos e impressões que possam ajudar no processo de pesquisa. Sendo assim, foi desenvolvido um protocolo de entrevistas que orientaram a pesquisa dos objetivos correspondentes a este estudo. Posteriormente, organizei um conjunto de questões que pode ser categorizado como entrevista semi-estruturada já que elaborei os temas a serem discutidos, ao mesmo tempo em que deixei os entrevistados desenvolverem as questões livremente.

Pondero ainda que esta pesquisa possa ser categorizada como descritiva, porquanto foram observadas as características de um grupo: procedência, área de atuação profissional e escolaridade; o nível de atendimento dos órgãos públicos à comunidade do bairro em questão, mantendo ainda a percepção de que os problemas podem ser resolvidos por meio da observação objetiva da análise e da descrição.

Finalmente, reafirmo o desejo de que este trabalho possa contribuir na problematização das relações entre movimento social e escola pública; além, é claro, de preservar parte da história da escola “Antônio Vieira Campos” e de sua

comunidade que foi marcante e decisiva para sua existência. Espero com isso proporcionar elementos para que as pessoas, especialmente aquelas que convivem no Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho”, possam refletir acerca de sua condição social e de sua trajetória na história.

## **1. CENÁRIO EDUCACIONAL NA DÉCADA DE 90: A PROJEÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL**

Por entender que a história de uma instituição escolar não abarca apenas a compreensão dos inúmeros aspectos inerentes à sua particularidade e singularidade, torna-se importante compreender os desdobramentos políticos, econômicos e sociais que direta ou indiretamente influíram na trajetória de determinada instituição escolar.

Nessa direção, orientado por Hayek (1987), Azevedo (1997) e Melo (2007) este capítulo busca compreender aspectos da concepção neoliberal presentes nos direcionamentos dados às áreas de regulação da sociedade, em especial, à educação.

Antes, porém, acredito ser necessário uma rápida apresentação dos conceitos liberais por entender que parte de seus conceitos se estendem ao modelo neoliberal. Para isso, utilizarei como principal referencial teórico Chaves (2007).

Num segundo momento, o capítulo intenciona averiguar como se consolida a projeção neoliberal no Estado brasileiro a partir de meados da década de 1980 e suas conseqüências para o sistema educacional. Para isto é preciso trilhar aspectos inerentes à trajetória dos governos dos presidentes José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Além disso, é importante analisar as relações de comprometimento desses governos para com os organismos representativos do capital nacional e internacional. A pesquisa pretende analisar como tais governos vão consentir e incentivar a intervenção desses organismos na moldagem final das políticas educacionais escolares. Nesta etapa, contarei com o auxílio de autores como Shiroma; Moraes; Evangelista (2002), Neves (2002) e Peroni (2003).

No terceiro momento, o capítulo averigua as fontes de arrecadação para a manutenção do sistema educacional no Estado de São Paulo, priorizando a Quota Estadual do Salário Educação (QESE). Além disso, tece comentários gerais sobre as condições de financiamento do Banco Mundial (BM) para o desenvolvimento do ensino escolar no Estado. Para esta fase do trabalho Fracalanza (1999) e Tommasi; Warde; Haddad (1996) são os referências teóricos a serem utilizados.

Na parte final deste capítulo mediado por produções de pesquisadores como Sanfelice (2005a, 2005b), Duarte (2004) e Mészáros (2005), apresento um

posicionamento à contramão das investidas neoliberais, especialmente, no que se refere ao sistema educacional escolar.

## **1.1 – LIBERALISMO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E IDEÁRIO.**

Na avaliação de Peroni (2003), a crise econômica enfrentada pelos países capitalistas na década de 1970, caracterizada pelas baixas taxas de crescimento, concomitante à elevação do índice de inflação e desemprego, levou-os a buscar novos paradigmas que orientassem sua economia e, ao mesmo tempo, possibilitassem traçar um rumo político consignado aos interesses do capital. Nesse contexto, a ofensiva neoliberal se apresentou como estratégia para superação dessa crise.

Na busca de compreender o significado da orientação neoliberal para as sociedades capitalistas contemporâneas, bem como suas propostas para a educação, pondero ser relevante apresentar mesmo que genericamente alguns pontos constitutivos de sua trajetória histórica e de seu ideário, pois entendo que a apreensão de seus fundamentos facilitaria a compreensão dos desdobramentos políticos e econômicos vinculados à educação brasileira nos últimos anos.

Para tanto retrocedo ao século XVIII quando emerge o ideário Liberal Clássico que tem na essência de sua legitimidade a concepção de igualdade dos cidadãos resguardada pela participação política do cidadão na forma de democracia. Além de preservar conceitos como: a inviolabilidade da propriedade privada, individualismo econômico, liberdade de comércio e produção, obediência às leis naturais de economia, liberdade de contrato e livre concorrência. O neoliberalismo representa na atualidade a materialização dos valores deste movimento ideológico.

É pertinente esclarecer que a doutrina liberal não é arquitetada sob um ponto de vista exclusivo, isto quer dizer que várias vertentes do pensamento liberal foram construídas e renunciadas por díspares autores, com diferentes experiências sociais, durante a trajetória histórica. Contudo é importante a ressalva de que o liberalismo se apropriou do princípio de liberdade de tal forma que passou a interpretá-lo de acordo com seus interesses, ao mesmo tempo em que fez dele seu mote principal:

A filosofia liberal sustenta-se no princípio fundamental de que quando o indivíduo, ao se associar com outros indivíduos, passa a viver em sociedade, a liberdade torna-se o seu bem supremo e, enquanto tal, tem preponderância sobre qualquer outro bem que possa ser imaginado. Alguém vivendo sozinho em uma ilha deserta pode ter outros bens supremos. Mas para nós, que vivemos em sociedade, a liberdade é essencial para e por nos preservar um espaço privado, inviolável, que não possa ser transgredido pelos nossos semelhantes. (CHAVES, 2007, p. 7,8)

Segundo Azevedo (1997), na política liberal clássica o Estado recebe o status de “neutralidade”, passando a interferir minimamente nas relações políticas, econômicas e sociais; sua função é apenas prover alguns bens essenciais para a organização da sociedade.

Nessa teoria vigora a imprescindível mão “invisível” do mercado como provedor das possibilidades de ampliação do bem-estar social.

Os fundamentos da liberdade e do individualismo são tomados aqui para justificar o mercado como regulador e distribuidor da riqueza e da renda, compreendendo-se que, na medida em que potencializa as habilidades e a competitividade individuais, possibilitando a busca ilimitada do ganho, o mercado produz, inexoravelmente, o bem-estar social. (Idem, *Ibid*, 1997, p. 10)

Na tentativa de compreender o arcabouço teórico liberal, recorro à síntese elaborada por Chaves (2007) sobre as características básicas do liberalismo.

O autor aponta que quando aplicado à área política, o liberalismo sustenta a tese de que o melhor Estado é o que menos governa, isto é, um Estado menor tem maior possibilidade de atender às funções básicas do chamado “Estado mínimo”.

O empreendimento das pessoas na busca de satisfazer suas necessidades, interesses e desejos, que no coletivo caracteriza o mercado, é o regulador de maior potencial da atividade econômica. Portanto, aplicado à área econômica, o liberalismo sustenta que o Estado deve se abster de envolvimento, tanto ao que se refere à produção como no que diz respeito à distribuição de riquezas, ou ainda a regulamentação desses processos.

O liberalismo, aplicado à área social defende que o Estado deve abster-se de prover ou regulamentar serviços e bens no campo da educação, da saúde, do trabalho, do meio ambiente etc. Essas empreitadas devem estar a cargo da iniciativa privada.

Conforme Chaves (2007) a área educacional, sob a orientação liberal, deve estar a cargo da iniciativa privada, nesta direção, o Estado deve ser excluído tanto no processo da oferta de serviços e bens como na normatização das atividades. Além do mais, entendendo a educação como elemento participativo no mercado é compreensiva a cobrança dos que vão se beneficiar dela, assim sendo, é contra-senso a noção de educação gratuita. Por fim, embora a educação, em tese, seja um bem que todos deveriam alcançar, ninguém deve ser obrigado a buscá-la. Esta premissa, portanto, é contrária à obrigatoriedade do ensino.

Depois de analisar sucintamente algumas das concepções liberais, faz-se necessário, recorrendo a Azevedo (1997), atentar que o liberalismo se materializou em formas diferentes nos diversos países da Europa e de suas colônias e que a extensão do desenvolvimento das relações orientadas sob seu domínio revelou ainda no século XVIII contradições que se materializaram nas reivindicações da classe trabalhadora, no desenvolvimento do ideário socialista, na Revolução Russa de 1917, na Primeira Guerra Mundial, na crise econômica de 1930, na Segunda Guerra Mundial, nas novas disposições geopolíticas orientadas pela “Guerra Fria”, nas crises econômicas mundiais dos anos de 1970.

Estas contradições, por vezes, contribuíram para a formação de um Estado forte e centralizador, que diminuíram o raio de ação do ideário liberal. Tal condição estimulou os defensores do liberalismo, principalmente nas sociedades ocidentais, a ratificarem ou redefinirem posições na relação entre Estado e mercado. Assim sendo, articulado com as imbricações teóricas e políticas do capitalista, desenvolve-se um novo modelo: o neoliberalismo.

O pensamento de Friedrich August von Hayek representa um dos pilares do modelo neoliberal. Para Hayek (1987) a principal condição para o progresso econômico é a de que os indivíduos estejam prontos a adaptarem-se com rapidez a um mundo bastante modificado. Para ele, os indivíduos só se manterão como homens livres, capazes de escolher seu modo de vida se estiverem prontos a obedecer às injunções desse ajustamento. Além disso, esse autor defende que um mínimo uniforme seja garantido a todos, porém, ao mesmo tempo defende que essa garantia de um mínimo-base deve extinguir as reivindicações de segurança econômica de uma determinada classe com o intuito de não impedir novos concorrentes de alcançar a prosperidade.

Hayek centra seus argumentos na questão do valor e afirma que “o valor realiza-se na mercadoria, em relação com a utilidade final que esta apresenta para o indivíduo.” (MELO, 2007, p. 197)

Isso quer dizer que o valor da mercadoria está disposto no quanto o indivíduo se propõe a pagar por ela. Portanto, desejo e vontade individual representam um dos fundamentos do próprio capitalismo.

Para Hayek (1987) o indivíduo não é um sistema em equilíbrio, ao contrário, ele muda seus interesses em suas relações com outros indivíduos e com as instituições. Esse argumento revela o posicionamento desfavorável ao planejamento da economia. Assim, só o sistema de livre concorrência, baseado na ordem espontânea dos mercados livres no capitalismo, é que sustenta as condições para o desenvolvimento da sociedade. A base de toda a sociedade está, portanto, centrada na liberdade individual, que por sua vez, está direcionada à tradição da civilização ocidental no que tange aos valores do sistema de preços que regula a livre concorrência.

Melo aponta para a defesa que Hayek realiza em relação ao capitalismo:

A apologia que Hayek faz do capitalismo prossegue, em sua obra, no sentido de indicar como o estado deve ter suas funções limitadas ao planejamento para a concorrência e como a democracia deve ser limitada aos interesses dos indivíduos que, em última instância, se realizam no mercado. A democracia – se é que esta seja necessária – limita-se aos interesses expressos por esta força que é o mercado, deixada livre a dimensão da vida dos indivíduos. (MELO, 2007, p. 198)

Assim, o elemento chave da concepção neoliberal é o posicionamento contrário à intervenção do Estado na organização social e política. Tal como na concepção dada pelo liberalismo clássico, aspira-se à ampliação das regulações dadas pelo mercado e se pretende minimizar as intervenções estatais, além disso, promulga-se a liberdade individual como valor máximo. Sobre o individualismo Hayek afirma:

O individualismo (...) tem como características essenciais o respeito pelo indivíduo como ser humano, isto é, o reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões na esfera individual, por mais limitada que esta possa ser, e a convicção de que é desejável que os indivíduos desenvolvam dotes e inclinações pessoais. (HAYEK, 1987, p. 40 e 41)

De acordo com a corrente neoliberal, ao Estado se credita exclusiva e unicamente o controle da criação de medidas mantenedoras da ordem; por outro lado, no que tange à economia, a corrente neoliberal enfatiza que as ações do Estado nesse campo restringem-se a dar garantia à liberdade individual.

Referendada a necessidade de distanciamento nas relações entre Estado e economia e maximizada a ação do mercado nos delineamentos entre capital e trabalho, a concepção neoliberal reserva às políticas públicas a responsabilidade das crises enfrentadas pelas sociedades contemporâneas, pois entende que:

A intervenção estatal estaria afetando o equilíbrio da ordem, tanto no plano econômico como no plano social e moral, na medida em que tendem a desrespeitar os princípios da liberdade e da individualidade, valores básicos do ethos capitalista. (AZEVEDO, 1997, p. 12)

Nessa direção, são apontadas as críticas mais contundentes dos neoliberais à intervenção do Estado nos diversos campos da sociedade e que se materializa nas políticas públicas:

- a ingerência do Estado atravança os princípios da liberdade;
- as políticas públicas possibilitam a formação de práticas corporativistas entre funcionários do governo, monopólios existentes nas indústrias e entre as diversas categorias de trabalhadores;
- o favorecimento de um setor ou outro da economia alude a uma artificial igualdade de condições de concorrência;
- o desenvolvimento de programas de proteção aos trabalhadores inibe a iniciativa, a competitividade e gera um grupo de acomodados e dependentes que contribuem para a alteração do equilíbrio do mercado;
- a criação de subsídios para aplacar as taxas de desemprego – salário desemprego – enfraquece as pressões sobre a quantidade de trabalho oferecida, impede a diminuição dos salários e a ação reguladora do mercado;
- a criação das políticas sociais resulta em despesas para o Estado e contribui para o aumento do déficit público, daí decorrendo a necessidade de arrecadações cada vez maiores que, em última instância, desembocam no aumento da carga tributária.

Segundo Azevedo (1997) a ingerência do Estado no que tange às políticas educacionais, especialmente no que se refere ao ensino básico<sup>5</sup>, é analisada positivamente por alguns pensadores neoliberais como Friedman<sup>6</sup>, que visualiza na ampliação das oportunidades educacionais o fator imprescindível para a redução das desigualdades.

É necessário, porém, esclarecer melhor a extensão dessa concepção. Embora defenda a responsabilidade do governo em garantir acesso de todos ao nível básico de ensino, o legado neoliberal, de acordo com Azevedo (1997), postula que os poderes públicos devem dividir as responsabilidades com o setor privado, objetivando estimular a competição, o mercado e a qualidade dos serviços, definindo assim, a liberdade das famílias no que diz respeito à escolha da escola de suas crianças, adolescentes e jovens. Paralelamente, subtrair-se-ia o monopólio estatal e em consequência diminuir-se-iam os gastos públicos.

Avançando para outros níveis de ensino, o neoliberalismo se posiciona contrariamente aos financiamentos públicos para complementação de estudos de caráter profissionalizante, especialmente o superior, pois entende que:

os subsídios à formação profissionalizante dos indivíduos não podem ser justificados pelo que vão proporcionar aos beneficiários individualmente, e sim pelas vantagens que podem resultar para a comunidade em geral. Qualquer tipo de educação que se volte para o treinamento vocacional não deve, pois, ser subsidiada pelos fundos públicos, dado que um melhor preparo profissional vai se refletir, no futuro em melhores salários. Em se tratando de um meio de valorização do capital humano, o ensino profissionalizante deve ser, portanto, totalmente privatizado (...). (AZEVEDO, p. 16. 2007)

Porém, Azevedo (1997) ressalta que nas proposições de Friedman são previstas as possibilidades de empréstimos financeiros, na forma de bolsas de estudos para alunos talentosos que não possuam recursos financeiros para manter seus estudos, os quais, porém, após a valorização do seu capital humano devem ressarcir os cofres públicos.

---

<sup>5</sup> De acordo com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional brasileira, Lei 9394/96 Art. 21, par. II “educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio”, embora para instituições como o Banco Mundial Ensino Básico refere-se apenas ao Ensino Fundamental.

<sup>6</sup> É forte a presença de Hayek e de Milton Friedman nos postulados neoliberais, estes ideólogos sistematizam e dão teor discursivo para a manutenção do capitalismo diante das crises do século XX. Azevedo esclarece que em sua produção *A Educação como Política Pública* (1997), utiliza-se do clássico de Hayek: *Os Fundamentos da Liberdade* (1983) e de Milton Friedman: *Capitalismo e Liberdade* (1984), tal obra apresenta-se direcionada a proposta neoliberal para a educação.

Pondero que seja importante observar minimamente o conceito de capital humano e, para isso, recorro a Frigotto (1996) que explica que essa teoria desenvolveu-se no grupo de estudos do desenvolvimento coordenados por Theodoro Schultz nos Estados Unidos da América, na década de 1950. A idéia em torno deste conceito está atrelada a um acréscimo de instrução, treinamento e educação, que, por sua vez, possibilita um acréscimo de capacidade de produção. Desta forma, a qualificação ou grau de educação passa a ser indicativos de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas que potencializam a capacidade de trabalho e produção.

Realizada esta mediação, retomo ao posicionamento neoliberal que afirma que as crises enfrentadas pela educação, bem como suas causas, resultam das políticas públicas assumidas pelo Estado, diante disso, a corrente neoliberal aponta como solução para as crises educacionais a subordinação às leis que regem os mercados. Sobre isto discorre Azevedo:

Quando, pois, a política educacional é estuda segundo as categorias analíticas próprias à tradição de pensamento neoliberal, a sua dimensão enquanto política pública – de total responsabilidade do Estado -, é sempre posta em xeque. Neste contexto, os problemas que se identificam como causadores da crise dos sistemas educacionais da atualidade são vistos como integrantes da própria crise que perpassa a forma de regulação assumida pelo Estado neste século. No extremo, concebe-se que a política educacional, tal como outras políticas sociais, serão bem sucedidas, na medida em que tenha por orientação principal os ditames e as leis que regem os mercados, o privado. (AZEVEDO, 1997, p. 17)

Portanto, o ideário neoliberal que prima pela valorização da livre iniciativa dos indivíduos nas relações sociais políticas e econômicas, relaciona o sistema educacional escolar às leis que regem o mercado, definindo a participação mínima e/ou quase inexistência do Estado na organização da relação oferta/procura do “serviço educacional”.

No próximo item, a pesquisa buscará verificar a projeção liberal no Brasil nos anos de 1990, especialmente nas relações estabelecidas com o sistema educacional.

## 1.2 – NEOLIBERALISMO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL DOS ANOS DE 1990

Com as crises da sociedade capitalista de pós-guerra, o neoliberalismo que ganhara força de expressão no fim dos anos 1970, na Inglaterra com o governo de Margareth Thatcher, sustentava a redução de investimentos nas políticas sociais, controle sobre os déficits públicos e controle sobre os sindicatos. Tais parâmetros governamentais foram incorporados à América Latina<sup>7</sup> que, face às necessidades de empréstimos financeiros, submeteu-se às exigências dos organismos econômicos internacionais. Assim, com todo este controle, a relação de dependência ao capital estrangeiro tornou-se patente. “Nos anos de 1990, na América Latina, começamos a observar sinais daquilo que, em outros lugares do mundo, já vinha ocorrendo: a ofensiva neoliberal e sua proposta de globalização da economia.” (PERONI, 2003, p. 103)

Lima (2002) considera que desde a década de 1980 as instituições conhecidas como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização Mundial de Comércio (OMC) e Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) adquirem poder regulador sobre a economia dos países pobres.

Estes organismos vêm realizando, a partir de então, o desmantelamento das instituições do Estado Nacional com o objetivo de garantir a operacionalidade das bases capitalistas: abertura comercial, privatização dos bens e serviços produzidos pelo Estado e desregulamentação das relações entre trabalho e capital.

No Brasil, o governo federal e os estaduais passaram a ajustar as políticas sociais, em especial, o sistema educacional escolar às exigências feitas pelos representantes das instituições capitalistas nacionais e internacionais.

Na tentativa de alcançar a compreensão de alguns aspectos vinculados às políticas educacionais no âmbito federal e estadual nos anos de 1990 no Brasil,

---

<sup>7</sup> Os pontos básicos do projeto neoliberal para a América Latina foram sistematizados no chamado *Consenso de Washington*, em 1989 que previa medidas como: ajuste fiscal; redução do tamanho do Estado, privatização; abertura comercial; fim das restrições ao capital externo; desregulamentação da economia, entre outros.

convém retroceder ao processo de redemocratização do Estado brasileiro datado na década de 1980.<sup>8</sup>

Após vinte e um anos de governos militares, o Colégio Eleitoral Brasileiro<sup>9</sup>, composto por Deputados Federais e Senadores; elegeu em 15/01/1985 o civil Tancredo Neves para a presidência da República do Brasil, entretanto, Tancredo faleceu (21/04/1985) antes de tomar posse e para o seu lugar foi indicado o candidato à vice-presidência José Sarney, que já estava no cargo desde 15/03/1985. Iniciou-se então o que o próprio Tancredo chamara antes de seu falecimento de “Nova República”.

Na presidência da República, Sarney foi apoiado por uma frente política denominada Aliança Democrática composta principalmente por políticos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido da Frente Liberal (PFL). O governo Sarney, se por um lado promulgava uma nova Constituição que em parte atendia aos trabalhadores, pois se inspirava nos ideais do Estado do bem-estar europeu, por outro apresentava planos econômicos ineficazes para o combate aos altos índices de desemprego e de inflação<sup>10</sup>.

Dentre esses planos estava o “Plano Cruzado” que, desenvolvido no ano de 1986, pelo ministro da Fazenda Dílson Funaro, apresentava como principais medidas: congelamento de preços, substituição da moeda nacional de Cruzeiro para Cruzado, “gatilho salarial”, determinando que os salários fossem reajustados sempre que a inflação chegasse a 20%. Outro plano econômico que vale destacar é o “Plano Verão”, desenvolvido no ano de 1989, pelo ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, apresentava como pontos de destaques a retomada do pagamento dos juros da dívida externa e as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). No plano interno, congelou preços e salários e substituiu a moeda nacional de Cruzado para Cruzado Novo.

Os últimos três anos do governo Sarney (1987-1989) foram marcados por crises econômicas resultantes de planos econômicos ineficazes que contribuíram para o desequilíbrio financeiro do setor público e aumento da dívida externa. No

---

<sup>8</sup> O texto “Queda da ditadura e democratização do Brasil” de Francisco de Oliveira (2002) fornece compreensão deste período histórico brasileiro.

<sup>9</sup> No dia 25 de abril de 1984, a Câmara dos Deputados não aprovou a emenda Dante de Oliveira que estabelecia eleições diretas para a presidência da República, frustrando a expectativa de milhões de brasileiros que haviam participado do movimento conhecido como “diretas-já”.

<sup>10</sup> Na análise de Anderson (2003) alguns economistas, ligados ao Banco Mundial, defendiam uma hiperinflação para a economia brasileira a fim de que a população aceitasse democraticamente as políticas neoliberais mais drásticas como solução.

plano político, Shiroma; Moraes; Evangelista (2002) assinalam que, segundo pesquisas, a população considerava o governo péssimo ou ruim, num claro indício de descontentamento.

Nesse contexto, cabe salientar a presença de políticos que representavam os setores sociais, vinculados ao regime militar, continuaram a ocupar lugar de destaque no cenário político governamental.

Quanto às diretrizes dadas à educação escolar, o governo manteve as bases herdadas do regime militar.

Mello e Silva indicam que um dos indícios da manutenção dessa herança teria sido a criação, sob a tutela do MEC – e em meio a uma teia de interesses contraditórios-, da UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e o incentivo ao processo de municipalização do ensino de 1º grau. Em um primeiro momento, os secretários estaduais de educação e os próprios membros da UNDIME se posicionaram favoravelmente a iniciativa. Estabeleciam condições, porém: descentralização e acompanhamento da alocação dos recursos...a reestruturação dos órgãos municipais de ensino...Logo se percebeu que as condições estabelecidas estavam fora das possibilidades políticas do momento, que a proposta de descentralização era apenas aparente...Decorrência dessa política foi o aprofundamento da dualização entre as redes municipais e estaduais, uma das principais responsáveis pela falta de integração entre estados e municípios...Uma política que, desde sua formulação, ainda no regime militar, impediu que se consolidasse um sistema efetivo de cooperação entre as três esferas, federal, estadual e municipal, gerando a duplicação, sobreposição e má gerência de recursos. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002, p.45, 46)

Contudo, a magnitude da crise pela qual perpassava o Estado brasileiro não impediu as discussões no meio da comunidade educacional escolar quanto às reivindicações de mudanças que objetivavam a melhoria do ensino.

As propostas de mudanças no sistema educacional decorriam dos partidos políticos de oposição e das associações científicas e sindicais da área, como a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPEd), a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), a Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE). Alguns periódicos, como a Revista Educação & Sociedade e as reuniões anuais, como a da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre outros, foram fundamentais nesse processo.

Ainda, segundo esses autores, as propostas apresentadas pelas referidas instituições tinham em sua essência a defesa da melhoria da qualidade na educação, que por sua vez, se desdobravam em inquietações pertinentes à permanência do educando na escola, ao transporte e ao material didático, à

necessidade de adequação e aparelhamento das instalações escolares, especialmente bibliotecas e laboratórios. Outros itens abarcados nas propostas relacionavam-se à valorização e qualificação dos profissionais de educação, à democratização da gestão, ao financiamento da educação e por fim, à ampliação da escolaridade obrigatória ofertada pelo Estado.

Essas proposições não esgotam a pauta de mudanças e implementações sugeridas pelas instituições representativas dos profissionais da área da educação escolar ou por representantes de outras áreas afinadas ou preocupadas com a educação, porém nos dão base para compreender as posições delimitadas por esses grupos quando da organização da Assembléia Constituinte<sup>11</sup> em 1987.

Concomitantemente aos trabalhos da Constituinte, iniciaram-se as discussões em torno do projeto para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que revelou um breve momento de euforia por parte dos educadores, contudo, não tardou para que suas recomendações fossem diluídas:

O primeiro projeto, delineado por Dermeval Saviani, foi apresentado a Câmara Federal, pelo Deputado Octávio Elísio (PMDB-MG), em 1988, quando era ministro da educação Carlos Sant'Anna [...]. O texto apresentado por Elísio recebeu emendas e, em dezembro de 1988, foi relatado pelo deputado Jorge Hage (então PSDB-BA, depois PDT). Ciente da importância do que estava por vir, a comunidade educacional permaneceu organizada por meio do 'Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB'.

O projeto de LDBEN aprovado em 1996, no entanto, não corresponderia às aspirações alimentadas em quase duas décadas. Nos descaminhos da tramitação do projeto, sobressai-se a carta posta na mesa, em maio de 1992, pelo governo Collor. O senador Darci Ribeiro (PDT-RJ) apresentou texto próprio no Senado, atropelando as negociações inconclusas na Câmara dos Deputados...Apresentada como uma lei moderna, a LDBEN, n. 9.394, de dezembro de 1996, teria como norte o século XXI. (SHIROMA; MORAES ; EVANGELISTA, 2002, p. 50, 51)

Essa fase representou um golpe nas aspirações de parte da comunidade educacional que assistiu à pulverização de suas propostas referentes à ação do Estado na valorização da escola pública, gratuita e universal. Digo parte da comunidade educacional, pois as novas facetas das políticas educacionais, alinhadas ao interesse do capital, que se perpetraram na década de 1990, receberam apoio de intelectuais do campo da educação escolar.

---

<sup>11</sup> Um dos principais acontecimentos políticos do governo Sarney foi a elaboração de uma nova Constituição para o país, realizada por uma Assembléia Nacional Constituinte eleita em 15 de novembro de 1986. A Assembléia Nacional Constituinte iniciou seus trabalhos em 1º de fevereiro de 1987, sendo que a nova Constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988.

A amostra dos descompassos existentes entre comunidade educacional pôde ser sentida nos conflitos existentes durante a constituinte de 1987 relacionados à destinação de verbas públicas a instituições escolares, sobre isto escreve Oliveira:

Desta forma, no que diz respeito à destinação de verbas públicas para a educação, no plano programático, defrontaram-se no processo constituinte três grupos de interesses, que formularam bandeiras próprias para o debate, a saber:

1. Os defensores da escola pública estatal, que propunham a aplicação exclusiva das verbas públicas nas escolas públicas;
2. Os setores confessionais, notadamente católicos, mas também metodistas e presbiterianos, que defendiam uma diferenciação entre as escolas públicas, classificando-as entre estatais e não estatais e se autotransferindo nestas últimas. Para estes setores, a aceitação da tese da exclusividade estaria condicionada à alteração no conceito de público, passando este a abraçar as escolas estatais e não-estatais;
3. O setor privado-empresarial que, apesar de não se opor ao repasse de verbas públicas (muito pelo contrário!), centrava suas demandas na não-ingestão do Poder Público na regulação das anuidades escolares (OLIVEIRA, 2004, p. 156)

Na percepção de Neves (2002), as entidades confessionais e laicas foram decisivas na elaboração do capítulo sobre a educação na Constituição de 1988. Ainda para a autora, o relacionamento entre a aparelhagem estatal e sociedade civil frente ao neoliberalismo brasileiro, posto em execução no início da década de 1990, fomentou uma mudança na natureza das políticas do Estado e um reordenamento das organizações da sociedade civil. As políticas neoliberais postas em prática reestruturaram o sistema educacional a contento dos interesses da escola privada confessional e laica.

O governo de Fernando Collor de Melo (1990 - 1992)<sup>12</sup> é apontado por Shiroma; Moraes; Evangelista (2002) como o definidor dos conceitos e práticas embrionárias da implementação do modelo neoliberal no Brasil na medida em que as forças de mercado encontravam ressonâncias nas políticas de liberalização e desregulamentação, somadas a uma consciência social conservadora. De fato, o governo Collor ajustou a economia brasileira às exigências de reestruturação global dando início à privatização das empresas estatais e à venda de imóveis do governo.

---

<sup>12</sup> Collor foi empossado como presidente da República no dia 15 de março de 1990, no dia seguinte de sua posse foi apresentado o plano Collor que, no primeiro momento recebeu apoio da opinião pública. Entre as medidas do plano estavam: extinção do cruzado novo e a volta do cruzeiro; bloqueio de poupanças e contas correntes com valores superiores a NCz\$ 50.000,00 e extinção de onze empresas estatais.

O novo modelo produtivo que se estabelecia exigia uma redefinição da educação para a qualificação profissional dos trabalhadores. Além do que, cada vez mais se afinavam os discursos que defendiam o desenvolvimento tecnológico como meio de se conquistar competitividade no mercado.

A qualificação profissional dos trabalhadores posta pelas mudanças na base técnica de produção de mercadorias demandavam das práticas formativas escolarizadas novas diretrizes e princípios. Nessa perspectiva, a educação, caracterizada como educação para o mundo do trabalho, passou a representar um ponto nevrálgico para a sustentação da nova dinâmica produtiva. A educação escolar passa a receber atenção especial dos organismos internacionais, tais como: a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Mundial, (BM), entre outros, que pretendiam operar nas definições das políticas públicas não apenas no Brasil, mas também, em toda a América Latina.

É relevante observar que empresários e vários educadores estiveram imbuídos de pôr em prática a nova proposta educativa que, acentuou sua objetivação nos diversos fóruns em encontros internacionais e nacionais promovidos por organismos representativos dos interesses do capital.

Um desses encontros foi a “Conferência Mundial de Educação para Todos”, realizada no ano de 1990, em Jontiem (Tailândia), patrocinado por UNESCO, UNICEF, PNUD, e o BM. Contou ainda com a participação de cento e cinquenta Estados e de vários organismos não-governamentais.

Os países representados nesse encontro assinaram uma declaração comprometendo-se a assegurar a educação básica e de qualidade a crianças jovens e adultos. O Brasil, integrante do grupo conhecido como “E 9” – países com maior taxa de analfabetismo –, assumiu o compromisso, no decênio relativo à década de 1990, de desencadear ações dentro das estratégias e metas que conformassem as preposições estabelecidas na Conferência. Resumidamente, vejamos, segundo Torres quais foram às metas:

1. expansão da assistência e das atividades de desenvolvimento da primeira infância, (...) especialmente para as crianças pobres (...);
2. acesso universal à educação básica até o ano de 2000;
3. melhoria dos resultados da aprendizagem;
4. redução da taxa de analfabetismo entre os adultos (...);

5. ampliação dos serviços de educação básica e de formação para outras competências necessárias a jovens e adultos (...);
6. aumento, por indivíduos e famílias dos conhecimentos, capacidades e valores necessários para viver melhor e para conseguir em desenvolvimento racional e sustentável por meio dos canais de educação (...). (TORRES, apud. SHIROMA; MORAES ; EVANGELISTA, 2002, p.60)

Torres assinala ainda os procedimentos a serem adotados por esses países:

1. promover um contexto de políticas de apoio no âmbito econômico, social e cultural;
2. *mobilizar recursos financeiros, públicos, privados e voluntários*, reconhecendo que o tempo, a energia e o financiamento dirigidos à educação básica constituem o mais profundo investimento que se possa fazer na população e no futuro de um país;
3. *fortalecer solidariedade* internacional, promovendo *relações econômicas justas e eqüitativas* para *corrigir* as disparidades econômicas entre as nações, priorizando o apoio aos países menos desenvolvidos e de menores ingressos e *eliminado os conflitos* e contendas a fim de *garantir um clima de paz*. (TORRES, Apud. SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, p. 61)

Nas palavras do autor percebe-se a intenção de corrigir as manobras sócio-econômicas orientadas pelo sistema capitalista, mas em nenhum instante anota-se a erradicação de suas bases e/ou de suas diretrizes.

Além disso, diversas forças políticas e econômicas articulam-se na intenção de transformar o sistema educacional escolar num instrumento de apoio para a conexão dos países mais pobres ao sistema globalizado de economia. Por fim, os organismos multilaterais são chamados para atuar conjuntamente com os governos, pois o que está em jogo é a própria paz mundial. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002)

Ainda neste caminho Peroni (2003) formula que na década de 1990, o governo brasileiro mantém largo diálogo com os representantes do capital no que tange aos direcionamentos das propostas educacionais.

Ainda segundo a autora, em agosto 1992, num seminário intitulado “Ensino Fundamental & competitividade empresarial”, promovido pelo Instituto Herbert Levy<sup>13</sup> e pelo Ministério da Educação, percebiam-se as linhas que eram dadas à educação nacional.

---

<sup>13</sup> O Instituto Herbert Levy é registrado como uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos que atua através de projetos nas áreas de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Educação e Cultura, Ciência e Tecnologia.

O seminário teve como objetivo a elaboração de uma proposta para a ação do governo quanto às diretrizes educacionais. Ao diagnosticar a situação da escola pública fundamental, os participantes do evento concluíram que o problema da educação brasileira não era a evasão escolar, mas a repetência. Assim, espelhando-se nas reformas educacionais da Inglaterra e do Chile, os participantes propuseram ao governo duas ações para equacionar o problema:

- a) “O estabelecimento de um sistema de controle de qualidade” e
- b) “O estabelecimento de um mecanismo objetivo e universalista de arrecadação e repasse de recursos mínimos para assegurar os insumos básicos necessários para a operação eficaz e eficiente das escolas, dentro das atuais condições da economia brasileira, cujos recursos permitem, segundo estimativas, alocar 300 dólares por ano nas escolas públicas de primeiro grau”. (OLIVEIRA; CASTRO, Apud. PERONI, 2003, p.88)

Continuando na perspectiva de sublinhar a interferência internacional sobre as políticas educacionais brasileiras, recorro a Shiroma; Moraes; Evangelista, (2002) que destacam a atuação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Tal organismo intensificou nos anos 1990, através do documento econômico intitulado *Transformación Productiva con Equidad*, a compreensão de que a reforma do sistema produtivo e a difusão de conhecimentos eram essenciais na construção de uma moderna cidadania.

Portanto, a escola abarcaria a função de ‘capacitar’ o aluno a apreender os códigos da modernidade concebida como o conjunto de conhecimentos necessários para a participação da vida pública e produtiva da sociedade moderna. Neste arcabouço, caberia à escola preparar o aluno para o mercado de trabalho. Ainda nesta proposta o termo equidade é tomado como a capacidade de igualar as oportunidades de acesso, tratamento e de resultados para todos.

Mesmo com todo esforço, o governo Collor foi incapaz politicamente de afirmar um projeto de ajuste da sociedade brasileira que incluísse a educação escolar à nova (des)ordem mundial sob o signo da mundialização do capital. Sua incapacidade política se tornou fundamental para a realização de seu impeachment<sup>14</sup>. (FRIGOTTO, 2002)

---

<sup>14</sup> No início do ano de 1992, graves denúncias de corrupção, envolvendo funcionários do governo, foram apresentadas pela imprensa, o Congresso Nacional constituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que comprovou diversas irregularidades. Vendo que não havia possibilidades de ser absolvido, Collor enviou mensagem ao Senado renunciando à presidência da República no dia 29 de dezembro de 1992.

Os governos que sucederam a Collor, Itamar Franco (1992 - 1994)<sup>15</sup> e Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998), (1999 - 2002)<sup>16</sup> deram continuidade à implantação do ideário educativo atrelado aos interesses dos organismos internacionais e do capital, pois acataram e ajudaram a implantar as normas dadas pelos organismos internacionais.

As diretrizes mundiais para a educação foram delineadas pela UNESCO e, como resultado da iniciativa desse organismo, foi formada a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, que reuniu especialistas de várias regiões do mundo, tendo como coordenador o francês Jacques Delors. Essa comissão produziu entre os anos de 1993 e 1996 o relatório Delors que orientou a revisão da política educacional de vários países.

O documento expressa que as péssimas condições sociais vivenciadas por parte da população mundial são resultados do ideal de progresso tão difundido no mundo globalizado. Ainda, indica que as principais tensões a serem resolvidas no século XXI são: levar o indivíduo a tornar-se cidadão do mundo sem perder de vista a ligação com a comunidade; mundializar a cultura sem descaracterizar as culturas locais, adaptar o indivíduo ao conhecimento científico e tecnológico; conciliar a competição com a solidariedade; respeitar as convicções pessoais. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002)

O documento também assinala os três grandes desafios do século XXI:

- a) ingresso de todos os países no campo da ciência e da tecnologia;
- b) adaptação das várias culturas e modernização das mentalidades à sociedade da informação e;
- c) viver democraticamente, ou seja, viver em comunidade. (SHIROMA; MORAES ; EVANGELISTA, 2002, p. 66)

Assim, segundo os autores, recai sobre a educação a responsabilidade de defender a paz através dos preceitos de compreensão mútua entre os povos,

---

<sup>15</sup> O vice-presidente, Itamar Franco assumiu a presidência da República, sendo que em maio de 1993 escolheu o sociólogo Fernando Henrique Cardoso para ocupar o Ministério da Fazenda com a função estabilizar a economia. Foi criada a Unidade Real de Valor (URV), um indexador que passaria a corrigir diariamente os preços; finalmente em 1º de julho de 1994, foi introduzida uma nova moeda, o real, substituindo, então os cruzeiros reais. O plano foi recebido com euforia pela população uma vez que estabilizou a economia e possibilitou aumentou do consumo de produtos

<sup>16</sup> Respaldo pelo Plano Real, Fernando Henrique Cardoso venceu as eleições de 1994 ainda no primeiro turno. Com o objetivo de atrair o capital internacional, o governo propunha o fim do monopólio estatal do petróleo, das telecomunicações e da energia elétrica com a privatização das empresas destes e de outros setores. Eleito pela segunda vez em 1998, Cardoso continuou o seu projeto de integrar a economia nacional aos mercados internacionais promovendo liberalização do mercado, desregulação do governo e privatização de empresas.

tolerância, identidade cultural, partilha do conhecimento, entre outros. O novo conceito de educação passou a ser educação ao longo de toda a vida, que seria alcançado através de quatro tipos de aprendizagem: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender ser e aprender a viver junto. Os responsáveis para efetivação dessa aprendizagem usariam a comunidade local, autoridades oficiais e a comunidade internacional.

O Relatório Delors prescreve orientações precisas aos vários níveis de ensino, adequando as práticas à concepção de educação que se orienta pelos valores modernos da sociedade neoliberal. Exemplos disso são as orientações sobre o ensino médio:

As recomendações apresentadas pela comissão, nesse caso, revelam uma concepção claramente elitista: esse nível de ensino teria como objetivo a revelação e aprimoramento de talentos além de preparar técnicos e trabalhadores para o emprego existente e desenvolver a capacidade de adaptação a empregos inimagináveis. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002, p. 67, 68)

A inserção dos organismos internacionais e das orientações neoliberais na política educacional brasileira avança com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em meados da década de 1990, que segundo Peroni (2003), além de significar o cumprimento dos compromissos assumidos no Plano Decenal da Conferência de Jomtien, sinalizava para a reestruturação produtiva e de competitividade presente na economia globalizada.<sup>17</sup>

Todas essas proposições neoliberais que envolvem o novo mundo do trabalho submergiram não só o ordenamento jurídico do Estado Brasileiro, como também afetaram diretamente a classe trabalhadora, quer nas disposições de trabalho, quer nos conceitos ideológicos que derivam dessa lógica. Sobre isto Ramos argumenta:

A ideologia da empregabilidade difundiu a idéia de que, quando mais capacitado o trabalhador, maiores as suas chances de ingressar e/ou permanecer no mercado de trabalho. Seduzido por essas ideologias, a classe trabalhadora passou a se mobilizar pela melhoria de seus padrões de escolarização. A volta a escola tem sido uma das características dos últimos anos. (RAMOS, 2004, p. 37, 38)

---

<sup>17</sup> Em seu trabalho Peroni (2003) faz um estudo pormenorizado quanto às orientações dos organismos internacionais na elaboração dos PCNs, seu processo de elaboração e aprovação.

A ideologia da empregabilidade carrega a intenção de levar o trabalhador a adaptar-se às mudanças socioeconômicas do capitalismo. O trabalhador seria, portanto, o portador da força de trabalho a ser explorada. Força de trabalho esta, a ser preparada na escola.

Encerro este item concordando com Melo que aponta que as conseqüências imediatas da realização do projeto neoliberal para a sociedade e a educação brasileira entre os anos de 1980 e 1990 constituíram-se:

Como um reforço a uma dimensão individualista e meritocrática do trabalho e da educação; valorizando a formação de competências e habilidades; amortecendo a dimensão social coletiva da educação; dissociando cidadania da formação científica e tecnológica para o trabalho; e provocando exclusão entre os diversos níveis de ensino. (MELO, 2007, p. 189)

No item a seguir analisarei as fontes próprias do Estado de São Paulo na captação de recursos destinadas ao custeio de obras escolares, como também, examinarei alguns investimentos do Banco Mundial no sistema educacional escolar neste Estado.

### **1.3 - AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

A pesquisa não pretende esgotar a compreensão de como o Estado de São Paulo definiu sua política educacional ante as determinações postas pelo conjunto de interesses dos organismos econômicos nacionais e internacionais. Trata-se de apresentar um panorama dos atos normativos e de regulação que têm definido a política de captação de recursos para a construção e manutenção de escolas.

Ressalta-se, segundo análise de Fracalanza (1999) que o financiamento da educação no Estado não depende exclusivamente das instituições econômicas internacionais. Existem também outras fontes derivadas dos tributos e impostos federais ou estaduais que mantêm o sistema educacional escolar. Atentando para este fato, é preciso remeter às disposições e alterações na legislação que disciplina os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. A Emenda nº 24/83, (Emenda Calmon) de 1983, determinou a aplicação nunca menos 13% da receita de impostos da União na manutenção e desenvolvimento do ensino,

enquanto que Estados e municípios deveriam aplicar nunca menos de que 25% dos recursos captados através dos impostos.

Para Fracalanza (1999), com a promulgação da nova Constituição em 1988, os patamares de aplicação foram alterados; de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal, a União deveria aplicar na manutenção e desenvolvimento de ensino nunca menos do que 18%, enquanto Estados e municípios destinariam o montante nunca inferior a 25%. Assim, a nova Constituição, em relação à emenda Calmon, manteve os mesmos percentuais de aplicação destinados ao desenvolvimento e manutenção do ensino para os Estados e municípios, e aumentou em 5% a alíquota federal.

De acordo com o autor supracitado, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) dispunha, até a década de 90, das seguintes fontes de financiamento para a educação:

Tesouro do Estado;

- Quota Estadual do Salário-Educação (QESE);
- transferências federais;
- recursos próprios;
- recursos vinculados aos Fundos Especiais de Despesas.

Os recursos do *Tesouro do Estado* são originados pela arrecadação tributária do estado e representam a parcela mais importante dos recursos da Secretaria da Educação. Controlados pela Secretaria da Fazenda do estado, os recursos do tesouro destinados à educação são depositados numa conta do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) que, por sua vez, efetua as transferências diretamente para as unidades de despesas correntes, principalmente no pagamento de pessoal (...). (FRACALANZA, 1999, p. 98)

O autor ainda explica que:

Os *recurso próprios* da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo têm origem nos rendimentos de juros e correção monetária de aplicação de capitais ociosos do '*Fundo de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo*'<sup>18</sup> Fundesp no mercado financeiro. (...) *recursos vinculados aos fundos especiais de despesa* compreendem as taxas cobradas pelo departamento de recursos humanos provenientes da comercialização da produção vegetal, animal e de derivados animais das escolas rurais. Tais recursos não transitam nem pelo Tesouro nem pelo Fundesp, sendo gastos nas próprias unidades geradoras. (Idem, *ibid*, p. 99, 100)

---

<sup>18</sup> Grifos meus.

Diante da natureza desta pesquisa, importa compreender um pouco mais sobre a QESE, uma vez que o financiamento de obras escolares está imbricado em sua configuração. Nesta direção Fracalanza indica que:

Os recursos originados das outras fontes (...) são depositados em uma conta Banespa em nome do Fundo de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Fundesp). Os recursos do Fundesp têm importância estratégica para o planejamento e a gestão das políticas educacionais formuladas pela Seesp (...) Sem dúvida, a fonte de recursos mais importante para o Fundesp é a Quota Estadual do Salário Educação (QESE). Esta não pode financiar despesa com pessoal e sua aplicação destina-se exclusivamente para o financiamento do Ensino Fundamental, principalmente no custeio de obras escolares, despesas com material permanente e merenda escolar. (FRACALANZA, 1999, p. 98)

Fracalanza (1999) explica que o salário-educação foi criado pela Lei nº 4.440 de 27/10/64 e reformulada pelo Decreto 87.043 de 1982. A QESE visa suplementar os recursos públicos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino de primeiro grau através da obrigação compulsória das empresas comerciais, industriais e agrícolas:

O salário-educação a ser pago pelas empresas é calculado por meio de uma alíquota de 2,5% sobre a folha de Salário-Contribuição (FSC). Dois terços do total dos recursos integram a Quota Estadual do salário-Educação (QESE). A QESE é repassada aos estados de origem proporcionalmente à arrecadação realizada em cada estado. Uma segunda conta, referente ao outro um terço dos recursos, é enviada para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Estes originam a Quota Federal do Salário-Educação (QFSE) que retorna aos Estados em programas de iniciativa própria do MEC, voltados para a melhoria da eficiência escolar e a formação integral no Ensino Fundamental. O repasse de recursos federais para o estado de São Paulo tem sido, historicamente, de pequena monta. Isso ocorre porque os recursos da União são distribuídos tendo como principal critério a diminuição das disparidades regionais. (FRACALANZA, 1999, p. 99)

Na década de 1990, a rede escolar pública contou também com recursos financeiros provenientes de organismos internacionais que, em troca, estabeleciam projetos e metas direcionados a educação escolar. Nesta direção, a pesquisa toma por base alguns aspectos da relação estabelecida com um desses organismos, a saber: o Banco Mundial. Na tentativa de entender essa relação, é pertinente a compreensão de algumas concepções inerentes ao BM para a liberação de capital.

Segundo Torres (1996) o BM não apresenta idéias isoladas, mas uma proposta articulada e com ideologias definidas que buscam a qualidade dos

sistemas escolares para os países em desenvolvimento, sendo que as indicações do BM para a educação são feitas basicamente por economistas que, dentro da lógica econômica, comparam a escola a uma empresa, valorizando, especialmente a relação custo-benefício e taxa de retorno.

Subentende-se assim, que a possibilidade de obtenção de financiamentos perpassa a concordância de diretrizes impostas pelo BM, lembrando que tais diretrizes, que organizam o processo educativo escolar a ser implementado, redundam no alinhamento aos aspectos técnicos e econômicos do capitalismo.

Segundo Tommasi; Warde; Haddad (1996) o BM, através da experiência acumulada em projetos desenvolvidos no Brasil durante a década de 1980 (EDURURAL, ou Nordeste I), aponta como causa da ineficiência da educação pública no Brasil: a falta de livros didáticos, prática pedagógica imprópria e baixa capacidade de gestão. Dessa forma, o BM estabelece como ações prioritárias: a providência de livros didáticos, a melhoria das habilidades dos professores em técnicas de sala de aula e elevação da capacidade de gerenciamento setorial. Esses três itens são componentes de todos os projetos financiados.

Outro componente comum a todos os projetos é o financiamento da infraestrutura (construção e/ou reforma de escolas) que, ao contrário, não é um componente indicado como prioritário nas definições estratégicas do banco. (TOMMASI; WARDE; HADDAD, p. 199)

Os autores indicam ainda que o BM apóia o desenvolvimento de projetos estaduais que objetivem a melhoria da qualidade da educação primária e que podem servir de modelo para o resto do país (projetos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais). Neste percurso, ao que se refere à educação, o cronograma do projeto do Banco mundial para regiões ou Estados do Brasil, em especial São Paulo, apresenta-se disposto de acordo com a seguinte tabela:

**Tabela I - Brasil: Projetos do Banco Mundial em fase de implementação – cronograma**

	São Paulo	Paraná	Minas Gerais	Espírito Santo	Nordeste II	Nordeste III
<b>Início das negociações</b>	1987	1992	1992	1992	1988	1988
<b>Preparação do projeto</b>	1988-1989	1993	1993	1993	1990-1991	1990-1991
<b>Aprovação</b>	junho de 91	outubro 94	maio de 94	(?)	maio 93	novembro 93
<b>I depósito</b>	junho de 92	(?)	Junho 95	(?)	(?)	(?)
<b>Duração prevista</b>	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos
<b>Desembolso</b>	15 anos	15 anos	15 anos	15 anos	15 anos	15 anos
<b>Abrangência</b>	Pré-escola ciclo básico	1º grau	1º grau	Pré-escola e ciclo básico em 12 municípios	1ª a 4ª séries do 1º grau	1ª a 4ª séries do 1º grau

Fonte: (TOMMASI; WARDE; HADDAD, 1996, p. 202)

O tempo entre as negociações e a efetiva aprovação do projeto é muito longo e as alternâncias de governos nesse ínterim representam modificações nos projetos, atrasos de pagamentos e descompromisso com o que foi elaborado anteriormente. Com tudo isto, porém, compete destacar que “O Projeto do Estado de São Paulo, na sua *formulação original*,<sup>19</sup> segue ao ‘pé da letra’ as orientações estabelecidas pelo Banco na época (...).” (Idem, *ibid.* p. 204) e sobre o mesmo repousava grande interesse do BM, pois por meio dele pretendiam-se estudos e divulgação de resultados através de conferências anuais.

O projeto São Paulo, assim como foi o projeto EDURURAL, inclui um componente importante de pesquisa e avaliação que contribuirá para a compreensão de que tipos de investimentos educacionais representam uma maior relação custo-benefício para a melhoria do rendimento escolar de crianças de baixa renda (Banco Mundial, *apud.* TOMMASI; WARDE; HADDAD, 1996. p. 204)

O gráfico apresentado a seguir registra a porcentagem de recursos a serem empregados com diversos componentes relativos ao sistema educacional escolar.

<sup>19</sup> grifos meus.

**Tabela II - Brasil: Projetos do Banco Mundial em fase de implementação – componentes (%)**

Componentes dos projetos	São Paulo	Paraná	Minas Gerais	Espírito Santo	Nordeste II	Nordeste III
1º grau	76,6%	90%	75,7%	41%	90,2%	93,2%
-Melhoria da rede física	57,2%	38%	16,5%	X*	51,2%	52,2%
-Capacitação	2,9%	14%	19%	X	7,6%	7,6%
-Livros didáticos e material pedagógico	13,4%	38%	40%	X	31,3%	33,2%
-Merenda escolar	3,1%	-	-	-	-	-
-Educação pré-escolar	11,7%	-	-	52%	-	-
- Desenv. Institucional	1,3%	9%	23%	7%	5,5%	5,4%
- Saúde escolar	5,3%	-	-	-	-	-
- Avaliação e disseminação do projeto	0,6%	1%	X	-	-	-
-Gerenciamento do projeto	0,3%	X	1,4%	X	X	X
-Inovações educacionais	-	X	X	-	1,7%	1,3%
- Componente nacional	-	-	-	-	3,1%	

X valores contidos em outros componentes.

- não contempla o componente.

\* construção de dez centros pedagógicos.

Fonte: (TOMMASI; WARDE; HADDAD, 1996, p. 204)

A observação das duas tabelas anteriores permitiria avaliar que a liberação das verbas financiadas pelo BM aos Estados estaria associada ao cumprimento de um cronograma e no compromisso de alocar os investimentos nos componentes indicados pelo banco.

Assim, poder-se-ia concluir que as políticas públicas do sistema educacional escolar do Estado de São Paulo, uma vez que dependente de um organismo representativo do capital, estaria disposta a reproduzir as bandeiras das práticas capitalistas.

É nesse contexto histórico que a escola “Antônio Vieira Campos” iria surgir, juntamente, com todo o movimento social em prol da reforma de suas dependências. A referida unidade escolar, nas várias dimensões de sua existência, encontrava-se imbricada na ordenação de instâncias superiores e sua manutenção estava, de certa forma, atrelada a essas circunstâncias.

No próximo item, apontarei para concepções de alguns intelectuais contrários à submissão de governos e projetos educacionais escolares vinculados aos interesses do capital com a finalidade de ponderar que o modelo neoliberal para o sistema educacional escolar não é o único possível.

## 1.4 – DA CRÍTICA AO PROJETO NEOLIBERAL

O projeto neoliberal encontra terreno fértil para sua consolidação nos diversos organismos representativos do capital em sintonia com os vários setores da administração pública em suas diferentes instâncias governamentais. Essa tendência que busca materializar o projeto neoliberal na sociedade brasileira em curso e especificamente no sistema educacional tem sido objeto de crítica e contestação.

Alguns dos críticos das políticas neoliberais sustentam a superação do sistema capitalista mediada por uma ação educativa emancipatória que, entre outras coisas, valorize a educação pública e o ensino gratuito e universal como elementos constitutivos da construção de uma sociedade justa para todos.

Um desses críticos é Sanfelice (2005a) que tomando por base o pensamento marxista aponta o Estado, entre todas as instituições, como aquela que desempenha com maior capacidade a tarefa de assegurar e conservar a exploração da classe trabalhadora.

O Estado moderno muito embora coberto por uma relativa autonomia não intervém contraditoriamente no modo de produção capitalista. Ao contrário, é protagonista na preservação da ordem favorável à manutenção da propriedade privada dos meios de produção e do capital. Outro aspecto tratado criticamente pelo autor refere-se à implantação do capitalismo no Brasil. Assim, ele disserta que, enquanto refém do sistema colonial, o Brasil esteve sempre à mercê dos interesses capitalistas dos grandes centros mundiais. Este quadro raramente foi alterado durante a trajetória histórica do nosso país. O autor assinala ainda a distinção entre educação estatal e educação pública e argumenta:

(...) propus que não se identificasse a escola estatal, a educação oferecida pelo Estado, como sendo a escola pública ou a educação pública. Até é admissível que a escola estatal seja a forma pela qual se exerce a ação educativa do público, mas não necessariamente para o público. E público, em uma sociedade com antagonismos de classes, constitui-se em conceito ideológico, uma vez que escamoteia a existência de vários públicos. Para além do conceito de público, oculta-se a associação entre aqueles que controlam o Estado e os que possuem e controlam os meios de produção. (SANFELICE, 2005a, p. 91)

De acordo com tais pressupostos, é possível dizer que as ações do Estado ao que se refere à educação têm por finalidade corroborar os interesses da classe dominante. O autor vai mais adiante ao mencionar que Marx considerava inadmissível que a educação popular estivesse a cargo do Estado, concomitantemente advogava a subtração de toda interferência por parte do governo e da igreja sobre a escola.

Outra indicação desse autor abarca a história da educação no Brasil e os caminhos por ela percorridos, a saber: o caminho das escolas estatais (aquelas construídas e geridas diretamente pelo poder público); o caminho das escolas privadas (que ofertam a educação em diferentes níveis redes e modalidades) e o caminho das escolas públicas (que representam as iniciativas organizadas de grupos sociais que, à revelia do Estado, respondem essencialmente a necessidades e interesses do povo).

Para instituições educacionais formadas no interior das classes populares, articuladas pelos grupos mais sofridos e menos favorecidos da sociedade capitalista e, portanto, desvinculadas dos estratagemas, por um lado, criados pelo Estado e por outro, pelas instituições particulares, o autor classifica uma quarta categoria: a educação popular. No entanto, a inquietação do autor quanto a essa nova categoria alista-se no fato de que, muito embora, suas lutas possam representar ganhos para os trabalhadores, nem sempre são acompanhadas de proposições contrárias à ordem capitalista, pois são pontuais e momentâneas, assim, defende o autor a possibilidade de que a escola pública possa ser construída para além do que sugerem os moldes capitalistas:

O rigor conceitual, à luz do pensamento marxista, não nos permite equalizar escola estatal com escola pública. Quando a historiografia procede dessa maneira, ela não nos ajuda a manter a utopia de que a escola pública é algo a ser construído desde hoje, para além das condições materiais da sociedade capitalista. Ela acaba por nos sugerir que temas candentes como autonomia da escola, inclusão de todos, oportunidades iguais, democratização do conhecimento e outros seriam propósitos reais da sociedade capitalista. Não são! (SANFELICE, 2005a, p.104)

Outro intelectual que tece críticas às relações estabelecidas pela ingerência do capital sobre as políticas educacionais é Duarte (2004). Na ótica desse autor há uma contradição que perpassa a sociedade capitalista e se estende ao campo da educação, ou seja, concomitantemente ao desenvolvimento socializado das forças

produtivas, ocorre a apropriação privada tanto dos meios de produção como dos produtos dessa produção.

Essa contradição atingiu, na atualidade, uma forma particularmente aguda: por um lado, nunca a produção e a reprodução das condições materiais da existência social exigiram tanto a participação do conhecimento e o desenvolvimento intelectual daqueles que atuam no processo produtivo, mas, por outro, a automação diminui o número de trabalhadores necessários à produção material, gerando uma massa cada vez maior de excluídos e a possibilidade de exploração maior dos que estão nos postos de trabalho sob a permanente ameaça do desemprego. (DUARTE, 2004, p. 5, 6)

Na perspectiva do autor, o processo produtivo exige do trabalhador aperfeiçoamento intelectual para a adaptação das ininterruptas mudanças tecnológicas, contudo, o nível de intelectualidade aferido ao trabalhador deve estar arrolado aos interesses da classe dominante, pois assim se entende que o conhecimento estará direcionado à produção de bens e mercadorias, distante do conhecimento destinado a questionar as condições de produção.

A crítica do autor às disposições capitalistas dispostas no neoliberalismo perpassa a concepção de que:

As classes dominantes precisam manter parte da população presa à idéia de que não existe outro caminho para a humanidade a não ser o da total adaptação às regras impostas pelo mercado mundializado. Entretanto, para que as condições de miserabilidade que atingem enormes contingentes da população mundial não produzam reações violentas da parte desses contingentes, seja na forma de insurreições organizadas, seja na forma de gigantesco aumento da criminalidade, comprometendo assim a relativa estabilidade política e econômica necessária à reprodução do capital, são acionados vários tipos de agências sociais voltadas para a difusão de conhecimentos elementares que produzam determinadas atitudes imediatas no cotidiano dos indivíduos, atitudes essas que se traduzam em amenização, a baixo custo, de problemas sociais gerados pela miséria. (DUARTE, 2004, p. 6)

Nesta direção, o sistema educacional escolar é um elemento de valor para que os indivíduos aceitem como legítimas as atitudes voltadas para a reprodução do capital, ao mesmo tempo em que não se apercebam dos problemas sociais gerados por ele.

Mészáros (2005) aponta que, as mais nobres utopias educacionais, forjadas nos interesses de reprodução do capital, não são capazes de eliminar as relações desumanas derivadas dos interesses materiais dominantes, pois:

A razão para o fracasso de todos os esforços anteriores, e que se destinavam a instituir grandes mudanças na sociedade por meio de reformas educacionais lúcidas, reconciliadas com o ponto de vista do capital, consistia – e ainda consiste – no fato de as determinações fundamentais do sistema do capital serem irreformáveis...o capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente incorrigível. (MÉSZÁROS, 2005, p. 26, 27)

Isto significaria dizer que as propostas sociais arquitetadas sob a ótica capitalista e, nelas incluem-se as propostas educacionais, por mais que estejam revestidas de boas intenções, não passam de tentativas reformistas que continuam a processar a exploração do homem pelo homem.

Concluo este capítulo ponderando que, apesar das investidas neoliberais no sistema escolar brasileiro, a defesa da escola pública universal e gratuita deve continuar no foco daqueles que acreditam ser este um viés da possibilidade de construção de sociedade para além do capital.

Essa luta necessitaria ser coletiva. A condução desta tarefa está na medida em que os personagens envolvidos, identificando-se como integrantes de uma mesma condição histórico-social, materializem ações coletivas que possam constituir a apropriação de ideais democráticos na efetivação de conquistas. Além do mais, importa que indivíduos envolvidos pela ação social conjunta desenvolvam mediações para a compreensão da natureza das ideologias que estão no entorno da sociedade, para tanto, a transposição no cotidiano da classe social “em-si” “para-si”<sup>20</sup> representa um fundamento valioso.

Portanto, no próximo capítulo relaciono o conceito de movimento social ao processo histórico criado pelos usuários da Escola Estadual “Antônio Vieira Campos”.

---

<sup>20</sup> O processo de formação do indivíduo para-si envolve um conjunto complexo de fatores, não sendo possível dizer que este ou aquele seja o mais importante. Mas é afirmar-se que determinados fatores são indispensáveis a esse processo. A relação consciente com as objetivações genéricas para si é um desses fatores indispensáveis à formação do indivíduo para si. (DUARTE, 2001, p. 02)

## 2. MOVIMENTO SOCIAL

A pesquisa, neste segundo capítulo, apresenta o caráter plural e complexo das teorias sobre movimento social. Em parte, isto se deve ao fato de que as teorias estão vinculadas a diferentes modelos epistemológicos, sendo assim, poderiam ser amplas as interpretações de uma mesma ação social. Respalda nas observações de Gohn (2000), aponto para escassez de produção literária no Brasil quanto às teorias sobre movimento social, o que, em certa medida, dificulta o trabalho.

Tendo como base Chauí (1982), a pesquisa enfatiza a importância dos movimentos sociais na materialização das objetivações das classes populares, tornando possível, assim, as transformações na sociedade.

### 2.1 - CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL

A pesquisa sobre a participação popular no processo de manutenção de uma unidade escolar delega ao pesquisador o esforço em reconhecer teorias relacionadas aos movimentos sociais, tal necessidade evoca a compreensão daquilo que já foi produzido quanto às definições e classificações da categoria movimento social<sup>21</sup>. A partir dos anos de 1960, o estudo dos movimentos sociais se alongou para os diversos centros acadêmicos na Europa Ocidental e, enquanto objeto científico de análise, esse assunto foi alvo de diversas teorias. Contudo, algumas questões permanecem latentes na produção acadêmica e alimentam grande parte dos debates. São elas: Qual é o conceito de movimento social? O que são esses movimentos? Qual o papel dos movimentos sociais na transição do século XX para o XXI? Teorizar sobre os movimentos sociais não é tarefa fácil, pois eles acontecem em espaços não consolidados que, por vezes, propõem novas estruturas na organização social. Esta tarefa demanda aos cientistas sociais a análise das

---

<sup>21</sup> Gohn apresenta análise dos modelos sobre os movimentos sociais, segundo a autora, as ciências sociais incluem os movimentos sociais como uma sessão dos estudos sociopolíticos e tem como denominador comum analisá-los dentro da problemática da ação coletiva. Segundo Scherer-Warren, “na sociologia acadêmica o termo ‘movimento social’ surgiu com Lorens Von Stein, por volta de 1840, quando este defende a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais.” (SCHERER-WARREN, 1987. Apud. GOHN, 2000, p. 328)

dimensões de crenças, valores, diferenças internas e das ações e eventos em si ou as práticas sociopolíticas desenvolvidas.

Nesta direção, Gohn (2000) aponta para a escassa produção literária no Brasil a respeito das teorias sobre movimento social. Para a autora, as produções brasileiras sobre movimentos sociais caracterizaram-se nas últimas duas décadas do século XX na vitalidade de estudos de natureza empírico-descritiva que incidem na apreciação dos dados da realidade, considerando a divisão dos estudos nas áreas acadêmicas e a utilização teórica do paradigma europeu em suas várias vertentes.

O resultado, por um lado, foi a utilização acrítica de teorias elaboradas no exterior para a análise dos movimentos sociais no Brasil, e na América Latina muitas vezes incorporando categorias que se opõem no debate teórico; por outro lado, o quase completo silêncio sobre o paradigma norte-americano, assim como o seu debate com os europeus, nos anos 80. Destaque-se ainda a ínfima importância dada neste debate à produção e à própria existência dos Movimentos na América Latina e no chamado 'Terceiro Mundo'. (GOHN, 2000. p.10)

Para Gohn “analisar os paradigmas a respeito dos movimentos sociais implica abordar preliminarmente duas difíceis questões: o próprio conceito de movimento social e as teorias a seu respeito.” (Idem, ibid. p.12,13) Trabalhando a primeira questão, a autora afirma que poucos autores se dedicaram a definir o que entendem por movimentos sociais, juntando-se a isto a profusão de tipos e espécies de movimentos sociais que têm sido tratados da mesma forma. Quanto à segunda questão, a autora pondera que “há várias teorias dos movimentos sociais, e cada um tem tido um entendimento sobre o que eles são e a que tido de manifestação social se referem.” (Idem, ibid. p.13)

Ainda segundo a autora, não apenas um conceito sobre movimentos sociais, mas vários, todos eles imbricados em seus respectivos paradigmas. “(...) um paradigma é um conjunto explicativo em que encontramos teorias, conceitos e categorias, de forma que podemos dizer que o paradigma X constrói uma interpretação Y sobre determinado fenômeno ou processo da realidade social.” (GOHN, 2000, p. 13)

Contudo, a noção de movimento social está presente nas diferentes camadas ou esferas da sociedade e, muitos se arriscam a defini-lo como se fosse algo bem mais simples, isto porque o compreendem dentro de uma totalidade entrelaçada por

ações e projeções na sociedade. Sobre isto a referida autora pormenoriza que “movimento social é uma noção presente em diferentes espaços sociais: do erudito, acadêmico, passando pela arena política das políticas e dos políticos, até o meio popular.” (GOHN, 2000, p. 242)

Em seu rigor acadêmico, essa mesma pesquisadora indica diferentes interpretações a respeito dos movimentos sociais e confere a esta variedade três fatores principais:

primeiro: mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se refere ao seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais; segundo: mudanças nos paradigmas de análises dos pesquisadores; terceiro: mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais. Resulta dessas alterações que um conjunto díspar de fenômenos sociais tem sido designado como movimentos sociais. (GOHN, 2000. p. 243)

Para Melucci (2001), a dificuldade de estabelecer consenso teórico-metodológico para os movimentos sociais advém da variedade de abordagens de difíceis nexos entre si, além de haver mais definições empíricas do que analíticas deste objeto de estudo.

Gohn (2000) se recusa a reconhecer a existência, a priori, de uma definição conceitual geral, única e universal para movimentos sociais, porque a definição desta temática pode variar segundo os paradigmas teórico-metodológicos utilizados que dão sustentação ao pesquisador. Porém, a mesma autora estabelece alguns parâmetros mínimos para uma conceituação teórica.

O primeiro consiste em apontar a diferença entre movimento social e grupos de interesses, ou seja, a organização de um grupo de pessoas em torno de um determinado objetivo ou de interesses comuns pode ser um componente do movimento. No entanto, isso não basta para caracterizá-lo como tal. Para a caracterização de um movimento social há a carência de alguns parâmetros entre os membros. “Este grupo deve estar constituído enquanto um coletivo social e para tal necessita de uma identidade em comum. Ser negro, ser mulher são atributos que dão a eles objetivos comuns para a ação.” (GOHN, 2000, p. 245)

O segundo abarca a diferença que deve ser ressaltada quanto ao uso ampliado da expressão movimento social. “Designa-se como movimento a ação histórica de grupos sociais, como o movimento da classe trabalhadora.” (Idem, ibid.

p. 245, 246) Na perspectiva da dialética: é ação da classe em movimento e não um movimento específico da classe.

O terceiro corresponde à diferenciação entre modos de ação coletiva e movimento social. Protestos ou rebeliões são ações coletivas que poderão ser estratégias de um movimento social, mas por si sós, não são movimentos sociais. De acordo com Gohn:

Tarrow (1982) procurou fundamentar esta diferenciação, distinguindo entre organizações de protesto – como forma de organização social – e eventos de protesto – como forma de ação dos movimentos propriamente ditos. Entretanto ele considera movimentos como formas de opinião de massa, seguindo uma conceituação, que se tornou clássica, formulada por Tilly (1978): um movimento social é um fenômeno de opinião de massa lesada, mobilizada em contato com as autoridades. Para Tilly os movimentos seriam a contraparte não-institucionalizada dos partidos políticos, sindicatos, associações, etc [...] lutariam pelo poder e pela institucionalidade de seus interesses (...). (GOHN, 2000, p. 246)

Uma quarta diferenciação corresponde à esfera onde ocorre a ação coletiva. Para a autora “trata-se de um espaço não institucionalizado, nem na esfera pública nem na esfera privada, criando um campo político... trata-se de uma ação coletiva fora da esfera estabelecida pelas instituições.” (Idem, ibid. p. 247) Assim, a institucionalização de uma entidade, muito embora possa representar a atuação num movimento mais amplo, deixa de ser um movimento social stricto sensu.

Diante dos parâmetros mínimos estabelecidos por Gohn (2000), para conceituação teórica dos movimentos sociais, considero que o objeto deste estudo, a saber: as ações da comunidade de uma localidade periférica para garantir o espaço físico-estrutural de sua unidade escolar poderiam se harmonizar na definição de movimento social, pois se subentende que há um coletivo social em os envolvidos possuem identidades comuns. Além disso, esses indivíduos constroem uma história de lutas que, para além da conquista do espaço escolar, direciona-se para outras objetivações visando a melhores condições de vida. As ações desses indivíduos decorrem do sentimento de estarem sendo lesados em seus direitos (saúde, educação, transportes, etc.), portanto, somam esforços com o objetivo de institucionalizar seus interesses. Lembro também que essa trajetória de conquistas, a princípio, desenvolve-se na esfera da ação coletiva num espaço não institucionalizado.

Após relacionar o objeto de pesquisa à categoria de movimento social, considero oportuno apresentar, na definição de Chauí, o valor dos movimentos sociais:

Os movimentos sociais, sejam eles diretamente vinculados à classe operária, sejam eles mais amplos e de cunho popular, sejam, enfim, movimentos de minorias oprimidas, podem não destruir o sistema capitalista, mas são momentos decisivos na história de seu desenvolvimento e de sua reprodução. Quando tais movimentos chegarem a adquirir uma fisionomia revolucionária, isto é, quando tornarem inviável a reposição do sistema, o socialismo se tornará possível. (CHAUI, 1982, p. 126)

Os movimentos sociais indicam os antagonismos sociais presentes na sociedade capitalista ao mesmo tempo em que avançam na direção da superação desse modelo.

Uma apreensão histórica dos movimentos sociais atuais sugere segundo Vendramini:

(...) de não tomá-los como experiências em si, desconectadas do conjunto social, de apreender seu sentido, tendo em vista as tradições passadas, de identificar suas origens sociais e históricas, para incorrerem no duplo erro de subestimá-los ou supervalorizá-los(...). (VENDRAMINI, 2007, p. 1400)

A autora supracitada ainda argumenta:

Finalizamos refletindo a complexidade dos estudos a respeito dos movimentos sociais, que não podem ser analisados como fato isolado, sem conexão com o passado e o futuro. A própria realidade nos diz a respeito do movimento e da dinâmica social e, especialmente do espaço em disputa. Dessa forma, analisar um determinado movimento social significa compreender a oposição de classe, o confronto histórico entre trabalhadores e proprietários, que assumem diferentes expressões e dimensões. (Idem, ibid. p. 1407)

Nessa direção, pondero que a pesquisa sobre um movimento social demanda importância à medida que não deixe de ser observada sua relação com outras implicações sociais conectadas com o passado e futuro. Não se pode esquecer também que analisar um determinado movimento social significa compreender o confronto histórico entre classes sociais.

No próximo capítulo, apresentarei a trajetória do movimento social que se materializou em torno da reforma da unidade escolar “Antônio Vieira Campos”, bem como, averiguarei se este movimento social esteve relacionado à defesa da escola pública universal e gratuita.

### **3. O MOVIMENTO SOCIAL EM PROL DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO VIEIRA CAMPOS: DA CONSTRUÇÃO À REFORMA**

Neste capítulo, concentrarei atenção sobre a construção da unidade escolar “Antônio Vieira Campos” e o movimento social aflorado a partir do ano de 1995 em prol da reforma de partes de suas instalações, em especial, da quadra esportiva, tendo como objetivo averiguar a organização de cidadãos de uma localidade periférica de um centro urbano, mediados pela consciência de classe<sup>22</sup>, na defesa da escola pública, universal e gratuita.

Antes, porém, faz-se necessário apresentar panoramicamente o contexto do município de Sorocaba no início dos anos de 1990 e reportar à situação do bairro de Ipatinga, região onde o Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho” foi construído.

Apresento em linhas gerais, a dificuldade enfrentada pelo município quanto ao déficit habitacional. Na seqüência, percorro o processo de construção do novo bairro e procuro traçar um perfil sócio-econômico de seus moradores, relatando as dificuldades enfrentadas por eles. Na seqüência, apresento os momentos em que esses moradores se uniram na busca da materialização da unidade escolar, posteriormente na manutenção de sua estrutura física.

#### **3.1- SOROCABA NO INÍCIO DOS ANOS DE 1990**

Localizado ao oeste da cidade de São Paulo, distante da capital paulista por via férrea 105 km, 87 km pela Rodovia Castelo Branco – SP 280 e 96 km pela Rodovia Raposo Tavares – SP 270, o município de Sorocaba possui 456 km<sup>2</sup> de área. (LEIS, 1995)

Sua população chegava a 365.529 habitantes no ano de 1990, sendo que deste montante 360.775 indivíduos ocupavam a área urbana e outros 4.754 ocupavam a área rural do município<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> “(...) uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta [...]” (THOMPSON, 1981, p. 57. Apud. VENDRAMINI, 2007, p. 1399)

<sup>23</sup> Fonte: [www.polis.org.br](http://www.polis.org.br). (acessado em 05/05/2008).

No final dos anos de 1980 e início de 1990 eram marcantes a industrialização e crescimento econômico do município.

Para Leis (1995), os incentivos à descentralização industrial da região metropolitana contribuíram para que o município de Sorocaba pudesse ingressar nos anos de 1980 com um perfil solidificado de industrialização. A industrialização da cidade criou condições para rápida urbanização. Também no aspecto comercial houve expansão, prova disso foi a construção de três *shoppings centers* na cidade que representaram um acréscimo de mais de 500 lojas, desde o final do ano de 1980. Além disso, segundo esse pesquisador, a partir de meados da década de 1980, Sorocaba destacou-se pelo expressivo crescimento do setor terciário, alcançando um crescimento econômico para toda a região.

De outro lado, é visível a expansão do setor terciário, dada pela ampliação das agências bancárias, que, de 3 agências em 1970, passou a contar com 28 em 1980 e com 90 (postos e agências) em 1990, segundo informações do cadastro municipal. Em suma, com os dados apresentados, constatam-se evidências de continuidade da expansão urbana, inclusive com uma dinâmica própria, com tendências maiores ao desenvolvimento do seu setor terciário. (LEIS, 1995. p. 105)

As referências feitas por Leis (1995) apontam o crescimento industrial e comercial do município como fatores fundamentais para o crescimento urbano.

No entanto, o aumento populacional gerou um déficit habitacional considerável. Tal situação contribuiu para uma série de manifestações populares que em certas ocasiões culminaram em ocupações de terrenos. Essas iniciativas teriam como objetivo denunciar a falta de moradia na cidade, bem como exigir a construção de novas casas para a população de baixa renda. Desta forma, as autoridades públicas foram pressionadas a encontrar alternativas que dessem conta do problema instalado no município.

Nesta direção, aponto que uma das alternativas para a resolução do problema da falta de moradias na cidade foi à idealização e a concretização do Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho”, cuja trajetória é o alvo do próximo item deste capítulo.

### 3.2. - A CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Deslocando-me em direção à trajetória histórica da formação do Conjunto habitacional “Júlio de Mesquita Filho”, resgato num primeiro momento a memória do bairro do Ipatinga, pois é em parte de sua antiga área que o conjunto habitacional foi construído.

O pequeno sino da igreja de São Francisco de Assis anuncia a chegada das seis horas da tarde. E os habitantes do bairro de Ipatinga, um dos mais distantes de Sorocaba, situado nas proximidades do morro do Ipanema se preparam para orar. Mais à noite, as crianças sentam-se na soleira das grossas portas de madeira rústica, e olham temerosas para o céu. Elas querem ver a Mãe D'ouro passar chispando como uma estrela cadente, só que mais luminosa e com menos pressa”.

A chegada do progresso, através da instalação de chácaras e modernas residências não serviu para apagar da mente dos mais antigos, as tradições e as lendas contadas pelos seus pais [...] O lugarejo revive ainda, com toda a pureza, festas tradicionais, com barracas, festeiros e muita fé, como a que vai se realizar no próximo 1º de outubro, em homenagem a São Francisco de Assis, padroeiro de Ipatinga.(...)

Tanto as lendas como as tradições e o folclore que Ipatinga conserva têm um passado longo, que remonta aos tempos das tropas e dos tropeiros. Era ali, naquela região de muitos campos e aguadas formando pequenos lagos, que as tropas procedentes do sul acampavam para recobrar as energias gastas com a longa caminhada. Essas lendas e estórias poderiam ter vindo tanto do norte como do sul, agregando-se às tradições do lugar, que a conserva até hoje. (Mãe do ouro..., 1978, p.?) títulos e o nome do jornal + ano + página) Nas referências, ao final do trabalho, observar a norma da UNISO quanto ao registro dos jornais. O mesmo para as demais referências que deixei em vermelho.

A beleza das tradições históricas do bairro não escondia, porém, as dificuldades enfrentadas por seus moradores, entre eles o acesso à educação, conforme atestava a reportagem do Jornal Cruzeiro do Sul:

A 11 quilômetros do centro de Sorocaba, está situado um bairro que até hoje ainda não conheceu o progresso, embora conte com uma escola, um posto de saúde e um centro comunitário, além de uma capela. Trata-se do bairro de Ipatinga, cuja população vive isolada, entre as diversas chácaras e sítios da imensa área em que ocupa(...). Há aqueles, inclusive, que só vêm à cidade (na linguagem deles cidade significa o bairro do Ouro Fino) a cada dois meses, ‘para cortar o cabelo e fazer a barba’. Preferem permanecer em suas casas ou na ‘roça’, plantando e colhendo o alimento que é consumido no dia a dia.

No Ipatinga, não há uma concentração de casas com mais de sete delas. Praticamente todas estão isoladas e a moradia dos moradores vive em casa inseridas nas chácaras, sítios e fazendas que tomam conta. O centro do bairro é formado pelos equipamentos sociais existentes: uma escola, um

posto de saúde, um centro comunitário e uma capela.[...] Ipatinga conta com uma escola. Só que as aulas são ministradas pela manhã, atendendo tão exclusivamente a uma clientela que vai da 1ª à 4ª série. Para complementar o 1º grau, as crianças têm que caminhar, até os bairros mais próximos, percorrendo quase uma dezena de quilômetros, diante da falta de condução. Isso acaba desestimulando a continuidade dos estudos e, assim, a maioria dos jovens do bairro rural só tem até a 4ª série do 1º Grau. ( A 11 quilômetros de Sorocaba..., 1985, p.?)

No ano de 1988, o governador Orestes Quércia, sem consultar ou avisar as autoridades públicas sorocabanas, anunciou a desapropriação de 1.137 alqueires localizados no bairro de Ipatinga. O que ele pretendia fazer na região não era explicitado, contudo, o que se cogitava era a construção de um pólo habitacional de dimensões de uma “cidade satélite” destinado a atender famílias de baixa renda.

(...) o governador Orestes Quércia assinou um decreto desapropriando uma área de 1.137 alqueires localizados no bairro do Ipatinga (...). O decreto nº 28.940 é datado de 23 de setembro, mas só esta semana a prefeitura foi informada de sua existência. O documento assinado por Quércia não fornece maiores explicações sobre a área. Diz que ela é de ‘propriedade particular’, que é conhecida como ‘gleba Sorocaba’, mas não conta quem são os proprietários. Afirma que será utilizada para o ‘pólo habitacional’, mas não diz quais são os planos – apenas declara a área de interesse social e autoriza a Companhia de desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo (CDH) a ‘invocar caráter de urgência no processo judicial de desapropriação’.(...) O prefeito Paulo Mendes, ouvido ontem às 23h pelo Cruzeiro, disse também que nada sabe sobre o projeto de Quércia. ‘Sei que existe um projeto para a criação de uma cidade-satélite em Sorocaba, mas não sei onde’ afirmou”. (Quércia desapropria mil alqueires..., 1988, p. 9)

Em editorial, o Jornal Cruzeiro do Sul indicava a preocupação das autoridades municipais e de outros segmentos da sociedade sorocabana quanto à proposta do governador Quércia de criar um ‘pólo habitacional’ no município, haja vista que a cidade não estaria preparada estruturalmente para a expansão urbana.

(...) as dimensões do pólo assustam. Ainda que 50% dos seus 27,5 milhões de metros quadrados sejam consumidos com a abertura de ruas, área de lazer, edifícios públicos e proteção a mananciais, o restante é suficiente para se gerar mais de 110 mil lotes populares (5x25m., o que dá 125 metros quadrados). Um projeto dessa magnitude – supondo-se que haja recursos para executá-lo – duplicaria a cidade e teria impactos tão amplos sobre a vida urbana local que deveria ser previamente analisado e discutido com o governo e a comunidade locais.

De outra parte, não se pode ignorar que serão necessários uns dois anos até que o governo do Estado efetivamente assuma o domínio da área e ainda mais algum tempo até que a primeira casa ali seja construída. Isso cria o temor – que, esperasse, seja desfeito com a reunião de hoje – de que estejamos apenas diante de um lance eleitoral. (Pólo habitacional..., 1988, p. 1)

Em janeiro do ano de 1989, Antônio Carlos Pannunzio assumiu a prefeitura de Sorocaba. Naquele momento, ele não incluía no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) a “cidade-satélite” idealizada pelo governador Orestes Quércia para a região do Ipatinga.

Ele disse que completa o primeiro mês de governo sem ser informado de nada a respeito de projeto de governador.(...)

O presidente do sindicato Rural de Sorocaba, Luiz Antônio Marcelo, apresentou ao prefeito Pannunzio durante a semana um relatório que informa a existência de áreas produtivas em mais de 50% dos 1.137 alqueires desapropriados. O relatório relaciona dezenove propriedades responsáveis pela produção de leite, gado de corte, milho feijão e hortifrutis. Pannunzio disse que isso é mais um motivo para o governador informá-lo do projeto.

Durante os próximos dias, o prefeito pretende conversar com o governador para obter informações de que precisa (...). O contato com o governador pode viabilizar também, na opinião dele, novas obras na cidade. (Cidade-satélite não é..., 1989, p.?)

Em março do mesmo ano, o prefeito Pannunzio anunciava a intenção do governador Quércia em revogar o decreto que tornou de utilidade pública os 1.137 alqueires na região do Ipatinga.

O secretário disse que o governador está estudando o caso, mas já admitiu que o plano está ‘fora da realidade de Sorocaba e que chega a ser utópico (...).

Para o prefeito, Sorocaba não teria como absorver o plano do governador. A intenção era construir cinquenta mil moradias, hospitais, creches, escolas, malha viária especial, praças e outros componentes básicos de uma cidade. O custo inicial era de 60 milhões de OTNs, em torno de NCz\$ 370 milhões hoje. Mas o prefeito acha que a cidade só suportaria ter mais dezessete mil unidades habitacionais.

Outro motivo para a cidade-satélite não se concretizar, ao menos na região do Ipatinga, é o fato de que mais de 50% da área ser produtiva e cultivada. (Ipatinga não sediará..., 1989, p.?)

Se por um lado o plano do Governador Orestes Quércia fora abandonado, por outro a questão do déficit habitacional no município de Sorocaba ganhara espaço nas discussões políticas, uma vez que ocupações de terras como no caso dos bairros do Jardim Lilo e do Instituto Humberto de Campos passavam a ser comuns. A próxima citação, embora extensa é necessária, pois indica os interesses dos diversos partidos políticos da época, representados por seus vereadores. Vejamos, portanto, como essas discussões eram feitas na Câmara Municipal.

Os vereadores discutiram ontem, na sessão da Câmara Municipal de Sorocaba, vários aspectos que contribuem para agravar a crise habitacional na cidade e que já chega a um déficit de mais de 10 mil casas populares. Criticaram ainda a lentidão da Prefeitura em suprir essa demanda atribuindo a responsabilidade à Secretaria de Habitação e Promoção social.

Outro problema levantado foi a falta de áreas reservadas para abrigar projetos de núcleos habitacionais do governo estadual e federal.

Segundo os vereadores, é esse conjunto de deficiências que favorece a ocupação desenfreada das famílias sem-terra. Exemplificaram os casos do Jardim Lilu (em 1986) e os mais recentes do Instituto Humberto de Campos e Aparecidinha.

A avaliação das causas do problema surgiu durante apreciação do requerimento do vereador João Francisco Andrade (PL), para regularização dos ocupantes da área pertencente ao Humberto de Campos. Disse que a sugestão apontada 'é a entidade vender a área para o poder público que, em seguida, a comercializaria a preços baixos aos sem-terra'. Porém, o impasse continua, mesmo porque o secretário municipal de Governo Leuvigildo Gonzales Filho, adiantou que a sugestão do vereador ainda deve ser 'estudada'.

Por outro lado, o autor do requerimento atribuiu isso 'à falta de boa vontade do secretário de habitação, Lineu Maldonado Martins', disse, arrematando que 'passando a eleição, é bem provável que aí se resolva tudo'. Walter Coelho (PMDB) lembrou que as ocupações de áreas verdes acontecem por desespero social. 'A Prefeitura tem só prometido, tudo no papel, mas não vi nada de concreto ainda', criticou. Nesse sentido a observação feita em plenário foi de que sete mil pessoas se inscreveram para conseguir 855 casas populares no Parque Vitória Régia, caracterizando pela proporção um número irrisório de casa para todos que necessitam.

Thomas Fernando Belini (PMDB) também se impôs contra a Prefeitura: 'Por não ter áreas reservadas para abrigar conjuntos habitacionais, ela não dá um passo para solucionar o problema'. Cláudio Gâmbaro (PDS) lembrou a dificuldade do Poder Público ser obrigado a regularizar loteamentos irregulares, por causa das invasões, sendo que 'a prefeitura está se preparando para receber núcleos habitacionais'.

Esses núcleos são, na realidade, projetos da Caixa Econômica Federal e Ciesp/Fiesp, que totalizam mais de quatro mil moradias. Segundo Leuvigildo Gonzales Filho, a Prefeitura só está aguardando a liberação de recursos para início das obras.(...).

Iara Bernardi (PT) achou que 'a Prefeitura não fez nada de prático até agora quanto às invasões pendentes do Humberto de Campos e em Aparecidinha'. Arminio Vasconcellos Leite (PMDB) atribuiu a origem de ocupações do gênero a 'articulações políticas', acompanhados de promessas vãs de terras inexistentes. Osvaldo Francisco Noce (PT) finalizou criticando que para se construir não tem dinheiro na Prefeitura, mas para demolir existe, disse, referindo-se à desapropriação de casas de construção de terminais de ônibus. (Vereadores Discutem..., 1990, p.?)

Para minimizar o déficit habitacional do município, a Caixa Econômica Federal (CEF) prometia a construção de 3.506 unidades residenciais no Jardim Lilu – localizado na região do Ipatinga. A obra contaria com a participação da Prefeitura e seria construída em terreno da própria Caixa Econômica Federal.

Quem trazia a informação era o deputado federal Osvaldo Stecca, que estivera em audiência com o presidente da CEF Lafayete Torres, o mesmo autorizara a construção de dois conjuntos de casas populares para Sorocaba.

Outras 103 casas seriam construídas no bairro de Aparecidinha. (Caixa Econômica construirá..., S/d)

Em meados de novembro do ano de 1990, o Diário de Sorocaba noticiava a oficialização da construção de conjuntos habitacionais em Sorocaba, um empreendimento que era avaliado em Cr\$ 421 milhões, a ser desenvolvido pelas empreiteiras Almeida Marins, Magnum, Múltipla e Cima, as quais, naquela data, recebiam autorização para o início das obras no Conjunto Habitacional Santa Marina, Conjunto Habitacional Aparecidinha e no bairro de Ipatinga, a matéria abordava também questões políticas que envolviam disputa pela iniciativa da construção das casas<sup>24</sup>.

Depois de sete anos sem haver a construção de qualquer núcleo habitacional na cidade, Sorocaba recebeu oficialmente ontem o início de implantação de um novo conjunto de 4.108 casas. Essas casas serão destinadas para famílias de baixa renda que ganham de 3 a 5 salários mínimos e suas prestações poderão ser pagas ao longo de 25 anos, financiadas pela Caixa Econômica Federal.[...].

A solenidade de assinatura do protocolo desses três embriões aconteceu em clima de comemoração na agência central da CEF em Sorocaba ontem pela manhã, com a presença do prefeito Antônio Carlos Pannunzio, do superintendente regional da Caixa, José Airton Martins, secretários e autoridades. [...].

O superintendente da Companhia Regional de Habitação do Interesse Social (CRHIS), Antonio Barreto dos Santos destacou que as inscrições para a aquisição das populares de Sorocaba só deverão começar quando elas estiverem em fase final de acabamento, mas não citou prazos.

#### **Casas modestas**

'A estrutura das casas será humilde e modesta', definiu ele, contendo um quarto, uma sala, cozinha e banheiro'. 'A nossa preocupação imediata é iniciarmos já o empreendimento', prometeu Antonio Barreto dos Santos (...). Com relação aos sorocabanos interessados em adquirir as casas pelo financiamento da CEF, em convênio com a Prefeitura Municipal, primeiro deverá ser feito um pré-recadastramento para atender a toda a população.

Sobre o déficit habitacional em Sorocaba, que chega a 12 mil, o prefeito Antônio Carlos Pannunzio preferiu não fazer previsões sobre em quando diminuirá essa demanda até o final de seu governo. 'Não tenho números precisos, mas o importante é colocarmos todos os esforços da Prefeitura para termos perto de cinco mil moradias', frisou.(...).

#### **Mal estar**

Quem proporcional um certo mal estar durante a solenidade de assinaturas do projeto na CEF ontem foi o ex-candidato a deputado federal Chafic Farhat (PDS), que criticou o governo do PMDB e o governador Orestes Quércia por sua 'incompetência' administrativa. (...).

Seu discurso foi o mesmo de outras personalidades políticas, principalmente do PRN, presentes ao ato e que ligaram o projeto de casas populares da CEF graças à política do Governo Collor em favor dos 'pés descalços e os descamisados'. 'Em oito meses de governo, conseguimos fazer proporcionalmente muito mais que os quatro anos de governo do PMDB. E

<sup>24</sup> Peço ao leitor que entenda que embora tenha resumido a matéria, o texto ficou extenso devido ao montante de informações que considero importante registrar:

Estão prometendo em todos os cantos do Estado que irão fazer isso e aquilo...’, disse Chafic Farhat, condenando o atraso do governo estadual em construir casas para a população ao longo de sua gestão. (Construção de Conjunto Habitacional..., 1990, p. 5)

Em dezembro do ano de 1990, era anunciado pelo diretor-superintendente da Comercial e Construtora Guitte Ltda, Antonio Guitte Neto, o início dos trabalhos de terraplenagem e abertura de ruas na área onde seriam construídas as 3.506 casas do conjunto habitacional Sorocaba I, no bairro do Ipatinga. Alçava-se também a previsão para o início das obras de moradia:

As obras de construção das casas deverão ser iniciadas no prazo de sessenta dias, segundo previsão feita na semana passada pelo diretor da Magnum Comercial e Construtora Ltda., Cláudio Junqueira Ferraz de Almeida, 39. Junto com as empreiteiras Sima, Múltipla e Almeida Marins, a Magnum integra o conjunto de empresas responsáveis pela construção das casas. Estas empresas contrataram a Guitte para a terraplenagem e abertura de ruas, serviço previsto para ser concluído no período de noventa a 120 dias.

O conjunto habitacional do Ipatinga irá ocupar uma área de 1.335.000 metros quadrados, dos quais 1.100.000 metros quadrados serão terraplenados. As áreas verdes serão preservadas, assegurou Neto. A terraplenagem começará pela limpeza do mato, depois será feita a marcação topográfica da área. Paralelamente à abertura das ruas, serão definidos os terrenos para a construção das casas. Esses serviços irão envolver cerca de cem funcionários da Guitte. (Terraplenagem do Ipatinga começa..., 1990, p.?)

Faltando pouco mais de um mês para se completarem dois anos do início das obras, o Jornal Cruzeiro do Sul noticiava a entrega do conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho”:

O conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho” no bairro do Ipatinga, foi entregue festivamente ontem pelo prefeito Antonio Carlos Pannunzio, durante ato realizado à entrada do novo bairro da cidade, que tem 3.506 casas construídas e é considerado o maior núcleo residencial da América Latina, como frisou o presidente da Cohab-Crhis<sup>25</sup>, de Araçatuba, Antonio Barreto Santos, ao dirigir-se aos presentes. Barreto também destacou o trabalho conjunto realizado pela prefeitura, Caixa Econômica Federal (CEF) e empreiteiras e os desafios enfrentados pela atual administração para concretizar o projeto.

Pannunzio enfatizou que projetos como o do Ipatinga figuram como ‘exemplos do que pode acontecer em todo o país quando se trabalha com seriedade. Eu não sonhei sozinho quando pedi apoio. Eu dividi meu sonho com meus companheiros’, disse, (...).

---

<sup>25</sup> Companhia Regional de Habitações de Interesse Social, responsável pelos valores e reajustes de mensalidades das casas.

Após os discursos, Pannunzio e as demais autoridades entregaram as chaves das casas a seis casais, simbolizando a entrega do núcleo às famílias que já efetuaram os contratos junto à CEF. (Conjunto Habitacional é..., 1992 p. 7)

Seguindo ainda os desdobramentos de entrega do novo conjunto habitacional, o Diário de Sorocaba publicava:

Acontece hoje, às 18h30, a cerimônia de entrega das chaves do Conjunto Habitacional Sorocaba I, no Ipatinga, onde foram construídas 3.506 unidades. Consta que o prefeito Antonio Carlos Pannunzio vai ouvir reclamações a respeito das prestações que os mutuários estão pagando. (Entrega de ..., 1992, p.?)

Em dezembro de 1992, uma onda de protestos suscitou entre os moradores do recém inaugurado conjunto habitacional, quanto aos reajustes que eles consideravam absurdos e desproporcionais das mensalidades de suas novas residências. A Companhia Regional de Habitações de Interesse Social – Cohab-Crhis – defendeu-se através de seu assessor de imprensa Walter Caria Machado, esclarecendo à imprensa:

(...) que o SFH (Sistema Financeiro de Habitação) nunca realizou reajustes quadrimestrais para as prestações da casa própria no Brasil. Atendendo a uma reivindicação antiga das diversas associações de mutuários do país, o SHF, desde sua criação e mesmo após a instituição do Plano de Equivalência Salarial – Pés – adotou na metodologia na qual os seus reajustes passaram a ser por categoria profissional, levando em consideração ainda a variação salarial do adquirente da casa própria, de acordo com a Lei 8.419, que dispõe sobre a política nacional de salários. (Cohab explica que..., 1992, p. 7)

O impasse travado entre mutuários e a Cohab Crhis quanto aos reajustes das mensalidades das casas, revelaria o início da série de lutas que os moradores teriam de enfrentar em busca de melhorias para o novo bairro.

Quanto ao registro da documentação do loteamento do Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita filho”, foram encontrados os seguintes dados na Prefeitura Municipal de Sorocaba:

**Tabela III - Código - 34-51-31 Tipo - Conjunto Habitacional Nome – Júlio de Mesquita**

<b>Processo - 188</b>	<b>Decreto – 9.207</b>	<b>Bairro - cerrado</b>
Origem	Data - 20/02/1995	Área lotes - 607.121,00
Entrada – 04/01/1991	Sit - Aprov	Área Inst - 72.880,00
Alvará - 4.404	Padrão - Popular	Área verde - 213.654,00
Data - 13/11/91	Test Padrão - 8,5	Área Ruas - 403.751,00
Matrícula	Nº Quadras - 113	Pasta nº 447
Cartório	Nº Lotes - 3506	
Data	Zona	DENOMINAÇÃO ATRAVÉS LEI Nº 5.099
Norte - LINHA ALTA TENSÃO		
Sul - JACOB RUSCONI SOBRINHO		
Leste - EXCELSIOR/VL		
Oeste - SÍTIO HIGASHI		
Loteador - CRHIS-CIA REG HAB INT SOCIAL		
Engº Responsável - HENRIQUE E. DE ° BIANCO		
CREA - 45717/D		

Fonte: Prefeitura de Sorocaba, 1991.

A oficialização da denominação de Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho” Sorocaba I, ocorreu através da lei Nº 5099, de 16 de abril de 1996, como indica o corpo de seu texto:

DISPÕE SOBRE A OFICIALIZAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” SOROCABA I, O CONJUNTO HABITACIONAL SITUADO NO BAIRRO DE IPATINGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Projeto de lei nº 051/96 – autoria do – executivo.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica denominado CONJUNTO HABITACIONAL “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” SOROCABA I, o Conjunto Habitacional situado no bairro de Ipatinga.

Artigo 2º - As placas denominativas conterão, além do nome, a indicação “Sorocaba I”, e as expressões “Jornalista Emérito 1892/1969”.

Artigo 3º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das verbas próprias consignadas em orçamento.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Tropeiros, em 16 de abril de 1996, 342º da fundação de Sorocaba.

PAULO FRANCISCO MENDES



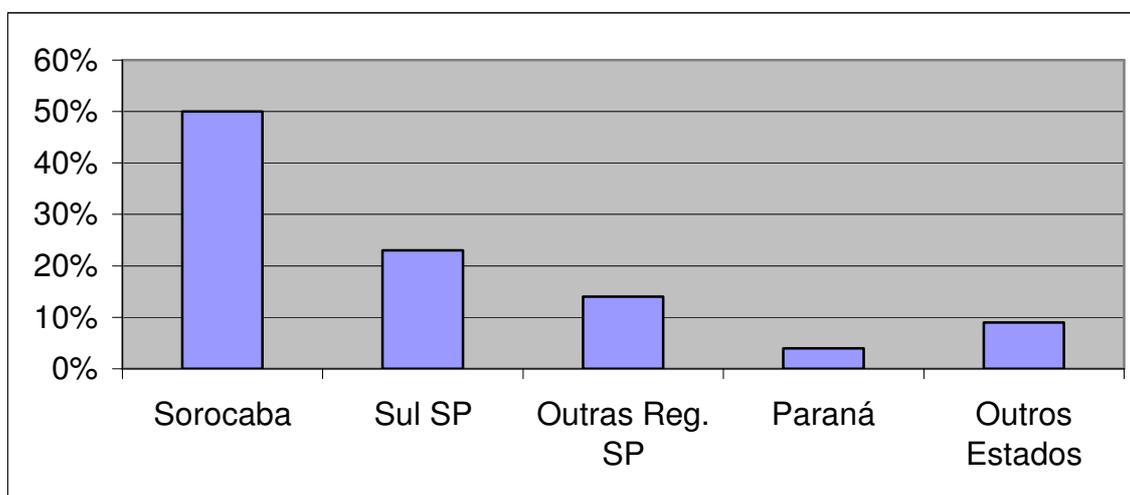
### 3.3. - PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS MORADORES DO BAIRRO

Com a intenção de apreender o perfil sócio-econômico dos moradores do bairro, formulei um questionário em meados de 2007, o qual foi respondido por pais e mães de setenta famílias. (MOREIRA; CALEFFE, 2006)

É necessário lembrar que todas essas famílias passaram a residir no Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho” entre os anos de 1992 a 1995, respectivamente relacionados à inauguração do bairro e o início do movimento social em prol da reforma da escola “Antônio Vieira Campos”.

Foram agrupados dados relativos ao local de nascimento, profissão e escolaridade dos pais. Penso que a coleta desses dados poderia contribuir para a identificação da região oriunda dos indivíduos que compuseram a comunidade do bairro, bem como, o campo de atuação profissional e o grau de instrução dos mesmos. Vejamos quais foram os resultados obtidos:

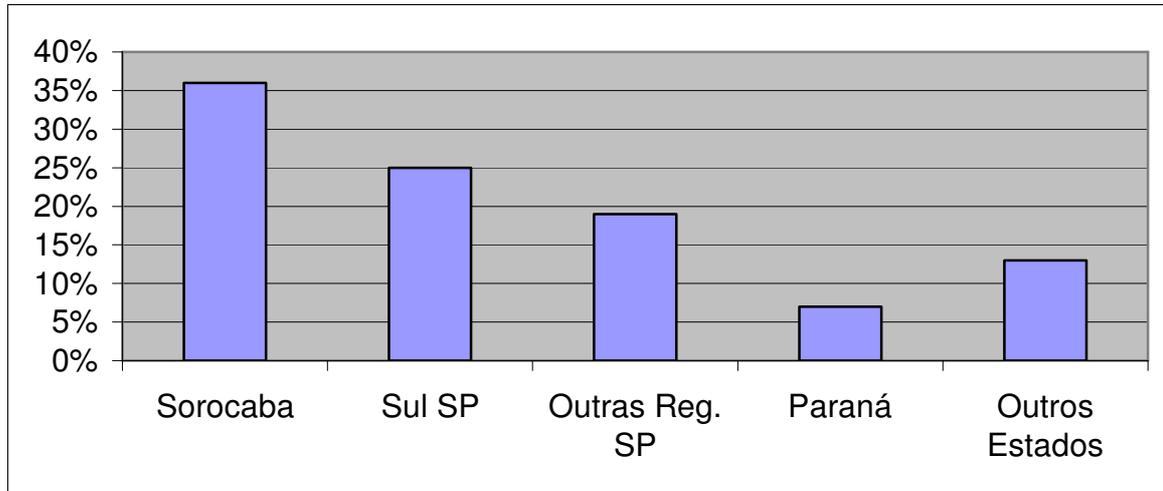
**Gráfico I – A origem dos homens no bairro Júlio de Mesquita Filho.**



Fonte: Questionário respondido pelas famílias do bairro. Gráfico elaborado pelo autor.

Os dados coletados revelam que 50% dos homens entrevistados são nascidos na própria cidade de Sorocaba; 23% deles são do sul do Estado de São Paulo, de cidades próximas à divisa com o Estado do Paraná; 14% deles são de outras regiões do Estado de São Paulo; 4% dos homens são oriundos de cidades do Estado do Paraná; 9% são de outros Estados do Brasil.

**Gráfico II – A origem das mulheres no bairro Julio de Mesquita Filho.**

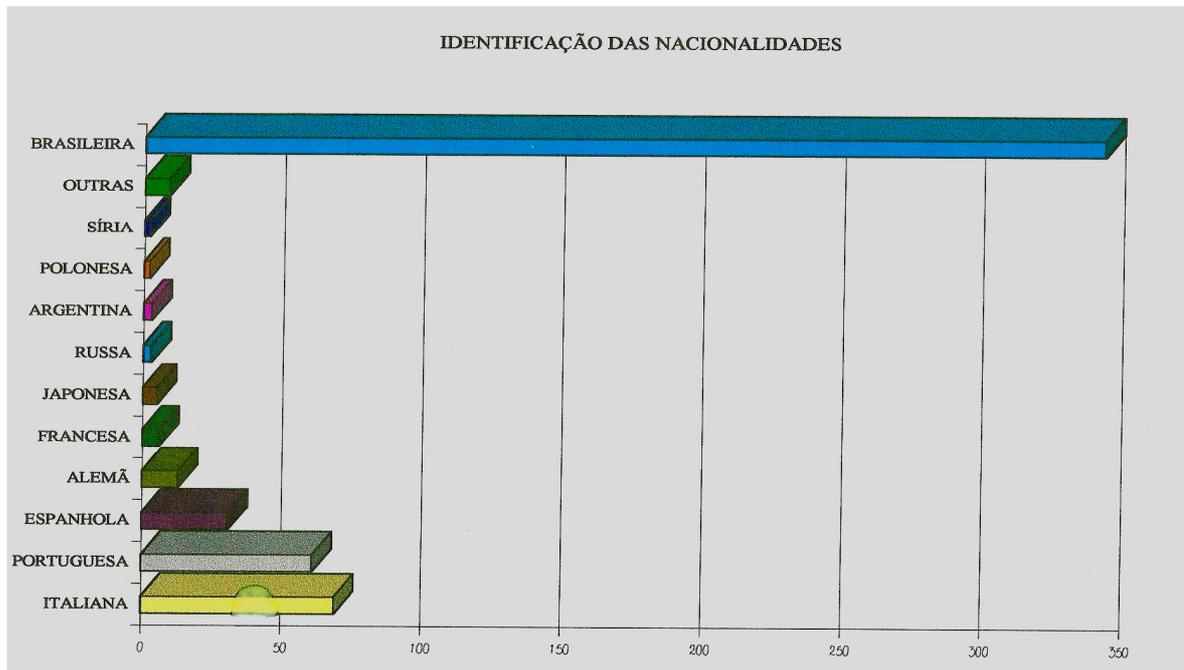


Fonte: Questionário respondido pelas famílias do bairro. Gráfico elaborado pelo autor.

Os dados obtidos neste gráfico apontam que 36% das mulheres são nascidas na cidade de Sorocaba; 25% delas nasceram nas cidades da região sul do Estado de São Paulo; 19% delas nasceram em outras regiões do Estado de São Paulo; 7% delas nasceram em cidades do Estado do Paraná; outros 13% de mães entrevistadas nasceram em outros Estados do Brasil.

Ainda na esteira de conhecer as origens dos moradores do bairro, utilizei-me do trabalho desenvolvido pela professora Débora Mara Marques Góes, intitulado “Nossa gente”, no ano de 1999, o qual reuniu informações da ascendência de 518 alunos voluntários da escola “Antônio Vieira Campos”. Vejamos os dados:

### Gráfico III – Ascendência das famílias.

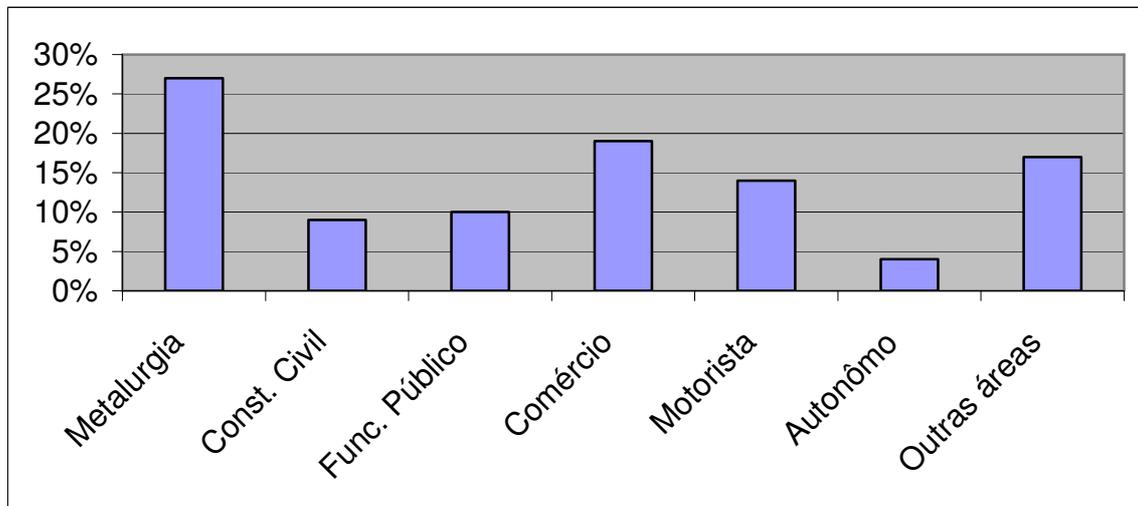


Fonte: Pesquisa Nossa Gente

Os gráficos I, II e III reúnem as informações de que os primeiros moradores do Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho” eram, em sua maioria, oriundos de famílias brasileiras, nascidos na própria cidade de Sorocaba, entretanto, registro a expressiva migração de pessoas vindas da região sul do Estado de São Paulo e também do Estado Paraná, provavelmente atraídos pelo crescimento industrial, comercial e econômico do município no início dos anos de 1990.

Antes de comentar os dados levantados quanto a área de atuação de homens e mulheres do bairro em questão, necessito realizar uma confissão: a familiaridade com a situação econômica dos moradores conduziu-me à compreensão de que as suas ocupações nas áreas profissionais dispostas no questionário, independentemente dos cargos, não se traduziam em elevados níveis de renda familiar em sua correspondência com o salário mínimo da época. Feito este esclarecimento, vejamos os resultados obtidos:

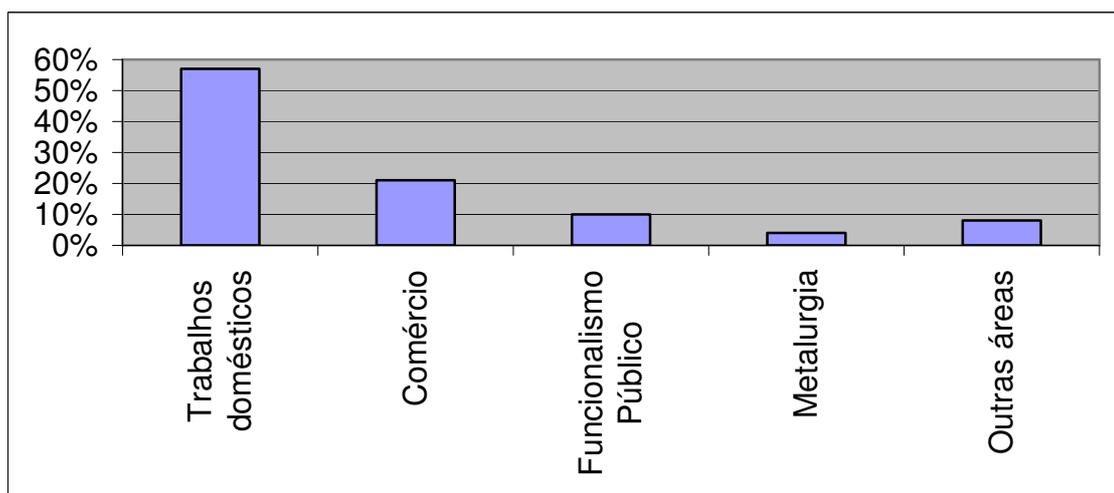
**Gráfico IV – Área de atuação profissional dos homens do bairro Julio de Mesquita Filho.**



Fonte: Questionário respondido por famílias do bairro. Gráfico elaborado pelo autor.

Neste gráfico observamos que dentre as áreas de atuação profissional dos homens predominava o trabalho no campo da metalurgia (27%), sendo que o campo comercial absorvia 19% deles; 14% dos entrevistados trabalhavam como motoristas; 10% deles atuavam no serviço público; 9% deles trabalhavam na construção civil; 4% eram autônomos e 17% tinham outras ocupações.

**Gráfico V – Área de atuação profissional das mulheres.**



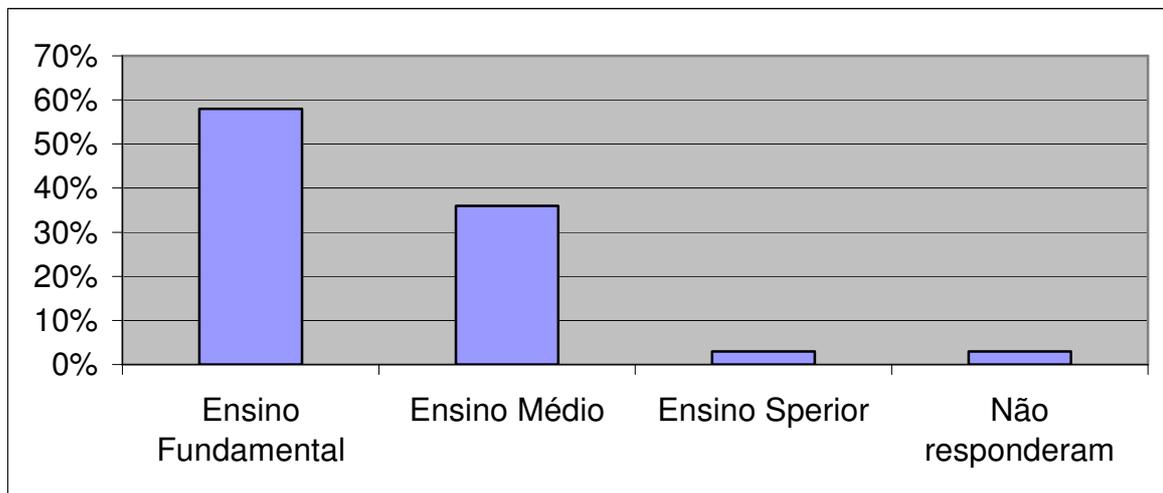
Fonte: Questionário respondido por famílias do bairro. Gráfico elaborado pelo autor.

Os dados do gráfico V demonstram que prevalecia entre as mulheres o trabalho doméstico (57%). É necessário frisar que trabalhos domésticos entendidos neste questionário relacionam-se aos cuidados da própria família. A área profissional

de 21% das mães dirigia-se ao comércio; 10% das mães atuavam no campo do funcionalismo público, 4% delas trabalhavam no campo da metalurgia e 8% delas atuavam em áreas diversas.

Os gráficos IV e V poderiam nos ajudar a definir, portanto, que os campos de trabalho comercial e industrial eram preponderantes no acolhimento profissional dos moradores do bairro, isso, poderia estar relacionado ao que já foi expresso quanto ao crescimento industrial e comercial da cidade de Sorocaba.

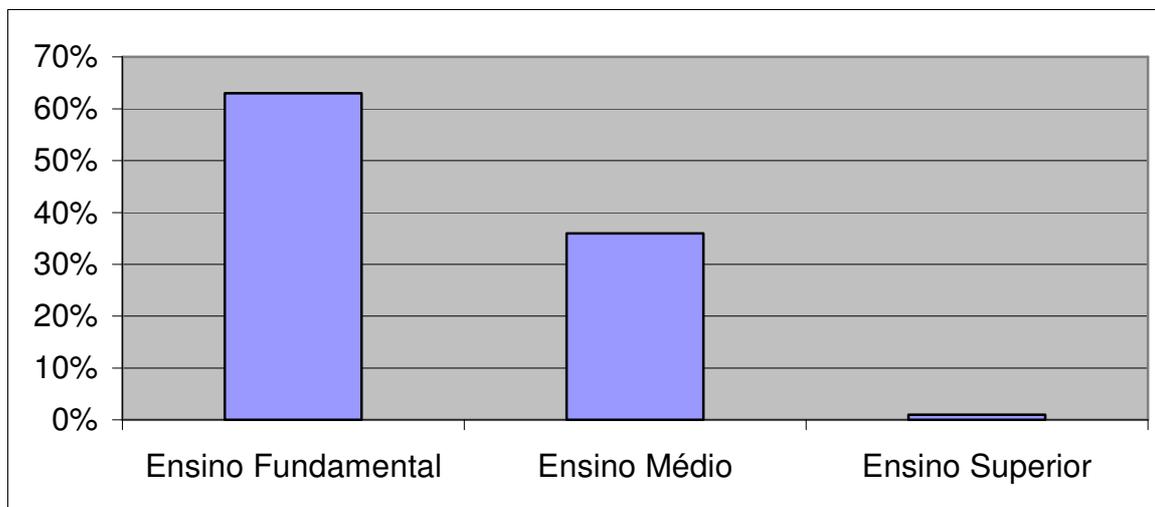
**Gráfico VI - Nível de escolaridade dos homens do bairro Julio de Mesquita Filho.**



Fonte: Questionário respondido por famílias do bairro. Gráfico elaborado pelo autor.

Os dados deste gráfico revelam que, quanto ao nível de escolaridade dos homens, 58% deles haviam concluído ou cursado alguma das séries do ensino fundamental; enquanto que 36% deles haviam concluído ou cursado alguma das séries do ensino médio, apenas 3% dos entrevistados haviam concluído ou estavam cursando disciplinas do ensino superior; 3% deles não responderam a essa questão.

### Gráfico VII – Nível de escolaridade das mulheres do bairro Julio de Mesquita Filho.



Fonte: Questionário respondido por famílias do bairro. Gráfico elaborado pelo autor.

Os dados apontados neste gráfico indicam que 63% das mulheres haviam concluído ou cursado alguma das séries do ensino fundamental, enquanto que 36% delas haviam concluído ou cursado alguma das séries do ensino médio e que apenas 1% o ensino superior.

Os gráficos VI e VII poderiam, portanto, nos levar à compreensão de que, quanto ao nível de escolaridade, pais e mães do bairro possuíam predominantemente o ensino fundamental e que a média referente à soma da escolaridade entre homens e mulheres que haviam cursado ou concluído o ensino fundamental era de 60,5%. Por outro lado, a média da soma entre homens e mulheres que haviam cursado ou concluído o ensino superior era de 2%.

Os dados de todos os gráficos apresentados poderiam conformar o “diagnóstico da realidade escolar – características da comunidade”, presentes no Plano Diretor da Escola desenvolvido no ano de 1995 por sua direção e corpo docente. É importante revê-lo:

A totalidade de nossos alunos são oriundos do Conjunto Habitacional, sendo as unidades residenciais populares e não embriões, com quarto, cozinha/sala e banheiro. Os moradores têm renda de três a cinco salários mínimos e as mais diversas profissões. Os recursos sócio-culturais da comunidade são pouquíssimos: consta apenas duas escolas estaduais e uma Penso”.

Contamos também com um posto de saúde, aberto até as 20 horas e uma ambulância noturna das 20 horas às 6 horas. (Plano Diretor da E.E.P.S.G. “Antonio Vieira Campos”, 1995)

Os dados apresentados pelos gráficos revelariam que a condição sócio-econômica dos primeiros moradores do bairro estaria ordenada nas dimensões de uma classe popular urbana, assalariada e com nível básico de escolaridade, caracterizando assim, um bairro “popular” de categoria sócio-econômica “C”. Este é, portanto, o perfil sócio-econômico dos personagens que reivindicariam a concretização de necessidades para melhorias no bairro, em especial a construção de escolas.

No item a seguir, analiso como esses personagens participaram na materialização da Escola Estadual “Antônio Vieira Campos”.

### **3.4 - RUMO À CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO VIERA CAMPOS: A LUTA DOS MORADORES POR UMA ESCOLA**

Com a chegada dos moradores no novo bairro, surgiu à inquietação quanto ao destino escolar de crianças e jovens que ali passaram a residir. Tal agitação estendeu-se aos órgãos públicos educacionais, como consta a matéria do jornal *Cruzeiro do Sul*:

O núcleo habitacional do Ipatinga vai ganhar um prédio com duas escolas, e não uma, como pensavam os moradores do local. São duas alas com nove salas de aula cada, além da parte administrativa. Quem informou ontem foi o supervisor da 1ª Delegacia de Ensino (DE) Oscar José Nardi. (...)

#### **Urgência Urgentíssima**

Para facilitar o processo das matrículas, a DE não está exigindo documento algum dos interessados. Nem é preciso que os pais levem os filhos no local. ‘Basta o pai ou a mãe informar o nome e a data de nascimento da criança e a série em que ela irá estudar’, explicou Oscar. (...)

A urgência da DE em quantificar a clientela estudantil do Ipatinga está em justificar a Secretaria de Estado da Educação o número de salas de aula necessárias e que estão sendo reivindicadas. As duas escolas serão construídas em caráter de emergência, com material pré-fabricado. Oscar acredita que a construção deverá começar em janeiro, devendo ficar pronta até 8 de fevereiro, quando começam as aulas. Caso o cronograma atrase, a 1ª DE irá elaborar um calendário escolar especial para aquela unidade de ensino, com o início do ano letivo em março.

#### **Localização**

A DE está estudando, junto com técnicos do governo do Estado, três possíveis áreas para a construção da escola. A primeira e mais provável fica num terreno entre as ruas Dois e Quatro. Outro terreno em vista é aquele que atualmente abriga o escritório da empreiteira que construiu as mais de três mil casas do local. A terceira opção seria no terreno de uma área de depressão topográfica que fica em frente ao Centro de Saúde, onde há uma placa indicando ‘prédio novo’. Oscar acredita que o mais provável será construir a escola emergencial próximo às ruas Dois e Quatro. A área em

frente ao Centro de Saúde seria reservada para a finalidade a qual se destina: abrigar um prédio escolar definitivo (...).

### **Escola já está superlotada**

O prédio escolar que o governo do Estado irá construir em caráter emergencial no Ipatinga deverá começar a funcionar superlotado. A 1ª Delegacia de Ensino (DE) calcula que das 3.506 famílias do local existam pelo menos 2.560 crianças em idade suficiente para freqüentar as oito séries do 1º grau. Mas o prédio programado para o local deverá ter duas escolas, com um total de dezoito salas de aula, sendo nove salas por escola. Fazendo as contas, a escola que ainda nem está pronta não será o suficiente para atender à demanda aguardada (...). (Ipatinga vai ganhar..., 1992, p.?)

A necessidade de rapidez na construção das escolas contribuiu para que as autoridades públicas anunciassem o processo de licitação para a construção das salas emergenciais de aula:

Num prazo estimado de três dias, deve sair a concorrência para a construção das dezoito salas de aulas necessárias ao atendimento emergencial do conjunto habitacional Sorocaba I, no Ipatinga. A informação foi prestada pelo secretário da Educação e Cultura, Arthur Fonseca Filho, que no dia anterior esteve com o secretário estadual Fernando Moraes. Arthur Fonseca atribui esta agilização no atendimento das reivindicações do plano de emergência para a cidade ao 'prestígio pessoal' que o prefeito Paulo Mendes tem junto ao governo de Estado.

Fato, comenta, que se confirma também no cancelamento da exigência de justificativa de matrícula para que essas salas do Ipatinga fossem implantadas. 'Nós levamos o que tínhamos na mão, mas o secretário abriu exceção no caso', reiterou. (...). (Licitação para 18 salas..., 1993, p.?)

Até meados de fevereiro do ano de 1993, porém, as escolas provisórias não haviam sido construídas. Essa situação revelava as dificuldades para que crianças e jovens tivessem acesso à educação escolar.

Mais de duas mil crianças do Conjunto Habitacional Sorocaba 1, do Ipatinga, estão sem aulas. Boa parte delas passa o dia inteiro nas ruas, brincando, sem um adulto responsável por perto. As que conseguiram vaga em alguma escola distante fazem um sacrifício para poder estudar. Estão levantando de madrugada para tomar até seis ônibus, nos quais chegam a passar duas horas por dia, não raro de pé. O bairro deveria estar com três escolas funcionando desde a última segunda-feira, quando começaram as aulas. Seriam duas estaduais e uma municipal. As primeiras que iriam abrigar até três mil crianças de 7 a 14 anos, ainda nem saíram do papel. A pré-escola deveria estar atendendo mais de quatrocentos crianças de 4 a 6 anos. Mas dos dezoito pedreiros que trabalhavam na sua construção até dezembro, só havia um ontem.

Willian Camargo Aquati tem apenas 7 anos. Ainda não foi alfabetizado, mas já sabe se guiar pelos letreiros e números dos seis ônibus que toma, todos os dias, para ir de sua casa no Ipatinga, rua 6, até a escola 'Senador

Vergueiro', da Vila Hortência...Mas nem todas as mães têm coragem de ensinar seus filhos a se virar sozinhos tão cedo para poder estudar. Sônia Maria Gomes de Alencar, 25, é uma delas. Todos os dias pega o ônibus com os três pequenos 4, 7 e 8 anos e os leva (...) com sol ou chuva, de ida e volta. 'O ônibus me deixa na General Carneiro. De lá são 25 minutos para ir e outros 25 para voltar, com uma criança no colo e duas para segurar com uma mão, fora material e lanche', desabafou.

Se as escolas estaduais anunciadas para o início das aulas estivessem prontas, Sônia e os três filhos (...) andariam apenas cinco minutos de casa à escola, onde até agora só existe um terreno cheio de mato, no caso das escolas estaduais.

#### **Sem aulas**

Mas a realidade da maioria das crianças do bairro é bem diferente. Não são todos que se submetem a tamanhas dificuldades para receber um tanto de ensino e outro tanto de merenda. Os seis irmãos de Amílton Sebastião de Andrada Silva, por exemplo, passam o dia inteiro brincando em frente a rua Quatro, onde moram (...). (Escolas no papel, crianças na rua..., 1993, p.?)

Na mesma edição do Jornal Cruzeiro do Sul, a titular da 1ª Delegacia de Ensino, Virgínia Elizabeth Pelizer Ferraresi Franco Pinto, informou que a data para entrega das escolas era incerta:

A titular da 1ª Delegacia de Ensino, Virgínia Elizabeth Pelizer Ferraresi Franco Pinto, disse que não pode dar informações precisas sobre quando a escola do Ipatinga ficará pronta. Ressaltou ter lutado para que os dois prédios com nove salas cada estivessem funcionando para o primeiro dia de aula, que foi segunda-feira passada. Agora acredita que o prédio deverá estar pronto para receber os alunos até o dia 15 de março. Mas deixou claro que não pode arriscar a prometer nada. (...)

#### **Atendimento defasado**

As escolas estaduais poderão abrigar entre duas a três mil crianças. A delegada reconhece que o prédio, que nem começou a ser construído, não será suficiente para abrigar todas as crianças das 3.506 famílias daquele conjunto habitacional. Quando o assentamento estiver completo, a clientela será de cerca de sete mil alunos. Daquele montante, 2.560 serão só os iniciantes, de 7 anos.

'O Estado irá construir uma outra escola, com quinze salas, para atender o restante', informou. Esta escola, como as duas que ainda não saíram do papel, poderá atender o total da clientela se funcionar inchada, com mais de quarenta alunos por classe e em quatro turnos diários.

Virgínia disse que uma engenheira do Estado esteve avaliando o terreno que irá abrigar as duas escolas. As licitações foram aprovadas e a obra foi orçada em Cr\$ 5,5 bilhões. Explicou que será feita de material pré-moldado, de fabricação rápida, que poderá ser concluída em 'algumas semanas'. (...). (Previsão de funcionamento é incerta..., 1993, p.?)

A inexistência de escolas no bairro onerava os pais que, para garantir os estudos de seus filhos, tinham que arcar com os custos de transporte para outras unidades localizadas em bairros distantes:

Para ir e voltar todos os dias do Ipatinga à escola da Parada do Alto, Sheila da Silva, 12, vai gastar nos vinte dias letivos do mês Cr\$ 198 mil em passe de ônibus, caso compre o estudantil, que está custando Cr\$ 4.950. Os irmãos Willian Camargo, 7, e Fabrício, 12, terão que gastar o dobro: Cr\$ 396 mil. Para Sônia Maria Gomes de Almeida Silva, que todos os dias leva os três filhos de ônibus à escola do Sesi, o gasto é bem maior. São Cr\$ 396 de passe estudante no mês só com os dois maiores, já que o menor, de 4 anos, não paga. Para ela poder levar a criançada, gasta com o seu transporte Cr\$ 248 mil, já que o passe social está custando Cr\$ 6.200. Para ela e os dois filhos que pagam, tomar ônibus até a escola fica em Cr\$ 644 num mês. Ela gasta um pouco mais que a metade de um salário mínimo, a Cr\$ 1.250, só para poder garantir o ensino gratuito dos filhos. (Pais arcam com custo do transporte. 1993, p.?)

A demora na construção das escolas levou as famílias a organizar uma passeata de protesto no centro da cidade. Este fato me conduz a ponderar que é na ação que se adquire consciência política que por sua vez, é a primeira fase de uma futura autoconsciência, na qual teoria e prática se unificam.

A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devenir histórico, que tem sua fase elementar e primitiva no senso de 'distinção', de 'separação', de independência apenas instintiva, e progride até a posse real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitário (GRAMSCI, 1968. p. 21)

Após a passeata, os manifestantes receberam a promessa da Prefeitura de garantir passes escolares para que as crianças e jovens pudessem, provisoriamente, estudar em escolas distantes dali, como relatou o Diário de Sorocaba:

Aproximadamente 200 mães de alunos, além de alguns estudantes e pais saíram às ruas da cidade ontem, pedindo escola nos bairros Sorocaba I, Ipatinga e Paineiras. Durante a passeata eles protestavam contra as promessas feitas pelo prefeito em campanha, e não cumpridas até agora, prejudicando o ano letivo das crianças e adolescentes. A manifestação dos moradores dos bairros terminou na praça Coronel Fernando Prestes com a promessa de que eles voltarão as ruas caso a reivindicação não seja atendida pelo governo municipal. A concentração dos manifestantes foi feita às 15 horas em frente à 1ª Delegacia de Ensino, na avenida Eugênio Salerno, onde recebeu apoio do Sindicato dos Bancários e de representantes dos bairros Santa Maria e Ipatinga, que também sofrem do mesmo problema de falta de escolas. Demonstrando solidariedade ao movimento, Tânia Bacceli, conselheira do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeosp), que no momento participava de uma reunião de professores e representantes na E.E.P.S.G. Júlio Prestes de Albuquerque, deixou a reunião para se manifestar em favor da iniciativa das mães[...]. Durante a concentração em frente a DE, os moradores receberam

a visita do professor Thomas Fernando Bellini, na condição de representante do secretário de Educação Arthur Fonseca Filho, que afirmou que, para tentar resolver o problema, pelo menos temporariamente, a prefeitura irá distribuir passes de ônibus para os alunos que necessitarem de transporte. A distribuição será feita sexta-feira, às 9 horas, no posto de saúde do bairro Sorocaba I. Os pais terão que apresentar comprovante da matrícula de seus filhos no ato da entrega. Bellini afirmou que, dentro de poucos meses, a escola do bairro já deverá estar pronta e, para os alunos que não conseguiram se matricular, será feito um calendário especial para que não percam o ano letivo.

A passeata percorreu as avenidas Eugênio Salerno e Cesário Mota, a rua São Bento e terminou na praça central. Durante todo o percurso, os manifestantes ocuparam toda a rua, complicando o trânsito na área. A manifestação foi encerrada na praça quando os manifestantes deixaram claro que, se não obtiverem algum retorno dentro dos próximos dias, voltarão a fazer nova passeata. (Mães fazem passeata..., 1993, p.?)

A mesma passeata também foi abordada pela reportagem do Jornal Cruzeiro do Sul, que assim relatou:

Aproximadamente duzentas pessoas, entre estudantes e seus pais, moradores dos núcleos habitacionais do Ipatinga, Santa Marina e Sorocaba I, realizaram ontem a 'caminhada pela Educação' [...]. Mais tarde, o assessor técnico da Secretaria de Educação da Prefeitura, Thomas Fernando Bellini, anunciou para hoje o início da construção das salas provisórias para o Ipatinga.

Empunhando cartazes com dizeres como 'o povo continua sendo palhaço; tem que pintar o rosto para conseguir alguma coisa', 'A luta continua, queremos estudar', e 'É dando que se recebe, demos o voto e até agora não recebemos nada', os manifestantes, apoiados com o carro de som cedido pelo Sindicato dos Bancários, diziam que já estavam cansados de tanta promessa.[...] Bellini disse que amanhã serão entregues fichas gratuitas para os estudantes do Ipatinga e Sorocaba I. A distribuição começará às 9 horas no Centro de Saúde do Bairro [...]. Já no sábado, será a vez dos alunos do Santa Marina, Paineiras e Santa Luíza receberem as fichas. Elas estarão a disposição na Sociedade de Amigos de Bairro do Santa Marina.

Porém, mesmo depois de adquirir a cessão gratuita dos passes de ônibus, algumas mães deixaram claro que só isso não basta. Elas querem uma solução rápida e prática. De acordo com Berneuzza Gomes dos Santos, 35, residente no Sorocaba I, nenhum de seus quatro filhos possuem vagas em alguma escola. Também a dona de casa Elaine do Nascimento, 25, disse que o importante é ter escolas. Ela frisou que, de seus dois filhos, apenas um estuda.

Na opinião da vereadora Iara Bernardi [...] é inadmissível que cerca de mil crianças, pertencentes a 3.500 famílias, fiquem sem escola ou tenham que procurar por escolas longe de suas casas para poderem estudar.

Conforme anunciou ontem o assessor técnico da SEC. Thomas Fernando Bellini, a empresa contratada pelo Estado para fazer as salas provisórias, a Madeisap, iniciará ainda hoje a construção de uma das duas salas de urgência da área do Ipatinga. [...]. ( Pais e alunos fazem..., 1993, p. 8)

O compromisso assumido pela Prefeitura de Sorocaba de distribuir passes gratuitos foi cumprido como relatou o Diário de Sorocaba:

A secretaria de Educação e Cultura do Município inicia hoje a distribuição de passes escolares para alunos dos bairros Sorocaba I, Ipatinga e adjacências que, em razão de o Governo de Estado não ter concluído a construção de escolas, estão sendo obrigados a se deslocar para estabelecimentos situados em outros bairros. Alunos do Sorocaba I, por exemplo, estão estudando provisoriamente na Escola Estadual 'José Reginato', no Jardim Simus. (...).

O assessor técnico da SEC, Thomas Fernando Bellini, que coordenará pessoalmente a distribuição, lembra que somente irão receber os passes gratuitamente, os alunos que estão freqüentando regularmente as aulas. (...) As fichas foram adquiridas pela SEC por determinação do prefeito Paulo Mendes. Foi a forma encontrada pelo prefeito para amenizar o drama dos estudantes que estão tendo problemas para estudar por causa do atraso na construção de escolas que o Governo do Estado se comprometeu a edificar na cidade. 'A distribuição dos passes será feita a cada 15 dias, em caráter emergencial, até que as unidades escolares entrem em funcionamento', informou Bellini.

O assessor técnico da SEC disse também que as obras das salas de emergência foram iniciadas ontem, 'Esperamos que os trabalhos andem rapidamente para que os alunos possam ser atendidos em seu próprio bairro', afirmou. (Estudantes do Sorocaba..., 1993, p.?)

Em visita à Sorocaba, para a posse do titular da recém criada Secretaria Municipal de Habitação, Paulo Sérgio Coelho Fleury, o governador do Estado de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho (1991 - 1995), conforme registrado na matéria "Governador anuncia obras durante a posse do irmão", publicada pelo jornal Diário de Sorocaba, em 1993, anunciava a construção de cinco escolas estaduais de primeiro grau na cidade. As escolas seriam destinadas ao Jardim das Paineiras, Parque Vitória Régia, Santa Marina II, Ipatinga e Bairro dos Morros, totalizando 54 salas de aula.

O mesmo jornal, em meados do mês de abril do ano de 1993, em matéria denominada "Alunos do Sorocaba I e II devem matricular-se", noticiava que a titular da 1ª Delegacia de Ensino de Sorocaba, Virgínia Elizabeth Franco Pinto, convocou os moradores do Conjunto Habitacional "Júlio de Mesquita Filho", com filhos em idade escolar, para efetivar em caráter de urgência, as matrículas das crianças e jovens nas escolas que seriam instaladas no bairro até o fim daquele mês. Anunciava também que os passes gratuitos fornecidos pela prefeitura seriam suspensos assim que se iniciassem as aulas nas "novas" escolas.

Ainda em meados de abril do ano de 1993, o governo do Estado de São Paulo iniciou a construção de cinco novas escolas, cumprindo com o compromisso assumido no mês anterior. Contudo, as construções de escolas nos os bairros de

Paineiras e Vitória Régia foram transferidas para os bairros de Aparecidinha e Jardim São Conrado.

O conjunto habitacional construído no bairro de Ipatinga, finalmente, conquistara uma escola de alvenaria, conforme relata a reportagem do Diário de Sorocaba:

Atendendo solicitação do prefeito Paulo Mendes, o Governo do Estado iniciou a construção de cinco novas escolas e a ampliação de três já existentes para atender a demanda existente no município. Com as cinco novas escolas Sorocaba ganhará no próximo ano letivo mais 6.600 novas vagas e mais 1.920 com as ampliações.

Já se encontram em obras as cinco escolas localizadas no Ipatinga, Bairro dos Morros, Aparecidinha, Jardim São Conrado e Jardim Santa Marina. A construção das cinco novas escolas que, juntas, terão 55 salas de aulas, foram orçadas, em valores de janeiro deste ano, em mais de Cr\$ 29 bilhões. A escola do Ipatinga terá 15 salas de aulas e foi orçada em janeiro em Cr\$ 5,5 bilhões. Sua construção está a cargo da Confil – Construtora Figueiredo Ltda. Ela substituirá as duas escolas emergenciais (desmontáveis) que começarão a funcionar no próximo dia 26, para atender a demanda no núcleo habitacional Sorocaba I. (...).

Todas essas deverão estar prontas até o final deste ano, para que entrem em funcionamento no próximo ano letivo. (...).

A Secretaria de Educação do Estado, atendendo pedido do prefeito Paulo Mendes também montou três escolas emergenciais no município. Elas estão sendo construídas no Ipatinga (duas unidades) e no Jardim Santa Marina. São nove salas cada escola do Ipatinga e quatro salas no Jardim Santa Marina. Quando forem concluídas as escolas definitivas nesses bairros, as escolas emergenciais poderão ser desmontadas e transferidas para outros bairros que enfrentarem o problema de falta de vagas. (...). (Construção de 5 escolas..., 1993, p.?)

Porém, a falta de escolas não era o único problema enfrentado pelos moradores do novo bairro, como revelava a reportagem de Bernadete Marques do Jornal Cruzeiro do Sul:

Morar no Ipatinga, no Conjunto Habitacional 1 e 2, é ter que caminhar todos os dias a pé, em ruas esburacadas pela erosão, sob o sol e a poeira, para tomar ônibus lotado. Em dias de chuva, é enfrentar o barro, ainda mais traiçoeiro quando na escuridão da noite. É ter pouca água na torneira, viver sem escola perto, sem telefone nem comércio, e ainda ficar praticamente isolado da cidade entre 23h e 5h. Naquele período, além de não haver telefone no local, também não há ônibus, táxi, posto de saúde aberto e o policiamento é raro. Tudo muito diferente do que os moradores esperavam, quando compraram suas casas, cujas prestações estão subindo mais do que os salários.

#### **Sem escolas**

Boa parte daqueles problemas está para ser solucionada. Mas com muito atraso. As 3.506 casas dos dois conjuntos habitacionais começaram a ser entregues em dezembro. Hoje, cerca da metade delas está ocupada e as demais em fase de assentamento. Quase todas as famílias possuem crianças em idade escolar. Mas as duas escolas públicas do Estado, feitas

de material pré-moldado, do tipo descartável, só começarão a funcionar amanhã. São três meses de atraso. (...). (Faltam melhorias..., 1993, p.?)

As escolas emergenciais, chamadas de Ipatinga I e Ipatinga II, futuramente intituladas, respectivamente, Escola Estadual de Primeiro Grau Professor “Rafael Orsi Filho” e Escola Estadual de Primeiro Grau “Antônio Vieira Campos” passaram a atender a população estudantil do bairro a partir do dia 26 de abril do ano de 1993, Sobre o início das atividades das escolas, o Jornal Bairro em Foco trouxe a seguinte matéria:

**RAFAEL ORSI FILHO: A ANTIGA IPATINGA I** – No início, além da estrutura de madeira, a escola tinha outra denominação: era oficialmente conhecida como Escola Estadual de Primeiro Grau Ipatinga I. ‘Esse nome foi dado à escola devido a fazenda de mesmo nome que aqui havia, antes da construção das casas do bairro’, relembra a secretária Marli A. Bliumen, funcionária desde sua inauguração.

Apesar da fundação da Rafael Orsi acontecer no mesmo dia da Antônio Vieira Campos, as atividades tiveram início apenas no mês seguinte. ‘Por causa do atraso a escola tinha que repor as aulas aos sábados’, conta. Para ela, o prédio de madeira, por ser construído provisoriamente, não tinha uma infra-estrutura completa: o pátio era pequeno, não havia quadra de esportes, além do barulho e ecos nas escadas de madeiras no horário de entrada e saída dos aproximadamente 500 alunos de Ensino Fundamental atendidos na época. Mas, para ela, apesar dos inconvenientes a escola de madeira deixou saudades. (...).

**ANTÔNIO VIEIRA** – Localizada na antiga rua 6, o primeiro prédio, também de madeira, era assobradado, reunindo 8 salas de aulas, cozinha, pátio, secretária e demais dependências. Conhecida na época como Ipatinga II, atendia um total de 840 alunos de 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental. (...). (As primeiras escolas..., Jul/Ago 2006, p. 7)

**Imagem II – Escola “Antônio Vieira Campos” construída de madeira.**



Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, (sem data).

No início do mês de agosto do ano de 1994, o governador Luiz Antônio Fleury Filho, atendendo a um pedido do prefeito Paulo Mendes, autorizou a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) a construir outras cinco novas escolas de primeiro grau em Sorocaba, conforme veiculado pelo jornal Cruzeiro do Sul, em matéria intitulada “Sorocaba terá cinco novas escolas estaduais”. As informações que chegaram ao prefeito eram de que algumas escolas seriam construídas, sendo uma no Parque Esmeralda com 7 salas, outra no Conjunto Habitacional Júlio de Mesquita Filho com 15 salas, (Escola Estadual Primeiro Grau Professor “Rafael Orsi Filho”) no Jardim Afílio Silvano com 8 salas, ainda no Parque Vitória Régia com 10 salas e mais outra no Jardim Los Angeles com 11 salas.

No dia 09 de Agosto do ano de 1994, finalmente os moradores do Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho”, depois de muito empenho, conquistaram um prédio de alvenaria para a E.E.P.G. “Antônio Vieira Campos”. Entretanto, a inauguração ocorreu em meio a protestos de moradores que reivindicavam a construção de outro prédio escolar. Esta passagem foi noticiada da seguinte forma pelo Diário de Sorocaba:

A solenidade de inauguração de uma escola padrão no Conjunto Residencial ‘Júlio de Mesquita Filho’ (ex-Sorocaba I) que contou com a presença do prefeito Paulo Mendes, foi marcada por reivindicações dos moradores, através de cartazes, do discurso do presidente da Sociedade

Amigos de Bairro, José Pereira de Moraes, e da entrega de um abaixo-assinado com 380 nomes.

Os moradores reivindicam a Prefeitura providências para a construção imediata de uma nova escola (...). O prefeito todos os pedidos, recebeu o abaixo-assinado e prometeu tomar providências. Em seguida deu início a solenidade de inauguração, que contou com uma banda e queima de fogos. (Inauguração de escola acaba..., 1994, p.?)

### **Imagem III – Inauguração do prédio de alvenaria da Escola “Antônio Vieira Campos”.**



Fonte; Jornal Cruzeiro do Sul, (sem data).

Sobre a inauguração desta mesma escola, o Jornal Cruzeiro do Sul publicou:

Dentro de uma semana, 1.300 alunos, moradores do Conjunto Habitacional 'Júlio de Mesquita Filho, estarão estudando na nova escola do bairro, A EEPG 'Antônio Vieira Campos'. O prédio foi inaugurado ontem pelo prefeito Paulo Mendes, como parte da programação de festividades em comemoração aos 340º aniversário de Sorocaba. Em seu discurso, o prefeito disse que a partir de 95 uma outra escola será construída no bairro. Com a nova unidade que deverá ter 15 salas de aula (...).

A escola entregue ontem, conforme a diretora Sueli Martins Madureira, conta com dezesseis salas de aula, sala de professores, diretoria, sala de TV e vídeo, biblioteca e outras (...).

Sueli disse que a partir de 95, a escola passará também a atender o 2º grau e o número de estudantes subirá para, aproximadamente, 1.400. Mesmo assim, a escola não conseguirá atender a demanda de estudantes do bairro que tem hoje cerca de dez mil moradores. Por isso, o prefeito já adiantou aos moradores presentes à cerimônia, que a partir de março de 95 o bairro ganhará uma nova escola. O prédio já esta com sua obra licitada e será construído em concreto pré-moldado no início das ruas 4 e 5 e deverá atender cerca de 1.800 alunos do 1º grau, em três períodos (...). (Prefeito inaugura..., 1994, p.?)

Essa situação poderia revelar a importância que a comunidade dava à necessidade de um espaço físico adequado para o desenvolvimento da educação escolar.

No dia anterior à inauguração do prédio de alvenaria, foi aberto um Livro de Atas para Associação de Pais e Mestres pela Diretora Sueli Martins Madureira, no qual se registrou a reunião de fundação da APM (ver: anexo B). No mesmo livro, em ata da reunião realizada pela APM no dia 13 do mês de julho do ano de 1995, registrou-se que a partir do dia 31 de agosto do ano de 1994 a unidade escolar estava mudando de endereço para a Avenida “A” nº 3272; no Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho”. (ver: anexo C)

### **3.5 - E A QUADRA CAIU ....**

Antes de completar um ano de sua inauguração, o prédio da escola “Antônio Vieira Campos” começou a apresentar problemas estruturais provocados por erosão. A princípio, foi a quadra de esportes que sofreu os primeiros impactos. Esse fato levou novamente pais e alunos a se manifestarem publicamente contra as condições de sua escola. A manifestação contava também com o apoio do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado (Apeoesp).

O Jornal Cruzeiro do Sul anunciou manifestação da seguinte forma:

O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado (Apeoesp), pais e alunos de escolas do Conjunto Habitacional ‘Júlio de Mesquita Filho’, Sorocaba I, Marcaram para as 15 h de hoje uma manifestação pedindo melhorias para as escolas do bairro. O nome dado à manifestação é ‘Viagem ao Centro da Terra à procura da escola pública’. As reivindicações são: contenção da erosão e reconstrução da EEPG ‘Antônio Vieira Campos’; construção de um novo prédio para substituir o da escola ‘Professor Rafael Orsi de Campos’; aumento do número de vagas para atender a demanda com a inauguração de novos loteamentos; mais vagas para a pré-escola municipal. A manifestação acontecerá na EEPG “Antônio Viera Campos”. (Manifestação pede melhorias..., 1995, p.?)

A manifestação programada contou com a participação de centenas de pessoas, segundo o Jornal Cruzeiro do Sul:

Pais, alunos, professores, vereadores e sindicalistas fizeram ontem uma manifestação reivindicando melhorias nas escolas do Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho”, o Sorocaba I. O ato aconteceu na EEPG “Antônio Vieira Campos” e reuniu cerca de oitocentas pessoas (segundo estimativa da Apeoesp, Sindicato dos professores) ao redor de um buraco formado pela erosão e que já destruiu metade da quadra de esportes da escola.

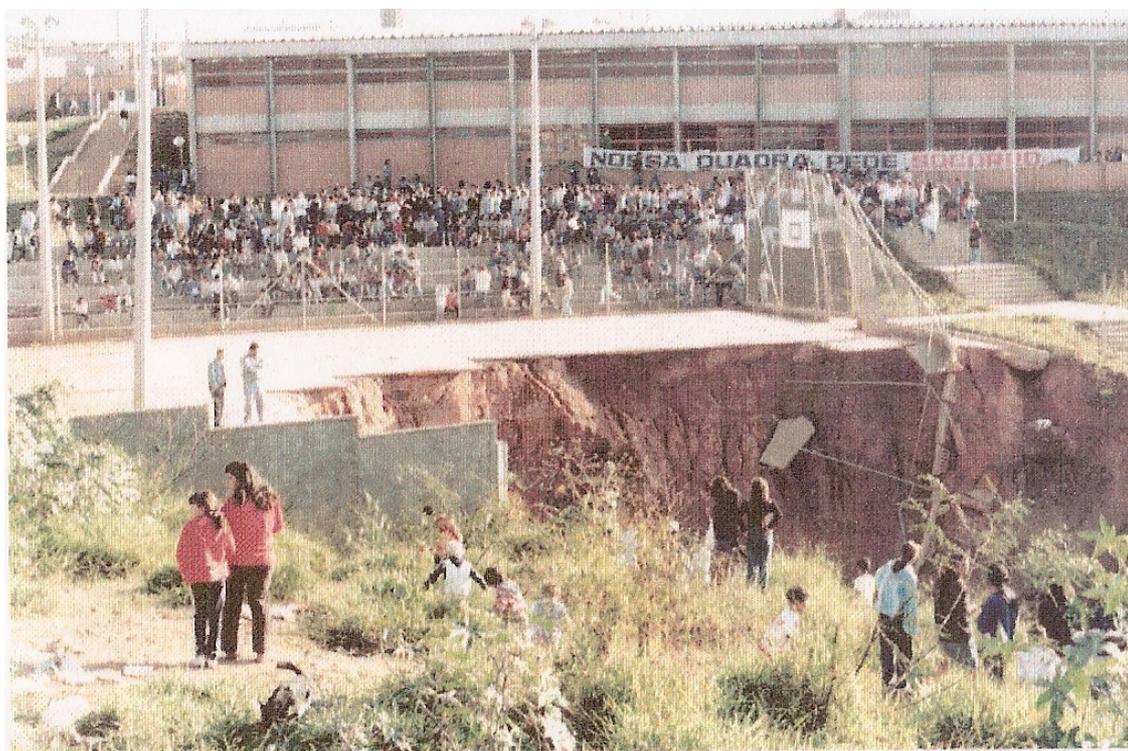
Um grupo desceu até o final do buraco, com pontos que chegam a aproximadamente quinze metros de profundidade, para pendurar uma faixa com os dizeres: ‘Vamos tirar a educação do buraco’. Uma equipe do Corpo de Bombeiros esteve no local para auxiliar a colocação da faixa. Segundo a avaliação do Corpo de Bombeiros, em alguns pontos o buraco chega a ter trinta metros de extensão. A diretora da escola, Sueli Martins Madureira, conta que o buraco começou a se formar com as chuvas de dezembro do ano passado. A direção da escola já comunicou a Prefeitura Municipal e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), mas o problema não foi solucionado. O prédio da escola, que está funcionando desde agosto do ano passado, está cheio de trincas. Segundo a diretora, na área da quadra existiam minas que foram aterradas, mas com a chuva as minas reapareceram e estão comprometendo o prédio. Foi colocada uma cerca nos fundos da escola para que os alunos não tenham acesso à quadra. Sueli garantiu que nenhum aluno se machucou no local.(...).

#### **Parceria**

O Secretário municipal de Serviços Públicos, Gerson Nascimento, informou que visitou a escola ‘Antônio Vieira Campos’ e que a Prefeitura propôs, em março, ao governo do Estado uma parceria para a realização da obra. Nessa parceria, a Prefeitura entraria com homens e o equipamento e a FDE faria o projeto e entraria com o material. Até agora não houve retorno da FDE, disse nascimento.

Ele explicou que aquela ‘é uma obra grande e é um prédio em garantia’. O governo do Estado é que tem de avaliar se a responsabilidade pela obra não é da construtora, disse.(...). (Manifestação..., 1995, p.?)

### **Imagem IV – Queda da quadra esportiva da escola “Antônio Vieira Campos”.**



Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, (sem data).

Diante da condição da escola, a diretora Sueli Martins Madureira, representando seus freqüentadores, recebeu espaço no Jornal Cruzeiro do Sul para promover uma campanha de reconstrução da quadra de esportes:

Vamos tirar a escola 'Professor Antônio Vieira Campos' do buraco'. Este é o tema da campanha que a escola do Conjunto Habitacional 'Júlio de Mesquita Filho' está promovendo para reconstruir sua quadra de esporte, destruída pela erosão. A quadra da escola desabou em janeiro e até agora continua interditada.

Segundo a diretora do estabelecimento, Sueli Martins Madureira, a campanha não visa arrecadar dinheiro da comunidade para a construção da quadra, 'mas sim a mobilização de todos eles para que possamos cobrar das autoridades responsáveis a reconstrução do que desabou', disse.

Sueli acrescentou que entrou em contato com a Prefeitura e a Fundação de Desenvolvimento Escolar (FDE) logo após o desabamento da quadra, 'mas ainda obtive respostas'.

Carlos Urquiza, diretor do Sindicato dos Professores em Sorocaba (Apeoesp), e que vem acompanhando o desabamento da quadra da 'Antônio Vieira Campos' disse que o sindicato e a escola haviam programado um encontro com o prefeito Paulo Mendes (PMDB) para discutirem o assunto, 'mas não conseguimos agendar uma data com ele' (prefeito).

A diretora da escola afirmou, também, que as aulas de educação física e as atividades de recreação estão sendo feitas no pátio da escola. Ela observou que o local não é apropriado. A escola funciona em três turnos e tem 1.500 alunos matriculados. As séries vão do 1º primário ao 3º ano colegial.

#### **Sem anotações**

Sumie Hiranobe, secretária do prefeito, disse que não foi procurada por representantes da escola ou Apeoesp para agendar visita do prefeito no local.

Na secretaria da Educação, a informação era de que também não havia sido agendada a participação do secretário da Educação, Antonio Carlos Bramante, em encontro na escola (...). (Campanha quer tirar..., 1995, p.?)

No mês de setembro do ano de 1995, o Jornal Cruzeiro do Sul, em matéria "Erosão permanece", informava que a reconstrução do pátio e da quadra esportiva da escola "Antônio Vieira Campos" ainda não estava nos planos da Secretaria do Estado da Educação. Ainda informava que o Deputado Estadual Caldini Crespo também havia oficializado duas vezes pedido de reforma naquela unidade escolar para a secretária da Educação Rose Neubauer.

O impasse sobre a responsabilidade pela reconstrução da quadra propiciou confronto entre Prefeitura e Secretaria do Estado da Educação, conforme assinalava o Jornal Cruzeiro do Sul:

Continua a batalha entre Prefeitura e Secretaria de Estado da Educação para ver quem é a responsável e, conseqüentemente, vai arrumar o desmoronamento da quadra esportiva e do muro da EEPSPG 'Antônio Vieira Campos' (...).

Para poder confrontar com o relatório da Secretaria ou então acatá-lo, ontem, pela manhã, técnicos da Secretaria de Edificações e Urbanismo (Seurb) estiveram avaliando o desmoronamento. Eles vão fazer um relatório sobre a galeria existente no local.

Ou seja, a Seurb quer verificar se o escoamento das águas pluviais está correto e não como apresenta o relatório da Secretaria, que aponta a Prefeitura como a responsável pelo desmoronamento devido à não conclusão da rede pública para escoamento das águas pluviais.

A informação é do secretário de serviços públicos, Gérson Nascimento, e confirmada por uma funcionária da Seurb. O secretário da Seurb, Marco Antônio Bengla Mestre, se encontrava em reunião ontem à tarde e não pôde atender a reportagem. Conforme a funcionária que não quis se identificar, o encontro era discutir o problema da escola. (...).

### **Confrontações**

Conforme Gérson Nascimento, o relatório do Estado – que diz que ‘os problemas existentes no prédio ocorreram em virtude da não conclusão da rede pública para a captação das águas pluviais, cuja responsabilidade é da Prefeitura Municipal, pois as águas que escoam pelo terreno da escola não seriam suficientes para provocar o desmoronamento...’ – não aponta a verdade.

Para ele, os próprios responsáveis pelas obras (construção da quadra esportiva e do muro) não tomaram o devido cuidado para a contenção do talude do aterro, onde a quadra foi construída. ‘Por isso o desmoronamento’, diz.

Nascimento espera que a avaliação da Prefeitura possa se confrontar com o da Secretaria de Estado da Educação, pois a avenida defronte à escola recebeu pavimentação e, para isso, também uma galeria para captação de águas pluviais o suficiente para suportar o volume de água da chuva. (Paço e Estado não sabem..., 1995, p.?)

Após visitarem a escola, os técnicos da Secretaria de Edificações e Urbanismo (Seurb) apresentaram o relatório sobre o desmoronamento da quadra da Escola:

(...) concluíram que o desmoronamento da quadra de esportes da escola deu-se devido à soma de diversos fatores.

Eles verificaram que existem diversos olhos d'água (nascentes) sob o local onde implantado a quadra e disseram que não constataram a existência de drenos na execução do aterro. ‘Tanto que, conforme informações, consta que mesmo em épocas de secas, o piso da quadra permanecia constantemente úmido. O fato indica que as águas da nascente estariam aflorando, comprometendo a estabilidade da terraplanagem executada no local’, informa nota de assessoria de imprensa do Paço.

A nota cita que a drenagem superficial executada pela FDE, na área da escola é deficitária, chegando mesmo a inexistir em alguns pontos críticos. E quanto à drenagem pluvial, os técnicos da Seurb lembram que a mesma foi executada de acordo com o projeto elaborado pela Crhis (Companhia Regional de Habitação de Interesse Social). Esses fatores comprometem a estabilidade do aterro, diz nota. (Seurb divulga relatório..., 1995, p.?)

A morosidade em determinar o responsável pela reconstrução da quadra esportiva e a demora da construção do novo prédio da escola vizinha Professor “Rafael Orsi Filho” levou novamente os moradores e estudantes às ruas:

Pedir melhorias às duas escolas do bairro foi o motivo que levou aproximadamente 150 pessoas (avaliação dos organizadores) às ruas do conjunto habitacional ‘Júlio de Mesquita Filho’ (Sorocaba I), na tarde de ontem. Com cartazes, faixas e palavras de ordem, os moradores queriam, segundo um dos coordenadores da manifestação, José Pereira Moraes, chamar a atenção das autoridades para a falta de condições adequadas no ensino público oferecido nas duas unidades do bairro.

O movimento foi coordenado pela Comissão de Desenvolvimento Comunitário (CDC), uma instituição informal, da localidade.

Para a diretora cultural do Grêmio Estudantil da EEPG ‘Antônio Vieira Campos’, Gentileine Adriane de Andrade, 17, a comunidade deve se mobilizar para que haja melhoras nas condições das unidades do Sorocaba I. ‘Estamos com uma quadra destruída há mais de um ano e ninguém fala nada. Hoje não se tem um local para prática de educação física, um espaço para se encenar uma peça de teatro ou qualquer atividade extra-classe’, reclama a líder estudantil.

Ela frisa, ainda, a necessidade dos pais e alunos se mobilizarem para que as escolas “Antônio Vieira Campos” e ‘Rafael Orsi Filho’ –de madeira, esta última – recebam melhorias. (...). (Moradores querem..., 1996, p.?)

Inconformados com a situação do prédio da unidade escolar, pais foram buscar auxílio do Ministério Público para resolver a pendência entre Estado e Município.

(...) De acordo com a diretora da escola, Sueli Martins Madureira – que também colabora com o movimento popular –, desde que a quadra desabou, várias solicitações de reforma já foram feitas à Secretaria de Educação do Estado, que sempre alega não poder fazer nada para resolver o problema. ‘O prédio só tinha seis meses quando aconteceu o desabamento. Para minimizar os danos, já solicitamos ajuda até da Prefeitura, que informou só poder fornecer mão-de-obra para a realização de alguns serviços, pois o prédio é do Estado’, comentou. (Pais Pedem auxílio..., 1996, p.?)

A manifestação da Coordenadoria de Ensino do Interior (CEI) – o órgão da Secretaria de Estado da Educação, responsável pelas escolas fora da capital e da Grande São Paulo, era que as obras ainda não tinham sido executadas devido à não canalização dos olhos d’água existentes no local e, segundo esse órgão, essas obras seriam de responsabilidade da Prefeitura de Sorocaba. A prefeitura defendia-

se alegando que as obras de drenagem deveriam ter sido feitas pela empreiteira responsável pela construção, antes da edificação da quadra:

(...) O assessor técnico da Secretaria de Edificações e Urbanismo (Seurb), José Almeida Prado, diz que, quando a escola foi construída, o local da quadra foi simplesmente aterrado, ignorando-se a existência e ação da água que aflora no local. (...) a Prefeitura esta mantendo contatos com o engenheiro responsável pela Fundação de Desenvolvimento da Educação (FDE), na região – outro órgão da Secretaria da Educação – para que uma solução seja encontrada. Disse ainda que, no último encontro com o representante da FDE, quinta-feira passada, foi informado que a entidade estava estudando a possibilidade de contratação de uma empresa especializada em drenagem para o desenvolvimento de um estudo e de um projeto para o reaterramento do local. 'De posse desse estudo, uma nova reunião deverá acontecer entre técnicos da Prefeitura e da FDE para a definição do que pode ser feito na escola', disse. 'É bem provável que dessa reunião possa surgir uma parceria entre poder público municipal e o Estado', comentou o assessor técnico da Seurb.

#### **Prejuízos**

(...) Pai de uma aluna deficiente física de 12 anos, José Pereira conta que sua filha tem de usar fraldas para ir à escola, pois o único banheiro existente na ala onde esses alunos estão estudando não é adaptado para receber deficientes.

O pedido de auxílio ao Ministério Público foi entregue a um oficial de justiça e, por enquanto, os pais não receberam nenhuma informação sobre uma possível ajuda. (Pais Pedem auxílio..., 1996, p.?)

O Ministério Público, por meio do promotor Arnaldo Marinho Martins Júnior, convocou para estarem presentes no Fórum de Sorocaba representantes da Prefeitura, da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) e da Comissão de Desenvolvimento Comunitário. Marco Antônio Bengla Mestre, Marina Medalha e José Pereira de Moraes representaram respectivamente essas entidades. A intenção do Ministério Público, de acordo com o noticiário do Jornal Cruzeiro do Sul, em 1996, "Adiada a reunião que discutiria problemas", era a de organizar uma reunião conciliatória ente as partes, embora essa reunião tenha sido adiada, o encontro resultou no início de um possível acordo para que as obras das quais a escola necessitasse tivessem início.

A persistência do problema estrutural do prédio escolar levou o Deputado Estadual José Hamilton Pereira a expressar publicamente através do ofício nº 200/97 – 25/09/1997 – suas iniciativas para solução da questão. Entretanto, sinalizava que seus pedidos não tinham sido contemplados pela Secretaria de Estado da Educação. Alertava também que a mobilização e a cobrança às

autoridades eram alternativas indicadas aos cidadãos para fazer valer os seus direitos. (ver: anexo D)

No livro de atas da Associação de Pais e Mestre são registradas duas visitas do Deputado estadual José Hamilton Pereira no ano de 1997, sendo que na segunda visita o Deputado foi acompanhado da engenheira da Prefeitura Municipal Ildeia Maria de Souza. (ver: anexo E)

Em editorial: “Cidade desassistida”, o Jornal Cruzeiro do Sul, (1997, p.2) apontava para as carências do bairro, entre elas, a inexistência de locais para a prática de esportes para os jovens. O referido jornal salientava que a quadra de esportes da escola havia sido carregada pela erosão e que ninguém sabia quando voltaria a funcionar.

A partir do ano de 1998, as trincas que surgiram no prédio da escola levaram temor a pais e alunos:

Os 2.300 alunos da EEPSPG ‘Antônio Vieira Campos’ (...) estão estudando em um prédio que está com parte das vigas colunas de sustentação comprometidas. Das quinze salas de aulas, onde estudam desde crianças de 7 a 12 anos a adolescentes, seis estão com rachaduras(...) A vice-diretora Andréia de Lourdes Anhaia, diz que aguarda há mais de quinze dias, a presença de técnicos para uma vistoria.

A preocupação com a situação da escola não é apenas dos funcionários. Ontem, pais de alunos se reuniram para exigir medidas de segurança para seus filhos. Lara Garcia, mãe de uma aluna da 3ª série, diz estar assustada com o problema. ‘Não é só o buraco que está na quadra, que dá medo. A escola foi mal construída e a qualquer momento pode desabar’, comentou. Lara conta que começou a perceber as trincas há vários meses. ‘Primeiro foi no corredor, agora as salas de aula estão com verdadeiros buracos’, diz a mãe. Ela falou que com toda essa situação está tendo dificuldades em levar a filha na escola, em dias de chuva. Segundo Lara, a menina fica apavorada porque acha que a chuva vai fazer com o prédio a mesma coisa que fez com a quadra de esporte. (Trincas no prédio..., 1998, p.?)

Nesta mesma reportagem, deparei-me com acordo que havia sido resultado das reuniões iniciadas no mês de maio do ano de 1996, entre a Prefeitura, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), moradores do bairro e funcionários da escola em função da reconstrução da quadra esportiva:

A vice-diretora da escola diz que o problema vem se agravando desde 96. ‘Já mandamos vários ofícios para a Prefeitura, pedimos ao Fundo de Desenvolvimento Educacional (FDE) e até participamos de uma reunião com o juiz e as demais partes envolvidas’. Na reunião foi determinado que a Prefeitura faria a canalização de uma vertente, que é responsável pela erosão do terreno, depois o aterramento da área, para que a FDE liberasse

a verba para a reconstrução da quadra de esportes. Nenhuma providência foi tomada. (...). (Trincas no prédio..., 1998, p.?)

Diante do medo de que as estruturas do prédio sucumbissem, cerca de dez pais de alunos fizeram uma manifestação rápida em frente à escola e, utilizando-se de uma perua de som, alertavam os estudantes do perigo. O registro de tal acontecimento foi realizado pelo referido jornal, conforme matéria denominada: “Pais de alunos fazem um protesto de alerta”.

Com vistas à segurança de alunos e professores, a prefeitura iniciou as obras emergenciais na Unidade escolar. O objetivo das obras também era o de impedir que os problemas de rachaduras evoluíssem, até que os trabalhos de recuperação da escola fossem realizados pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE). Assim finalizava a assessoria de imprensa do então prefeito municipal, Renato Amary:

(...) Ontem, conforme Amary havia dito, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae) e a Secretaria de Serviços Públicos (Serp) estiveram na escola iniciando os trabalhos emergenciais. E o secretário da Serp, Milton Cepellos, explicou que começam os serviços ‘de recuperação do alambrado que protege a escola, no trecho que compreende o local da erosão e, na seqüência, o serviço vai incluir o reforço da cerca existente do lado oposto, que também dá acesso ao ponto problemático e pode oferecer risco’. Amanhã, o Saae fará a drenagem do terreno e o prolongamento da galeria de águas pluviais, conforme explicou, via assessoria, o diretor da autarquia, Pedro Dal Pian Flores. (...).

#### **Não há riscos**

Anteontem, uma comissão de pais de alunos, professores, representantes do bairro Sorocaba I e vereadores se reuniram com o prefeito Renato Amary, para pedir providência emergencial à EEPSP ‘Antônio Vieira Campos’. O prefeito apresentou um laudo técnico, que afirma que a estrutura do prédio não oferece risco de desabamento.

A notícia não agradou a comissão, que pediu a reforma do prédio e a reconstrução da quadra de esporte, engolida pela erosão decorrente de uma vertente de água.

#### **O laudo**

O laudo sobre a estrutura da escola, que foi assinado pelo engenheiro Nivaldo dos Santos, chefe de Divisão de Obras da Serp, informa que ‘as fissuras e anomalias estão identificadas e que são provenientes de acomodações naturais da estrutura de fundação. No documento o engenheiro afirma que a ‘junta de dilatação, tecnicamente, faz parte do contexto estrutural’.

Com referência à quadra de esporte, o laudo relata que ‘parte do muro ainda existente em ‘palitos’ de concreto armado está com sua estrutura comprometida, pois se encontra à margem do valo e no caminho natural de águas pluviais. Por isso é necessário o redirecionamento das águas para a conter a erosão e o fechamento da área, impedindo a permanência de crianças no local. (Prefeitura isola..., 1998, p.?).

Como anunciara o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae), em 1998, de acordo com o jornal Cruzeiro do Sul, em “Saae começa a drenar área de vertente que já ameaça escola”, fora iniciado o trabalho de drenagem no terreno da escola. As atividades se concentraram na abertura de um acesso ao local onde a drenagem seria executada no prolongamento da galeria de águas pluviais existentes no local.

A partir dos trabalhos do Saae, a possibilidade de reconstrução da quadra esportiva da escola se tornava eminente.

(...) Com a conclusão das obras pelo Saae, que deverá custar mais de R\$ 100 mil, o problema de erosão no terreno será eliminado, podendo o governo estadual reconstruir o muro e a quadra, que desabaram em janeiro de 95, (...). ‘O serviço da Prefeitura é acabar com o problema da erosão e isso é que vamos fazer, disse o diretor do Saae, Pedro Dal Pian Flores.

Ele explicou que as obras estão na fase final, faltando construir as caixas de captação das tubulações, além de um sistema de captação de águas pluviais, para evitar que as águas deságüem novamente no terreno. A obra teve início em maio com abertura de um acesso e em seguida foi feita a drenagem de uma mina.(...) O Saae também prolongou em cinquenta metros a galeria de águas pluviais que desce pela rua José Virgílio de Souza. Essa galeria, que acabava no terreno, foi prolongada até o córrego onde a água da mina e galeria se juntam..

Também para evitar uma nova erosão no terreno, o Saae construiu taludes (rampas feitas no próprio terreno) no qual serão plantados gramas e outros tipos de vegetação. (...).

#### **A quadra**

A construção de uma nova quadra para escola deverá ser feita pelo Governo do Estado, por meio da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE). O Jornal Cruzeiro do Sul tentou contato ontem com a FDE para saber detalhes da obra, mas a assessora de imprensa do órgão, única autorizada a dar informações para a imprensa, não estava trabalhando. (...). (Saae elimina..., 1998, p.?)

Contudo, tais obras não impediram de as chuvas do mês de dezembro do ano de 1988 causarem novos danos ao terreno da escola, inclusive levando à queda de parte do muro de proteção da nova quadra de esportes, que havia sido construído recentemente. Em nota, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto, que estaria realizando obras de recuperação de alguns pontos junto à escola, ressaltava que os serviços de pavimentação das ruas, executados no bairro, iriam solucionar os problemas gerados pelas enxurradas.

Finalmente no dia 09 de maio do ano de 1999, o Jornal Cruzeiro do Sul noticiava a reinauguração da quadra esportiva, após mais de quatro anos marcados por impasses e lutas de seus usuários:

O prefeito, Renato Amary (PSDB), esteve ontem na EE 'Antônio Vieira Campos, no bairro Júlio de Mesquita, para reinaugar a quadra poliesportiva da unidade que desabou por infiltrações há quatro anos. (...).

A diretora da escola, Maria das Graças Silva Rodrigues, lembrou que a recuperação da quadra foi reivindicada pelas lideranças do bairro durante quatro anos e que é de grande importância para os alunos daquela região que não têm opções de lazer.

A obra foi realizada em parceria da Secretaria do Estado da Educação e a Prefeitura Municipal de Sorocaba.

O prefeito participou ainda da abertura do 1º torneio de Futebol de salão da escola, aberto para alunos e para a comunidade do bairro. O campeonato será realizado na quadra da escola com disputas femininas e masculinas em várias categorias. Durante a abertura, Amary tentou por duas vezes marcar um gol com a bola parada na marca do pênalti, na primeira tentativa chutou para fora e na segunda foi defendida pela goleira. (Prefeito Inaugura..., 1999, p.?)

### **Imagem V– reinauguração da quadra esportiva da escola “Antônio Vieira Campos”.**



Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul, (sem data).

### **3.6 - AGORA É A VEZ DE QUEM PARTICIPOU DESSA CONQUISTA.**

É pertinente declarar o que o leitor já pôde ter observado: para registrar os acontecimentos relacionados à reforma da escola “Antônio Vieira Campos” percorri até aqui uma direção que se utilizou especificamente como instrumento de mediação das informações de órgãos oficiais e de imprensa<sup>26</sup>. Essas informações coletadas

<sup>26</sup> Não podemos deixar de frisar que o jornal é um documento histórico singular, que tem no mosaico das notícias que estampa a sua característica. Ele trabalha com diversos grupos, oferece atrativos

são de importância para o resgate histórico da unidade escolar e do próprio bairro em que ela está inserida, contudo não são por si só suficientemente capazes de descrever ou apontar a experiência do movimento social que aflorou naquela localidade.

Considerando esses limites, apresento novos dados que assinalam a existência desse movimento social e, para isso, me remontarei aos personagens que vivenciaram esse processo, procurando identificar a compreensão que eles tiveram dos fatos descritos por este estudo.

Uma das personagens desses episódios foi a senhora Ilza Antonia de Souza, moradora do bairro desde o ano de 1995, mãe de aluno, que participou das discussões quanto à recuperação da quadra de esportes. A referida senhora foi procurada por mim em sua residência no final do ano de 2006. Após agradável acolhida, apresentei a ela o desejo de contar com seu apoio no desenrolar de minha pesquisa. Ela gentilmente se prontificou a dar os detalhes do que se lembrasse para expressar suas opiniões acerca dos fatos.

Em janeiro do ano de 2008, voltei a procurá-la, naquele instante com a pesquisa em andamento, apresentei-lhe quatro questões. A Senhora pediu que deixasse as questões redigidas e voltasse uma semana depois. Passado o tempo, voltei à residência e recebi as respostas, apresentadas a seguir:

- 1) Quando a senhora Matriculou seus filhos na E.E. “Antonio Vieira Campos”, a quadra já estava danificada? A sra. avalia que desmoronamento da quadra de esportes prejudicou o desenvolvimento educacional escolar de seus filhos? Comente, por favor.

*R. Sim, quando matriculei meus filhos na Escola Antonio Vieira Campos em 1995 a quadra de esportes já estava danificada. No primeiro momento não me importei, pois achei que o problema seria sanado logo. Percebi que os moradores do bairro já estavam se manifestando a respeito, mas com o tempo fui sentido mal e lesada, afinal tinha dois filhos matriculados nesta escola, uma na segunda e outra na terceira série do ensino básico.*

*Como conhecia o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.068 de 13 de julho de 1990 – ECA) que diz que toda criança tem direito A Educação e ao Esporte, ao lazer, a profissionalização, etc., me preocupei com o problema.*

*Meus filhos cresceram sem poder jogar futebol, sem a matéria de Educação Física, pois a mesma, acabara sendo praticado no pátio, que não tinha condições nenhuma para a prática de esporte. Os alunos, em geral, ficavam preguiçosos, deprimidos sem estímulo para nada. As mães se revoltam e vivíamos nos manifestando contra isso. Com os anos, fui sentido que aquela luta era mais difícil do que parecia ser.*

2) O que a senhora Pode relatar quanto à ação dos moradores junto ao Ministério Público para a reconstrução da quadra esportiva?

*R. A diretora da época (Professora Sueli), eu e mais um pai de aluno fomos ao fórum, para uma audiência com os engenheiros da FDE e os representantes da Prefeitura do nosso município.*

*Fiquei chocada com tudo que vi, todos discutiam, alguns alegavam que a Prefeitura havia dado um terreno ruim para a construção da escola e a Prefeitura alegava que o Estado era quem escolheu o local.*

*O Promotor Público, em seu serviço, chocou-se e disse a todos que o assunto da audiência era o lazer das crianças e que discussões sobre a “culpa” não levaria a nada.*

3) A senhora Identifica o movimento popular do qual participou como movimento a favor da escola pública, universal e gratuita?

*R. O movimento enfrentava muita dificuldade para ser concretizado, pois, dependíamos também que os representantes do poder público nos ouvissem, o que nem sempre acontecia.*

*A necessidade para que nossos filhos tivessem condições de receber uma educação escolar digna, nos motivou a tudo isso. Pago meus impostos e acredito que a existência de uma escola pública, universal, gratuita e de qualidade seja possível, tem que haver interesse político para que isto se torne realidade.*

4) Ao participar do movimento social que envolvia a recuperação física da escola a senhora teria se identificado como personagem de uma mesma condição social

de outros indivíduos? Esta identificação, se ocorreu, denotaria a possibilidade da busca de objetivos comuns na superação das estruturas sócio-econômicas predominantes no cotidiano?

*R. Acredito que todos nós que participamos desse momento histórico tínhamos o objetivo comum de melhorar os estudos de nossos filhos e quase todos éramos trabalhadores assalariados. Acredito que nossas semelhanças e objetivos sociais poderiam estar voltados para a construção de uma sociedade com estruturas econômicas diferentes da que vivíamos, com distribuição de renda e oportunidades iguais para todos.*

Considerando as respostas da entrevistada, pondero que havia um incômodo por parte das famílias quanto ao estado da escola, pois era impraticável, ao menos no interior do recinto escolar, a atividade de educação física. E essa condição, segundo seu depoimento, promovia um estado de apatia entre os alunos.

É evidenciado também que as autoridades públicas divergiam quanto à responsabilidade do estado precário em que se encontra a unidade escolar, como também sobre a responsabilidade quanto à reforma da escola.

Entendo nas expressões colhidas, quando discorre sobre seu envolvimento nas ações populares para a reforma da escola, um posicionamento em defesa da escola pública, universal e gratuita, pois, segundo ela, essa reforma seria possível se houvesse interesse político. Avalio que tal posicionamento, relacionado às condições da escola, revelaria a insatisfação desta Sra. frente às políticas que orientavam a educação escolar naquele contexto.

Por fim, a senhora Ilza manifesta que naquele momento, se identificou como membro de um grupo social com objetivos definidos, além do mais a busca para a melhoria das condições de escolaridade de seus filhos contribuiria para que aquelas pessoas avaliassem a sua condição social na história e esboçassem alternativas ao modelo sócio-político e econômico vigente.

Após entrevistar a senhora Ilza, mãe de aluno, interessei-me pela versão de alguém que pudesse representar a posição dos professores frente a esse contexto histórico. Com essa finalidade, durante conversas com amigos do magistério, averigüei que a professora Kátia Aparecida Luz Rodrigues, atualmente professora de matemática, efetiva no cargo na escola “Antônio Vieira Campos”, servindo a unidade escolar desde o ano de ano de 1994, pudesse ser a pessoa que procurava.

Em abril de 2008, encontrei a professora na própria unidade escolar e, após lhe apresentar o projeto de pesquisa, recebi todo o seu apoio. Deixei, então, quatro perguntas que havia preparado e escrito previamente. Aparentemente tais perguntas entusiasmaram a professora, pois em poucos dias ela devolveu-me por escrito as respostas com informações que contribuíram com a pesquisa. Registro a seguir as respostas obtidas:

1) De que forma os professores participaram no processo de materialização da escola de alvenaria?

*R. Comecei minha vida profissional na educação no ano de 1994, justamente, nos Sorocaba I ou Júlio de Mesquita Filho; lecionei neste ano, para o antigo ginásio nas duas escolas do bairro, denominadas popularmente como: escolas de madeiras. No período da tarde na E.E.P.G. do Conjunto Habitacional Ipatinga I (atualmente E.E. professor “Rafael Orsi Filho”) e no período noturno na E.E.P.G. do Conjunto Habitacional Ipatinga II (atual E.E. “Antônio Vieira Campos”). No período da manhã em ambas havia o antigo primário.*

*As escolas tinham o mesmo tamanho e estrutura – construção de madeiras – na parte térrea havia: o pátio, banheiros, cozinha, secretaria/diretoria e duas salas de aulas; na parte de cima, salas de aulas e sala dos professores. A acústica do prédio era horrível, as salas de aulas eram menores que as atuais e sempre lotadas; nos dias ensolarados era simplesmente insuportável o calor; o pátio era pequeno para tantos alunos, pois, os portões eram mantidos sempre fechados, para a segurança de todos, já que os terrenos das instalações destas unidades eram apenas limitados por cercas lisas, portanto, de fácil acesso por inoportunos transeuntes.*

*O acesso às escolas não era difícil, mas, quando chovia era um verdadeiro lamaçal – um barro vermelho – que grudava nos sapatos e roupas. Imaginem à noite, era mais complicado, pois nas ruas também não havia iluminação.*

*Presenciei as dificuldades e as reivindicações desta comunidade e professores por escolas de alvenarias com melhores condições e maiores; para atender uma demanda de um bairro com mais de 3500 residências e contingente de aproximadamente 15 mil pessoas.*

2) A senhora poderia relatar como os professores se manifestaram diante do desabamento da quadra de esportes da escola?

*R. Através de uma luta árdua e constante que em agosto do mesmo ano (1994) foi inaugurada, mesmo com protesto por ser apenas uma delas, a primeira escola de alvenaria no bairro, a EEPG “Antônio de Vieira Campos”, com 15 salas de aulas e demais dependências como: laboratório e biblioteca, quadra esportiva e outros. Mudança da água para o vinho, infelizmente por pouco tempo, devido ao terreno designado pelo Estado, para a construção, ser uma baixada. Quando chovia, a água, isto é, toda a lama escoava justamente para a escola, pois as ruas continuavam sem asfalto e também sem iluminação, formando assim, erosões pelo terreno e intensificando ainda no mês de janeiro quando a quadra por ter sido construída em cima de minas d’água, apenas soterradas, desmoronou.*

*Sem nenhum muro de arrimo para a contenção da terra e com terreno todo desmatado, na área da quadra formou-se um grande buraco que mexeu com a preocupação dos pais, pois seus filhos não estavam mais seguros.*

*Alambrados foram instalados para impedir a passagem dos alunos à tão sonhada quadra – espaço este que não dispunham na “escola de madeira” – estavam novamente trancados entre portões, pois a direção da escola visava a segurança de cada um. As aulas de Educação Física eram ministradas fora do horário de aula, portanto, no espaço entre portões e alambrados – vulgarmente conhecido como “chiqueirinho” – e algumas vezes no terreno ao lado da escola, onde hoje se encontra um Centro de Educação Infantil.*

*Para os professores coube à conscientização aos alunos quanto à importância da participação de toda a comunidade para reivindicar seus direitos e com a psicologia, devido a manifestação do medo. Muitas crianças faltavam, com a permissão dos pais, com receio que a erosão também afetasse a estrutura do prédio. Como professora também de Ciências procurei informar aos meus alunos, quanto aos motivos das erosões: o desmatamento; a importância das águas e suas nascentes e procurei também esclarecer sobre a valorização do cumprimento dos seus deveres mas exigindo seus direitos como cidadãos.*

*À indignação gerou manifestações e reivindicações, principalmente pela reconstrução da quadra, feitura do asfalto e iluminação das ruas e também a*

*substituição da outra escola de madeira por uma de alvenaria; feitas com pais, alunos, professores, funcionários e demais membros da comunidade.*

3) Que avaliação a senhora faz quanto ao posicionamento dos professores diante do movimento social estabelecido com a intenção de reforma da quadra esportiva da escola? Os professores participaram? Esse movimento, segundo sua avaliação, foi um movimento em defesa da escola pública e gratuita?

*R. As atividades da escola não foram paralisadas em nenhum momento, por isso a necessidade de professores e funcionários exercendo com responsabilidade as suas funções cotidianas. Portanto, a participação da maioria dos professores foi indireta, mais através da conscientização e orientação em sala de aula. Lembrando que, os professores na época eram Acts<sup>27</sup> e ministravam aulas também em outras unidades escolares, conseqüentemente a disponibilidade para uma participação direta era quase impossível. Recordo-me, entretanto, que a participação das professoras do primário foi mais efetiva, pois, elas trabalham durante o dia e estavam mais presentes na escola.*

*Com certeza esse movimento foi por uma escola melhor, com condições dignas para uma comunidade cidadã com direitos e deveres mas que luta por seus ideais, a escola precisa evoluir enquanto realidade social. Afinal a qualidade dos prédios, da merenda, dos equipamentos e das práticas pedagógicas são estímulos ao desenvolvimento da auto-estima do aluno e favorecem a disciplina e a conservação da escola.*

4) Embora não sendo moradora do bairro, a senhora se envolveu nas lutas da comunidade. A senhora sentiu-se na mesma condição dos outros personagens que lutavam por seu espaço escolar? Esta identificação, se ocorreu, denotaria a possibilidade da busca de objetivos comuns na superação das estruturas sócio-econômicas predominantes naquele instante?

---

<sup>27</sup> Admitido em caráter temporário.

*R. Sim. O importante era buscar nossos direitos e naquele momento o objetivo comum foi à recuperação da quadra para “nossas crianças”. Recuperar e melhorar a infra-estrutura e adequar o espaço escolar à aprendizagem, e atingir simultaneamente o envolvimento dos pais e a comunidade para que a escola que é pública pudesse ensinar as crianças para a vida, ou seja, ensiná-las a viver.*

*Para muitos a escola pública está falida porque não há verbas capazes de mantê-las e a escola do futuro deverá ser em parcerias com as empresas e com a comunidade.*

*Em contrapartida os focos de resistência, através de iniciativa das administrações municipais e/ou estaduais e da intensa participação popular vem produzindo um número expressivo de escolas públicas que assumem o compromisso de fortalecer a idéia da construção de uma sociedade democrática para as massas.*

Considerando as respostas da professora Kátia, é possível perceber como era o cotidiano no antigo prédio de madeira da escola e o quanto era difícil trabalhar e estudar naquele recinto, já que o espaço do prédio e de suas salas não acondicionava o número de pessoas que o freqüentava. Devido à estrutura de madeira, o calor era brutal e o próprio caminhar das pessoas gerava um som que atrapalhava o andamento das aulas, sem contar ainda que o antigo prédio não possuía estrutura adequada para a segurança dos profissionais e alunos e, finalmente, as próprias condições estruturais do bairro prejudicavam, em determinados momentos, o acesso dos alunos à escola.

A professora também nos ajuda a compreender as dificuldades dos moradores quanto à falta de escolas no bairro, bem como sua mobilização para que novas escolas fossem construídas.

Também pormenoriza os primeiros meses no novo prédio, agora de alvenaria, da escola “Antônio Vieira Campos”. Cita os prováveis motivos que ocasionaram a queda da quadra e as ações da comunidade escolar, principalmente à de professores, no enfrentamento dos problemas, transtornos e temores que o fato ocasionou. Revela o descaso das autoridades, quando os próprios estudantes passam a “batizar” o seu único espaço de lazer na escola como “Chiqueirinho”. Além do mais expressa que a indignação da comunidade diante do problema escolar teria

contribuído para que outros problemas fossem desvelados, como a iluminação e as condições das ruas do bairro e, a partir daí, várias outras manifestações reivindicatórias aconteceram.

Após entrevistar a professora, parti em busca de alguém que expressasse as atitudes dos alunos diante da situação da escola. Não foi difícil recordar de Geison Ricardo Matochi, atualmente com 24 anos, ainda residente no bairro, ex-aluno, que na época atuava em diversas atividades.

Geison se mostrou bastante interessado em ajudar. Encontramo-nos e apresentei quatro questões, cerca de quinze dias depois, recebi suas respostas que a seguir registro:

1) Como o senhor expressaria o cotidiano dos alunos tendo que estudar numa escola que não oferecia um espaço mínimo adequado para a prática de atividades físicas? Em geral, quais eram os sentimentos dos alunos diante daquela situação?

*R. Não tínhamos motivação para a prática de esportes e nos sentíamos abandonados pelas autoridades públicas, pois nós sempre víamos na televisão outras escolas da cidade e propagandas de colégios onde as crianças corriam, brincavam, ou seja, tinham um espaço onde podiam praticar uma educação física de qualidade. No nosso cotidiano essas aulas não tinham graça nenhuma, pois eram substituídas por outras ou ficavam “vagas”; às vezes ficávamos no pátio fazendo alguma recreação, porém o mesmo não oferecia espaço e condições adequadas para tal.*

2) Em depoimento a professora Kátia Aparecida Luz Rodrigues faz alusão a um espaço para atividades físicas na escola, vulgarmente denominado de “chiqueirinho” pelos próprios alunos. Por que esse codinome? Descreva-o, se puder. Como era o convívio entre os alunos nesse espaço? Que avaliação o senhor faria dessa situação?

*R. O local recebeu esse nome, pois faz alusão a um pequeno cercado utilizado para deixar crianças pequenas brincando. Na escola esse espaço media aproximadamente cinco metros de largura por trinta de comprimento, de onde se tinha vista clara de nossa quadra sendo consumida pela erosão. Não dava para praticar se quer uma partida de futebol, pois dependendo do dia, duas classes diferentes dividiam o mesmo espaço e assim as professoras encontravam muita dificuldade para ministrar as aulas.*

*Em uma época onde o incentivo à prática de esportes era uma das principais ferramentas no combate às drogas e criminalidade, nos víamos sem a oportunidade de usufruir disso em nossa escola – principal centro de desporto do bairro na época.*

- 3) Que recordações o senhor possui quanto à participação dos alunos no processo de conquista para a reconstrução da quadra? Essa participação foi importante? Por favor, comente.

*R. Os alunos participavam de qualquer forma possível; entre faixas, cartazes e abaixo assinados, eles procuravam cobrar das autoridades competentes o direito de estudar em uma escola completa, com um espaço adequado para a prática de atividades físicas. Nós acreditávamos que era possível fazer uma escola pública de qualidade com a união de todos. A participação não só dos alunos, mas também dos professores e funcionários da escola juntamente com líderes comunitários locais, como o senhor Pereira, tiveram grande importância nessa conquista, pois seriam diretamente beneficiados com uma escola melhor para toda a comunidade.*

- 4) O senhor correlacionaria o movimento social organizado por pais, alunos, professores e funcionários da escola para a reconstrução da quadra esportiva a uma busca de valorização da escola pública? Em sua análise, o movimento social em torno dessa escola, de algum modo, teria contribuído para que a comunidade avaliasse sua condição frente às estruturas sócio-econômicas predominantes naquela época?

*R. Esse movimento social buscava primeiramente a reconstrução da quadra, mas indiretamente estava agregando mais valores e cuidados à escola, ou seja, o interesse na resolução do problema despertou em todos a busca da valorização desse bem público. Todos perceberam a força grandiosa que um povo unido exerce a favor de uma causa. Éramos apenas moradores de um bairro da periferia de Sorocaba, mas percebemos que podíamos exigir e buscar nossos próprios interesses com o empenho de toda a comunidade.*

As respostas de Geison enriqueceram esta pesquisa, pois em suas memórias encontramos a perspectiva daqueles que mais sofriam por freqüentar uma escola em condições físicas precárias, ou seja, os alunos.

De acordo com o entrevistado, observamos que os alunos eram impossibilitados de praticar esportes justamente porque não havia espaço adequado para tal. Essa condição gerava descontentamento do corpo discente em relação às autoridades públicas que pouco faziam para resolver essa situação.

Geison dimensiona o espaço destinado às atividades físicas dos alunos na escola, além disso, esclarece o sentido de “Chiqueirinho” e contribui para refletir sobre as dificuldades dos professores em ministrar as aulas de Educação Física. É significativo salientar que a quadra esportiva da escola representava o principal centro de desporto de um bairro com mais de 3.500 residências. Levando em consideração as condições dessa quadra esportiva, conclui-se que não havia área de lazer a não ser aquelas improvisadas pelos próprios moradores.

O entrevistado enfatiza a participação dos alunos na conquista da reconstrução da quadra, porém não esquece que representantes de outros segmentos da escola tiveram igual importância nesse processo. Afirma também que todos queriam uma escola melhor para a comunidade.

Considero que em sua última resposta, Geison fundamenta que o movimento social em torno da reconstrução da quadra esportiva conduziu os sujeitos desse processo a refletir sobre a necessidade de valorizar a escola pública. Além disso, aponta que, embora o movimento tivesse sido local e pontual, foi suficiente para criar nos participantes o sentimento de que a materialização de conquistas dependeria da identificação de interesses em comum e da ação de todos.

Portanto, esta entrevista reafirma a defesa da escola pública, bem como expressa a dimensão contraditória da prática social referenciada no reconhecimento de pertencer a uma determinada classe social.

Para encerrar este processo investigativo, entendi ser necessário recorrer a uma pessoa que acompanhou e contribuiu com a liderança para o processo de reconstrução da quadra esportiva da escola e também de outras conquistas para o bairro. Trata-se do senhor José Pereira Moraes.

Em meados de 2007 localizei o referido senhor residindo num bairro denominado Montreal, vizinho ao Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho”. Ele se mostrou disposto a colaborar com meus estudos.

No início do ano de 2008 procurei-o novamente, porém o senhor Pereira estava se recuperando de cirurgia. Seus familiares disseram-me que era para procurá-lo depois de algumas semanas. Passado o tempo, novamente fui à sua

residência e, como de outras vezes, fui gentilmente tratado por seus familiares que me esclareceram que o Senhor Pereira não poderia me atender pessoalmente devido ao seu estado clínico. Recebi a sugestão de deixar as perguntas gravadas para que fossem respondidas quando ele estivesse melhor.

Em junho de 2008, voltei à sua residência e recebi a gravação com as respostas do senhor Pereira, que foram transcritas e incorporados ao texto da pesquisa. Sem ainda poder conversar diretamente com Senhor Pereira, fui informado por seus familiares que ele havia se esforçado o máximo para responder as minhas questões, haja vista que fisicamente ainda se encontrava debilitado. Por toda sua atenção, disposição e esforço, agradeço imensamente a colaboração do senhor Pereira com esta pesquisa que a seguir exponho:

1) Nos primeiros anos da formação do bairro, quais as relações o senhor poderia estabelecer entre as dificuldades enfrentadas pelos moradores e a necessidade de organização para a conquista de melhores condições?

*R. Respondendo a pergunta é o seguinte, as dificuldades eram todas, mas as cidadelas organizaram uma comunidade ordeira que pudessem brigar pelos seus direitos, assim resolveram fundar uma sociedade amigos de bairro e reivindicar tudo o que faltava no nosso bairro.*

2) O que o senhor poderia nos contar sobre as iniciativas da comunidade para garantia de escolas no bairro, em especial, a escola estadual “Antônio Vieira Campos”?

*R. Bom, dizer que houve prioridade por alguma escola, não podemos dizer porque no momento foi construído no bairro, na antiga rua 11, duas escolas de madeira, minto, uma era na rua 11 e a outra nas proximidades do salão paroquial existente na rua 6. Foram construídas duas escolas, e também reivindicávamos na época a construção de um centro de saúde, a vinda de uma feira livre entre a rua 4 e a rua 20; a criação de um varejão; a inauguração de uma pré-escola no momento em que era penso e não funcionava, e o desenvolvimento do bairro, como transporte coletivo; asfalto, que ainda não havia e o comércio, que faltava vir para os moradores.*

3) Como foi a transferência a escola de madeira para alvenaria e qual a colaboração da direção da escola?

*R. Para nós, a transferência da escola de madeira para alvenaria foi um grande movimento, que nos satisfez bastante, nos alegrou porque nossas crianças estão bem, numa escola de verdade. Agora na época me lembro muito bem da professora Sueli, que foi uma grande batalhadora, uma grande guerreira, sempre veio lá na comunidade, brigando conosco, e quero render as nossas homenagens a ela, que foi uma grande guerreira do nosso bairro. Inclusive, acho que uma das escolas a serem construídas, deveria ter o nome dela, para que ela recebesse uma justa homenagem se não em vida, poderia receber após a morte. É essa impressão que tenho para falar no momento.*

4) Em uma das reportagens da pesquisa, o senhor comenta as dificuldades enfrentadas pela sua filha, portadora de necessidades especiais, teria para estudar. O senhor poderia tecer um documentário sobre isso?

*R. Exato, infelizmente nos temos que expor, que até hoje o deficiente, ou melhor, a pessoa especial, com problemas especiais, é discriminada pelo nosso país, pela nossa própria cultura. Na época, a “Antonio Vieira Campos” não tinham rampas, as próprias amigas de classe eram obrigadas a carregar as crianças com deficiências, no colo, até embaixo, no refeitório, para assim fazer suas refeições. A segunda opção era deixá-las sozinhas, trancadas em uma sala de aula vazia, ou quando a mãe dela vinha trazer a refeição, que era o lanche do período escolar. Então tivemos bastantes dificuldades. A gente brigou, brigou na época com a Teresinha de Del Cistia, que era secretária de educação em Sorocaba. Brigamos contra os órgãos competentes, trouxemos até Sorocaba o presidente da COABE, o senhor Antonio dos Santos, mas na época nada foi feito, e até hoje nós encontramos dificuldades, por exemplo, as coisas novas que estão fazendo, os prédios novos, não pensam no deficiente, eles só pensam em épocas eleitorais. Infelizmente, as dificuldades foram grandes, pois não se tínhamos transportes especiais, as ruas eram sem calçadas, as dificuldades é bastante para o deficiente. A diretora Sueli, na época uma grande colaboradora, sempre brigou junto com a gente; há pouco tempo foi construída uma rampa ali na escola, cumprindo das normas legais, que é de 20% . Sendo uma rampa bastante forte, onde pessoas fracas não podem empurrar as cadeiras nesses instantes. Infelizmente até hoje brigo pela minha filha, porque as dificuldades*

*continuam, são postes instalados no meio das calçadas, os degraus que também não ajudam, no nosso próprio bairro foram esquematizados um programa de loteamento onde ainda existem esses degraus que é proibido por lei, então você não consegue andar com cadeira de rodas nas calçadas dos nossos bairros e sim andar pelo meio da rua.*

5) o que o senhor poderia comentar sobre o desmoronamento da quadra de esportes da escola estadual “Antônio Vieira Campos” no ano de 1995. Como foi a organização do movimento social em prol da reconstrução da quadra, e qual a importância que o senhor atribuiria as iniciativas dos moradores do bairro para a conquista da reforma da escola?

*R. Olha tudo o que existe no bairro hoje nós devemos retribuir e agradecer a comunidade do “Júlio de Mesquita Filho”, na época os moradores eram unidos, nos apenas formamos a sociedade amigos do bairro, apenas para se ter uma sociedade organizada, que pudesse conduzir as coisas, mas sem o apoio da comunidade, não teríamos conseguido. Quantos anos nós lutamos, fomos até a prefeitura, até a delegacia de ensino, até o SAAE, foram 2 a 3 ônibus lotados. Nós fazíamos quermesses para angariar fundos, nem se quer um passe gratuito, obtivemos do governo municipal, para nos alocarmos até a prefeitura, tudo foi na raça e na coragem, foram passeatas pelo bairro, foram chamadas as imprensas locais, para presenciar os fatos, foram simulados acidentes no meio da rua para se conseguir lombadas, em fim, tudo foi através da união da comunidade. Eu como na época era o presidente dos amigos do bairro, apenas conduzia as coisas, mais os méritos nós devemos a todos os moradores do “Júlio de Mesquita Filho”.*

*Voltando a completar a pergunta, nós podemos dizer que atribuímos o desmoronamento da quadra por falta de maior fiscalização por parte do poder público municipal. A escola foi feita, ninguém sabe como, na época que as barreiras começaram a se deslocar por causa de água ou infiltrações, apareceram trincas nas paredes da escola, pondo em risco a vida das nossas crianças, então, nós corremos e falamos com a diretora, chamamos a imprensa local, suspendemos as aulas por algum tempo, até para o resguardo das crianças, e fomos até o SAAE, até a prefeitura, veio até a associação dos engenheiros e arquitetos de Sorocaba, colaborando com a gente, vieram fazer uma avaliação local e constataram no momento, que não havia perigo, mas a infiltração de água e o que levou a nossa*

*quadra embora, foi principalmente, os desleixamentos de uma ausente fiscalização, que fiscalizasse a empresa que construiu a escola, pois quando tentamos interagir com os setores, a prefeitura tirou o corpo fora, a COABE tirou o corpo fora, tivemos que agilizar com o ministérios público a convocação entre a secretária da educação e o município, que mediante um acordo, e na frente do promotor fosse assinado um acordo que se comprometesse a refazer novamente a quadra da nossa escola, mediante isso, foi feita a reforma com muita luta e muito sacrifício.*

6) A trajetória da formação da escola estadual Antonio Vieira Campos, escola de madeira, prédio de alvenaria, nova quadra de esportes, teria sido de acordo com o senhor, uma conquista em prol da escola pública universal gratuita e de qualidade?

*R. Veja bem, na época nós éramos contra a escola de madeira, pelo alto teor de trabalho que ela tinha por ser de madeira na época de calor, nós queríamos uma estrutura melhor de higiene para as crianças, com segurança. Enfim, o que poderia ser avaliado e valorizado, seria apenas os professores, que também sofriam e sacrificavam juntos com os alunos, e nós sempre batalhamos pela construção de uma escola de alvenaria, então mesmo não sendo consultados, foi através da nossa luta que a escola “Antônio Vieira Campos” e a escola “Rafael Orsi” foram construídas de alvenaria.*

7) Qual o valor que o senhor atribui à escola pública?

*R. Eu sempre disse que a valorização da escola pública, para mim e para todos, é de um alto teor, nós devemos agradecer nossos educadores, nossos professores que infelizmente ganham tão pouco para fazer tanto pelos nossos filhos. Eu valorizo os professores, não valorizo a classe da organização de ensino de nosso país, porque nada se pode fazer de um professor que não tem condições financeiras, se não ganham suficientemente bem e se sacrificam dia e noite para ensinar seus alunos, sendo que o nosso próprio governo não reconhece o que eles fazem, então podemos dizer que os nossos professores são pessoas desvalorizadas financeiramente, não são reconhecidos pelos seus trabalhos, e então para se exigir um trabalho melhor, bem feito, tem de se dar condições financeiras para quem ensina nossos filhos. Felizmente os nossos diretores e professores, são pessoas competentes, mas o estado não valoriza, se devem aplicar novas regras, adotarem novas medidas, oferecer segurança para os professores, principalmente dentro da*

*sala de aula, infelizmente hoje os professores se tornaram prisioneiros dos próprios alunos, que chegam até a agredir os mesmos quando estão lecionando.*

Com base nas respostas do senhor Pereira, aponto as diversas dificuldades dos moradores e a necessidade de organização da comunidade para enfrentá-las.

Em seguida, o entrevistado mostra-se satisfeito ao constatar que devido ao movimento em prol do prédio de alvenaria, atualmente as crianças estudam numa “escola de verdade”. Aponta também o empenho da professora Sueli Madureira, diretora da escola na época, para a materialização desta conquista.

Num terceiro momento, o senhor Pereira atribui as conquistas do bairro à ação de sua própria comunidade e relata como ela se organizou sem a colaboração das autoridades públicas.

Em seguida, o senhor Pereira comenta sobre a arquitetura do prédio escolar, especialmente quanto à capacidade de atendimento dos portadores de necessidades (direitos) especiais. Registra também sua incansável luta para que as dependências da escola fossem adequadas ao atendimento dessa população.

Quanto ao desmoronamento da quadra esportiva da escola, ele pondera que faltou fiscalização do poder público na construção do prédio. A condição do prédio escolar gerava medo entre pais, alunos e funcionários da escola, ao mesmo tempo em que as autoridades públicas não assumiam a responsabilidade pela situação evidenciada naquele local. Segundo ele, através da mediação do Ministério Público e de muita luta e sacrifício da comunidade é que se realizou um acordo entre a Secretaria da Educação e Prefeitura para a reconstrução da quadra.

O senhor Pereira atesta que embora a população não tenha sido consultada pelas autoridades públicas quanto a suas necessidades, as escolas de alvenaria no bairro se materializaram graças à luta dos moradores. O entrevistado expressa ainda a importância da escola pública e o trabalho dos professores. Além disso, explicita que o Estado não valoriza o trabalho dos profissionais da educação e sugere que se apliquem novas regras e se adotem novas medidas em busca da valorização do trabalho docente.

O exame pertinente às respostas do senhor Pereira, permite considerar que o movimento social voltado para a reconstrução da quadra esportiva da escola aqui pesquisada expressa a dimensão da luta dos movimentos sociais em defesa da escola pública. E isto porque a comunidade não mediu esforços para que o espaço

escolar, bem como aqueles que o freqüentavam fossem respeitados e valorizados, contribuindo assim para uma prática político-organizativa com base em sua condição social.

Finalmente, gostaria de registrar que durante as entrevistas e relatos apresentados um problema me incomodava: os personagens dessa comunidade tiveram que suspender suas atividades cotidianas para a realização da reforma da escola.

Neste caminho, com o objetivo de uma compreensão mínima do que possa motivar alguém a paralisar suas atividades cotidianas para dedicar-se a um movimento social, buscarei uma mediação em Heller:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se em 'funcionamento' todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias e ideologias. (HELLER, 1985, p.17)

Não há quem consiga eliminar a cotidianidade, como também não há quem consiga viver exclusivamente a intensidade de um aspecto dessa cotidianidade. Assim, a vida cotidiana se constitui de forma heterogênea. Há uma diversidade de atividades a serem realizadas durante o dia, algumas prazerosas, outras não, porém todas necessárias para a reprodução social dos indivíduos.

Heller (1985) afirma que o indivíduo nasce inserido em sua cotidianidade e passa a ser reconhecido como adulto quando é capaz de gerir sua própria cotidianidade no contexto social. Isto quer dizer que o homem a partir do convívio social adquire valores e, quando esses valores possibilitam ao indivíduo a integração com o grupo, isto significa que o indivíduo poderá "mover-se no ambiente da sociedade em geral e, além disso, de mover por sua vez esse mesmo ambiente." (Idem, *ibid*, p.17)

Todo homem é único e irrepetível. Cada um expressa uma singularidade. As necessidades nascem a partir do 'Eu' - fome, dor, paixão nascem nele. A autora pormenoriza afirmando que: "Todo conhecimento do mundo e toda pergunta acerca do mundo motivados diretamente por esse 'Eu' único, por suas necessidades e

paixões, é uma questão da particularidade individual. ‘Por que vivo?’, ‘Que devo esperar do todo?’. São perguntas desse tipo.” (HELLER, 1985, p. 20,21)

Contudo, essa particularidade caminha para uma relação complexa, uma vez que é na realidade social que os indivíduos assimilam valores, aprendem a manipular objetos e é também o “lócus” em que as necessidades do “eu” se manifestam e se satisfazem.

Dessa perspectiva a relação com o humano-genérico está presente em todo homem. Na construção da história desenvolvem-se relações sociais que desencadeiam a consciência do “nós”, assim sendo, o homem genérico procura integrar realizações do “eu” para o “nós” a fim de expressar ou transmitir sua substância humana. Para Heller (1985) o indivíduo transforma sua percepção de mundo quando é capaz de suspender suas atividades cotidianas através do processo de homogeneização:

Homogeneização significa, por um lado, que concentramos toda a nossa atenção sobre uma única questão e ‘suspenderemos’ qualquer outra atividade durante a execução da anterior tarefa; e, por outro lado, que empregamos nossa inteira individualidade humana na resolução dessa tarefa(...). E significa, finalmente, que esse processo não se pode realizar arbitrariamente, mas tão somente de modo tal que nossa particularidade individual se dissipe na atividade humanogenérica que escolhemos consciente e autonomamente, isto é, enquanto indivíduos. (HELLER, 1985, p. 27)

Desta forma, a relação estabelecida entre cotidiano e o movimento social que marca este estudo se insere no contexto em que a participação dos indivíduos em um movimento social poderia representar além de um momento de luta por direitos, um instante de suspensão do cotidiano. Assim a prática social desses seres sociais objetivaria o desenvolvimento da individualidade para-si, potencializando a dimensão genérica do ser humano.

Recorro a Gramsci (1968) para argumentar que a suspensão das atividades inseridas exclusivamente no âmbito da reprodução pessoal frente à carência de materialização das objetivações coletivas significaria a constituição de pontos de resistência à hegemonia dominante, constituindo a contra-hegemonia popular.

Realizada esta mediação, retomarei o problema e a hipótese apresentados na parte introdutória deste trabalho.

O movimento social conduzido por pais, alunos, professores, funcionários e sindicalistas, a partir do ano de 1995, em prol das reformas do prédio escolar, da

Escola Estadual “Antônio Vieira Campos”; teria relação com a defesa da escola pública, universal e gratuita?

Apresentei a hipótese de que esse movimento social conduzido por esses personagens em torno da garantia de um espaço físico adequado para o processo de escolarização representaria uma dimensão política da luta em defesa do ensino público, gratuito e universal.

Com base nessas considerações afirmo primeiramente que a educação escolar pública, enquanto política social, não ocupa o centro das atenções das administrações públicas, isto porque segundo Sanfelice (2005a) Estados contemporâneos estão ainda mais subordinados aos interesses do capital, como exemplo, o autor aponta as determinações das agências multilaterais de financiamento para a efetivação de reformas de Estado nos países periféricos. Quanto ao Brasil, o autor observa o constante socorro que o Estado faz às “mazelas” do capital e da burguesia local em detrimento das políticas sociais e dos interesses da classe trabalhadora.

É neste contexto marcado pelo predomínio das relações capitalistas que uma comunidade composta por famílias de baixa renda organiza o movimento social com objetivo de transformar a realidade de sua escola, em extensão de seu bairro, contribuindo por assim dizer, na reflexão de sua condição social.

Os depoimentos dos entrevistados corroboram com a suposição de que as ações da comunidade em torno da reforma da Escola Estadual “Antônio Vieira Campos”, mesmo que local e pontual, estariam vinculadas a um contexto maior que é a defesa da escola pública, universal e gratuita, pois a reflexão sobre sua condição permitiu perceber a necessidade de uma educação escolar comprometida com os desejos da classe trabalhadora.

Pondero que as ações realizadas por esses sujeitos poderiam se alinhar à posição dos defensores de uma educação pública em que o Estado deva ser educado pelo povo, pois:

A educação pública é algo a ser construído no âmbito das relações contraditórias que impulsionam as sociedades e, portanto, os homens, para a superação qualitativa do modo de produção capitalista. (SANFELICE, 2005a, p. 103)

É possível, portanto, mediados especialmente por ações coletivas populares, afirmar o compromisso da escola pública com as transformações sociais tão necessárias nestes tempos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação pesquisa o processo histórico em que pais, alunos profissionais da educação e sindicalistas se organizaram em torno da materialização da reforma das dependências físicas da Escola Estadual “Antônio Vieira Campos”, em especial de sua quadra esportiva que havia sido danificada por um processo de erosão iniciado no final do ano de 1994.

Essa situação levou a comunidade, em meados do ano de 1995, a se organizar em torno de um movimento social que pudesse reverter tal situação. A partir daí iniciou-se uma luta que durou até 1999, período em que se materializaram as objetivações da comunidade em torno da escola.

Orientado pela linha de pesquisa: “História e historiografia: políticas e práticas”, investigo a trajetória de uma instituição escolar focando o movimento social que reivindicava sua manutenção num bairro do município de Sorocaba e contextualizo a ação desses personagens para verificar possíveis vínculos de suas práticas na defesa da escola pública num contexto marcado pelo denominado neoliberalismo.

Estudo o contexto daqueles que vivenciaram o cotidiano do Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho” e se organizaram em torno da materialização da reforma de parte das instalações da Escola Estadual “Antônio Vieira Campos”, resultando em práticas de mobilização social e conquistas.

Assumo como ponto de partida que a análise de uma instituição escolar objetiva a compreensão dos vários aspectos inerentes à trajetória de sua materialização, o que revelaria o seu caráter ímpar. (SANFELICE, 2006)

Considero importante estudar a trajetória histórica que marca a materialização da referida instituição escolar como expressão da complexidade das políticas implementadas em âmbitos federal, estadual e municipal.

Com base nessas considerações, o problema norteador desta pesquisa é o que segue: o movimento social conduzido por pais, alunos, professores, funcionários e sindicalistas, a partir do ano de 1995, em prol das reformas do prédio escolar, da Escola Estadual “Antônio Vieira Campos” teria relação com a defesa da escola pública, universal e gratuita?

Este problema abriga a hipótese de que o movimento social iniciado por estes personagens em torno da garantia de um espaço físico adequado para o processo de escolarização, representaria uma das dimensões da luta em defesa do ensino público, universal e gratuito.

O problema e a hipótese supracitados buscam contribuir para a reflexão sobre as relações entre movimento social e escola pública investigando especialmente a participação da comunidade do conjunto habitacional “Júlio de Mesquita Filho” na trajetória da unidade escolar “Antônio Vieira Campos”, vinculada à luta da classe trabalhadora em defesa da escola pública.

Nos capítulos que compõem esta dissertação apresento um panorama das orientações neoliberais para o sistema educacional escolar brasileiro nos anos de 1990, bem como trabalho o conceito de movimento social, além disso, resgato e analiso as práticas de uma comunidade direcionadas à materialização e manutenção de uma instituição escolar.

Inicialmente analiso a investida neoliberal no cenário educacional na década de 1990 e apresento sumariamente o arcabouço teórico da corrente liberal, bem como suas propostas para a sociedade e especificamente para a educação escolar. Essa tarefa se faz necessária pela relação histórica entre liberalismo e neoliberalismo e tem nas contribuições de Chaves (2007) sua principal referência.

A materialização das concepções liberais, principalmente nos países do ocidente, revelou contradições que resultaram em diversos conflitos internacionais como, por exemplo, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, além de originar várias crises econômicas que se alastraram por diversos continentes, especialmente a partir da década de 1970. Essas contradições pressionaram as sociedades norteadas pelo capitalismo a redefinir ou ratificar suas posições em relação as mediações entre Estado e Mercado. Assim se desenvolveu a nova concepção denominada de neoliberalismo. (AZEVEDO, 1997)

A fim de estudar os princípios da corrente neoliberal procuro auxílio em Hayek (1987), um dos mentores desse modelo, além disso, procuro referências em autores que pesquisam o neoliberalismo. Nesta etapa, os trabalhos de Azevedo (1997) e Melo (2007) constata que dentre outros postulados, a corrente neoliberal defende a ampliação das regulações dadas pelo mercado minimizando as intervenções do Estado e sobrepondo a liberdade individual a outros valores sociais. As regulações dadas pelo mercado se estendem à educação escolar e nesse contexto os governos

dividem as responsabilidades com o setor privado, objetivando com isto estimular a competição, o mercado e a qualidade dos serviços.

Na segunda parte desse capítulo investigo a presença dos ideais neoliberais na sociedade brasileira contemporânea e seus desdobramentos para a educação escolar. Para isto tomo como principais referenciais teóricos Shiroma; Moraes; Evangelista (2002), Neves (2002) e Peroni (2003). Nesse item, parto do pressuposto de que parâmetros neoliberais sustentam a redução de investimentos nas políticas sociais, controle sobre os déficits públicos e controle sobre os sindicatos. Esses parâmetros foram sendo incorporados pelos países da América Latina que, diante da necessidade de empréstimos financeiros, se submeteram às exigências dos organismos representativos do capital.

Quanto ao Brasil, a investigação aborda inicialmente o governo civil de José Sarney (1995 - 1990), sem desconsiderar os antecedentes da corrente neoliberal presente nos governos da ditadura militar (1964 - 1985). Um dos marcos do governo Sarney foi a elaboração de uma nova Constituição no ano de 1988. Com o auxílio de Neves (2002), constatei que o Capítulo referente à educação presente na nova Constituição facilitava a influência do ideário neoliberal no sistema educacional, atendendo aos interesses dos setores representativos da iniciativa privada no âmbito educacional.

Mediado por Shiroma; Moraes; Evangelista (2002) aponto o governo de Fernando Collor de Melo (1990 - 1992) como o definidor dos conceitos e práticas da implantação do modelo neoliberal no Brasil, já que setores vinculados ao capital privado encontravam ressonâncias nas políticas de liberalização e desregulamentação do mercado. Nessa perspectiva, a educação escolar configurou-se como elemento de sustentação da nova dinâmica produtiva direcionando o preparo do indivíduo para mundo do trabalho.

No lastro dessa política do Estado, o país participa em diversos fóruns e encontros internacionais promovidos por organismos representativos do capital e assume metas para a educação trilhadas de acordo com os interesses dessas agências multilaterais.

Os governos que sucederam Collor - Itamar Franco (1992 - 1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1988) e (1999 - 2002) - deram continuidade à projeção da

corrente neoliberal no cenário educacional brasileiro. Assim é marcante a presença dos organismos internacionais que, entre outras determinações, estiveram presentes, por exemplo, na formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais que, por sua vez, buscavam se adequar aos processos de reestruturação produtiva e de competitividade presente na economia globalizada. (PERONI, 2003)

Como o foco da pesquisa envolve a reconstrução física de uma determinada unidade escolar, entendo ser necessário apontar, num terceiro momento, os meios de arrecadação financeira do Estado de São Paulo para a manutenção do sistema educacional escolar. Desta forma, aponto as fontes de financiamento para educação na década de 1990. Ofereço atenção especial a Quota Estadual do salário-Educação (QESE) uma vez que o financiamento próprio de obras escolares provém desta quota. Para isto foi preciso a mediação de Fracalanza (1999).

Aponto também para a forma de gerenciamento e compromissos assumidos por governos deste Estado como resultado dos acordos com os organismos internacionais para a aquisição de empréstimos financeiros. Para este estudo encontro mediação na obra de Tommasi; Warde; Haddad (1996).

Na quarta parte deste capítulo assinalo as contradições provocadas pela materialização das propostas neoliberais para a sociedade e, em especial para o sistema educacional escolar brasileiro.

De acordo com Sanfelice (2005a) o Estado moderno não intervém contraditoriamente no modo de produção capitalista, ao contrário é um forte aliado na preservação da propriedade privada dos meios de produção e do capital.

Segundo Duarte (2004) na perspectiva da sociedade capitalista o processo produtivo exige do trabalhador adaptação às novas tecnologias para poder melhor servir aos interesses da classe dominante, portanto a necessidade de aquisição de conhecimento está relacionada à produção de bens e mercadorias.

Sustentado por Mészáros (2005), pondero que as propostas de mudanças na sociedade por meio de reformas educacionais norteadas sob o ponto de vista do capital tenderiam ao fracasso porque a própria natureza do capital é irreformável e incorrigível. Advém desta condição a necessidade de uma luta coletiva para a construção de um sistema educacional escolar e, em extensão de uma sociedade, para além do que sugerem os moldes capitalistas.

Traçado o contexto em que são definidas as diretrizes da educação escolar nos anos de 1990, busco a compreensão da categoria movimento social. No segundo capítulo apresento o caráter plural e complexo das teorias sobre movimento social. Pautado nas considerações de Gohn (2000), indico que no Brasil há escassez de produção literária sobre este assunto, ao mesmo tempo em que não há uma definição conceitual geral, única e universal para movimentos sociais e isto porque as definições variam segundo os paradigmas teórico-metodológicos que o pesquisador utiliza para sustentar sua investigação. Dessa perspectiva, apresento alguns parâmetros que devem ser observados para conceituar movimento social: (1) estabelecer a diferença entre movimento social e grupos de interesses; (2) relacionar o movimento a uma perspectiva ampliada da ação histórica dos grupos sociais; (3) diferenciar modos de ação coletiva e movimento social; e (4) observar se a ação coletiva ocorre num espaço não institucionalizado.

Para caracterizar o valor dos movimentos sociais recorro a Chauí (1982) como referencial teórico. Segundo a autora os movimentos sociais podem não destruir o sistema capitalista, mas representam momentos decisivos na história de seu desenvolvimento e reprodução. Quando tais movimentos chegarem a adquirir uma fisionomia revolucionária, inviável a reposição do sistema capitalista, o socialismo se tornará possível.

No terceiro capítulo investigo o movimento social organizado em torno da materialização e manutenção da escola estadual “Antônio Vieira Campos”. Realizo um retrospecto das condições do município de Sorocaba no início dos anos de 1990. Com a colaboração de Leis (1995), constato que a cidade apresentava um acelerado processo de industrialização concomitante a um crescimento econômico e comercial. Atraídas pela possibilidade de melhores condições de vida, famílias de outras regiões se fixavam na cidade Sorocaba. Esta condição contribuiu para acelerar o crescimento populacional do município que, despreparado para receber tanta gente, se viu em meio a um déficit habitacional. Não tardou para que manifestações em defesa da casa própria e ocupações de terrenos começassem a acontecer.

Na segunda parte deste capítulo constato que uma das alternativas para saída da crise habitacional do município foi a construção do Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho”. Para pesquisar a trajetória desse conjunto habitacional, é

preciso retroceder ao antigo bairro do Ipatinga, pois é em sua região que as novas casas foram construídas.

Retomo a proposta do governo Quéricia de desapropriação de 1.137 alqueires de terra no bairro de Ipatinga para a construção de uma “cidade-satélite”. O projeto foi visto com desconfiança por parte das autoridades políticas e dos órgãos de imprensa de Sorocaba, levando o governo a desistir da construção.

Averiguo que em novembro do ano de 1990 é anunciada oficialmente a construção de 3.506 unidades residenciais, resultado de uma parceria entre a prefeitura municipal e a Caixa Econômica Federal. Em novembro do ano de 1992, o prefeito Antônio Carlos Pannunzio oficializava a entrega do novo bairro “Júlio de Mesquita Filho” para Sorocaba. Porém, em dezembro de 1992 os moradores do novo bairro começam a protestar contra os reajustes das prestações das casas, considerados abusivos.

Na terceira parte do capítulo, por meio de questionário respondido por pais e mães de 70 famílias que passaram a residir no bairro entre os anos de 1992 a 1995, traço e registro em gráficos o perfil sócio-econômico dos moradores. Com esses dados examino em que localidades residiam os moradores antes de se estabelecerem no bairro, quais eram suas ocupações profissionais, qual sua renda e qual o nível de escolaridade dessa população.

Os resultados desta pesquisa me conduzem à compreensão de que as famílias, em sua maioria, eram formadas por pessoas nascidas em Sorocaba, entretanto não se pode deixar de observar a grande quantidade de pessoas vindas de cidades do sul do estado de São Paulo e de várias regiões do Estado do Paraná.

Constatou-se também que era na área da metalurgia que se empregava a maioria dos homens, reservando às mulheres, em grande parte os trabalhos domésticos. Os dados apontam que tanto homens quanto mulheres freqüentaram, em sua maioria, o ensino fundamental.

Esses dados me permitiram ponderar que as condições sócio-econômicas dos primeiros moradores do bairro caracterizam uma classe popular urbana, assalariada e com nível básico de escolaridade.

No quarto item deste capítulo verifico o processo de construção da escola estadual “Antônio Vieira Campos”. Constato que o bairro foi entregue sem ter recebido a construção de escolas. Esta situação motivou os moradores do bairro a

organizar uma passeata pelo centro da cidade exigindo providências das autoridades públicas. A prefeitura se manifestou garantindo passes escolares para que alunos tivessem acesso a escolas mais distantes enquanto escolas não fossem construídas no bairro.

Outros problemas afetavam os moradores do bairro como a falta de iluminação, segurança, ruas sem pavimentação e a inexistência de atendimento médico. Tudo isso levou os moradores a se organizar em associações para enfrentar essas diversas dificuldades.

Devido à inexistência de escolas para o ensino fundamental no bairro, o governo do Estado tomou a iniciativa de construir duas escolas emergências feitas de material pré-moldado, do tipo descartável desagradando à maioria dos moradores desejava da construção de escolas de alvenaria.

Em agosto do ano de 1994, quase dois anos depois da inauguração do bairro, foi entregue à comunidade a primeira escola de ensino fundamental construída de Alvenaria – a escola estadual “Antônio Vieira Campos” -, contudo em sua inauguração ocorreu o protesto de moradores que desejavam a construção de mais escolas para o bairro.

Na quinta fase deste capítulo, investigo as causas que levaram à queda da quadra esportiva. Constatei que a quadra da escola cedeu devido a um processo de erosão provocado por olho d'água localizado próximo à sua construção, ao mesmo tempo em que não foram tomados os devidos cuidados quanto à drenagem do solo e o escoamento das águas pluviais.

Diante do problema, os moradores passaram a se organizar através um movimento social que buscava a reconstrução da quadra esportiva. Por várias vezes pais, alunos, professores e sindicalistas saíram às ruas denunciando a condição da escola e ao mesmo tempo exigindo providências das autoridades. Estas por sua vez, eximiam-se da responsabilidade, creditando a outros poderes as medidas a serem tomadas, contribuindo para o agravamento da situação.

A insistência de moradores e funcionários da escola para a resolução do problema levou o ministério público no ano de 1996 a convocar uma reunião entre a Prefeitura, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), moradores do bairro e funcionários da escola. Nessa reunião, o Estado e a Prefeitura resolveram dividir as responsabilidades. No entanto até meados do ano de 1998 quase nada

havia sido feito em torno da reconstrução da quadra. Isso contribuiu para que novamente a população saísse às ruas com o objetivo de denunciar o não atendimento de suas reivindicações.

Diante de tantas denúncias e manifestações populares, a prefeitura anunciou em caráter de emergência o início de obras no local, em especial a drenagem do terreno e o prolongamento da galeria das águas pluviais. Segundo a Prefeitura, esses trabalhos eram necessários para que depois a Fundação para o Desenvolvimento da Educação pudesse realizar a recuperação da escola.

No dia 09 de maio do ano de 1999, finalmente pais, alunos, funcionários e professores concretizaram o resultado de seus esforços com a reinauguração da quadra esportiva da escola.

Na sexta e última parte deste capítulo, explico a participação e a compreensão dos sujeitos que coletivamente vivenciaram esses momentos históricos e respondo ao problema orientador desta pesquisa, isto é se o movimento social desenvolvido por esses trabalhadores vincula-se à defesa da escola pública, universal e gratuita.

Ao transcrever e examinar as experiências dos entrevistados, sustento a hipótese desta pesquisa: o movimento social nascido no Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho” em prol da reforma da Escola Estadual “Antônio Vieira Campos” representa uma das dimensões da política em defesa da escola pública, universal e gratuita, contribuindo para a apropriação das condições e possibilidades de transformação da realidade social na perspectiva da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

ADIADA a reunião que discutiria problemas. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 19 maio 1996.

ADRIÃO, Thereza & PERONI, Vera. **O público e o Privado na Educação**. São Paulo, SP: Xamã VM Editora, 2004.

A 11 KILÔMETROS de Sorocaba um bairro esquecido no tempo. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 28 fevereiro 1985.

ALUNOS do Sorocaba I e II devem matricular-se. **Diário de Sorocaba**, Sorocaba, SP, 14 abril 1993.

ALVES, Gilberto Luiz. O Liberalismo e a Produção da Escola Pública Moderna. In LOMBARDI, José Claudinei & SANFELICE, José Luís. Liberalismo e Educação em Debate. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir. Pós-Neoliberalismo. 6 ed. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra, 2003.

AS PRIMEIRAS escolas do Júlio de Mesquita. **Jornal Bairro em Foco**, Sorocaba, SP, ano 03, p. 7, Julho/Agosto 2006.

ATA da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual “Antônio Vieira Campos” p. 01; 08 de Agosto de 1994.

ATA da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual “Antônio Vieira Campos” p, 04 a 08; de 13 de julho de 1995.

ATA da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual “Antônio Vieira Campos” p. 15; 30 de outubro de 1997.

ATA da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual “Antônio Vieira Campos”. p. 15, 16; 25 de novembro de 1997.

AZEVEDO, Janete M .L. de. A Educação como política pública. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BANCO MUNDIAL. Brazil: State of Espírito Santo: Basic Education Project: staff appraisal report [ Washington D.C.?], 1995. In TOMMASI, Lúvia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS. São Paulo, SP: CORTEZ EDITORA, 1996.

BRANDÃO, C. da Fonseca. As cotas na universidade pública brasileira. Será esse o caminho? São Paulo, SP: Cortez, Autores Associados, 1987.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAIXA Econômica construíra 3.506 casas. **Diário de Sorocaba**, Sorocaba, SP, S/d. CAMPANHA quer tirar escola do buraco. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 30 de junho 1995.

CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia*. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Moderna, 1982.

CHAVES, Eduardo O. C. O Liberalismo na Política, Economia e Sociedade e suas Implicações para a Educação. In. LOMBARDI, José Claudinei & SANFELICE, José Luís. *Liberalismo e Educação em Debate*. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007.

CHUVA volta ameaçar escola do Sorocaba I. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 31 dezembro 1998.

CIDADE desassistida, **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, p. 2, 15 outubro 1997.

CIDADE-satélite não é incluída no novo PDDI. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 29 janeiro 1989.

COHAB explica que prestações seguem variação salarial de cada mutuário. **Diário de Sorocaba**, Sorocaba, SP, p. 7, 11 dezembro 1992.

CONJUNTO Habitacional é entregue festivamente. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, p. 7, 22 novembro 1992.

CONSTRUÇÃO de 5 escolas é iniciada em Sorocaba. **Diário de Sorocaba**, Sorocaba, SP, 16 abril 1993.

CONSTRUÇÃO de Conjunto Habitacional em Sorocaba pode começar hoje. **Diário de Sorocaba**, Sorocaba, SP, p. 5, 22 novembro 1990.

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Lei nº 9.394. Editora do Brasil S/A, publicado no Diário Oficial da União, de 23 de Dezembro de 1996.

DUARTE, Newton. *Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski*. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

\_\_\_\_\_. *VIGOTSKI E O "APRENDER A APRENDER": crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana*. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ENTREGA de chaves. **Diário de Sorocaba**, Sorocaba, SP, 04 dezembro 1992.

EROSÃO permanece. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 13 setembro 1995.

ESCOLAS no papel, crianças na rua..., **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 14 fevereiro 1993.

FALTAM melhorias sobram reclamações. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 25 abril 1993.

FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (orgs.). Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira S.A. 1986.

FRACALANZA, Paulo Sérgio. A gestão do Ensino Fundamental pelo Governo do Estado de São Paulo: Uma análise do financiamento e dos indicadores sociais da educação (1980-1993). Campinas, SP: Educação & Sociedade, ano XX, nº 69, Dezembro/1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio . EDUCAÇÃO E A CRISE DO CAPITALISMO REAL. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1996.

\_\_\_\_\_. Educação e a construção democrática no Brasil.....Da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (orgs.). Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, SP: Loyola, 2000.

GOVERNADOR anuncia obras durante a posse do irmão. Diário de Sorocaba, Sorocaba, SP, p. 3, 25 março 1993.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1966.

HAYEK, Friedrich A. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro, RJ: Expressão e Cultura: Instituto Liberal, 1987.

HELLER, Agnes - **O cotidiano e a História**. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra S/A, 1985.

IANNI, Octávio. Dialética & Capitalismo. 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 1985.

INAUGURAÇÃO de escola acaba em protesto contra o Paço. **Diário de Sorocaba**, Sorocaba, SP, 10 agosto 1994.

IPATINGA não sediará mais cidade-satélite. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 23 março 1989.

IPATINGA vai ganhar duas escolas num único prédio. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 23 dezembro 1992.

JÚLIO DE MESQUITA FILHO. Biografia... Disponível em:  
<[www.algosobre.com.br/biografias/julio-de-mesquita-filho](http://www.algosobre.com.br/biografias/julio-de-mesquita-filho)> (acessado em: 5/5/2008).

JÚNIOR, Décio Gatti. A História das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In ARAUJO, José Carlos Souza & JÚNIOR, Décio Gatti. (org.) NOVOS TEMAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

LEIS, Nilson. A caracterização do processo de urbanização e industrialização: o caso de Sorocaba. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Economia, PUC/SP, 1995.

LICITAÇÃO para 18 salas de aula sai em 72 horas. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 22 janeiro 1993.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In. NEVES, Lúcia. M. Warnderley.(org). O empresariamento da educação. Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 90. São Paulo, SP :Xamã, 2002.

LOMBARDI, José Claudinei & SANFELICE, José Luís. Liberalismo e Educação em Debate. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007.

MÃE do ouro deixou o Ipatinga. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 23 setembro 1978.

MÃES fazem passeata no centro da cidade exigindo escola prometida. **Diário de Sorocaba**, Sorocaba, SP, 11 março 1993.

MANIFESTAÇÃO: centenas pedem melhorias em escola estadual. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 21 junho 1995.

MANIFESTAÇÃO pede melhorias para escola do Sorocaba I. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 20 junho 1995.

MAPA do Conjunto Habitacional “Júlio de Mesquita Filho”. Disponível em:  
<[www.prefeituradesorocaba.gov.br](http://www.prefeituradesorocaba.gov.br)> (acessado em 13/12/2007).

MELO, Adriana A. Sales. O Projeto Neoliberal de Sociedade e de Educação. In. LOMBARDI, José Claudinei & SANFELICE, José Luís. Liberalismo e Educação em Debate. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007.

MELUCCI, Alberto. A invenção do Presente, Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

MÉSZÁROS, István. A EDUCAÇÃO PARA ALÉM do CAPITAL, São Paulo, SP: BOITEMPO EDITORIAL, 2005.

MORADORES querem escolas melhores. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 25 março 1996.

MOREIRA, Herivelto & CALEFFE, Luiz Gonzaga. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro: DP&A editora Ltda, 2006.

NETO, Wenceslau Gonçalves, Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In. ARAUJO, José Carlos Souza & JÚNIOR, Décio Gatti. (org.) NOVOS TEMAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

NEVES, Lúcia. M. Warnderley.(org). O empresariamento da educação. Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 90. São Paulo, SP :Xamã, 2002.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. AS PESQUISAS SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES: Balanço Crítico. Campinas, SP: UNICAMP, 2005.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; CASTRO, Cláudio de Moura (Orgs). Ensino fundamental & competitividade empresarial: uma proposta para ação do governo. São Paulo: Instituto Herbert Levy, 1993. Apud. PERONI, Vera. Política Educacional e papel do Estado. No Brasil dos Anos 90. São Paulo, SP: Xamã, 2003.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. Educação Pública e Privada na Constituição Federal de 1988. In ADRIÃO, Thereza & PERONI, Vera. O público e o Privado na Educação. São Paulo, SP: Xamã VM Editora, 2004.

PAÇO e Estado não sabem quem vai reformar a escola. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 28 dezembro 1995.

PAIS arcam com custo do transporte. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 14 fevereiro 1993.

PAIS de alunos fazem um protesto de alerta. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 10 maio 1998.

PAIS e alunos fazem 'caminhada pela educação' **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, p. 8, 11 março 1993.

PAIS Pedem auxílio da justiça para reconstruir quadra. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 29 abril 1996.

PERONI, Vera. Política Educacional e papel do Estado. No Brasil dos Anos 90. São Paulo: Xamã, 2003.

PLANO Diretor da E.E.P.S.G."Antonio Vieira Campos", 1995.

PÓLO habitacional. **Jornal Cruzeiro Sul**, Sorocaba, SP, p. 1, 21 outubro 1988.

PREFEITO Inaugura quadra e fala da violência. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 09 maio 1999.

PREFEITO inaugura nova escola. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 10 agosto 1994.

PREFEITURA isola área de risco em escola. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 13 maio 1998.

PREVISÃO de funcionamento é incerta. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 14 fevereiro 1993.

QUÉRCIA desapropria mil alqueires e não avisa. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, p. 9, 19 outubro 1988.

RAMOS, Marise N.. O Público e o Privado na Educação Profissional: As Políticas do MEC. In: ADRIÃO, T. e PERONI, V. (orgs.). O público e o privado na educação. Interfaces entre estado e sociedade. São Paulo: Xamã, 2005.

SAAE elimina erosão que ameaçava escola. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 04 julho 1998.

SAAE começa a drenar área de vertente que já ameaça escola. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 17 maio 1998.

SANFELICE, J. L. Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas. In: LOMBARDI, J. C. e outros (orgs.). A Escola Pública no Brasil. História e Historiografia. Campinas/SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2005(a), pp.89-105.

\_\_\_\_\_. A Problemática do público e do privado na história da educação. In: LOMBARDI, J.C. e outros (orgs.). O público e o privado na história da educação brasileira. Concepções e práticas educativas. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005(b), p. 177-185.

\_\_\_\_\_. HISTÓRIA, INSTITUIÇÕES ESCOLARES E GESTORES EDUCACIONAIS, Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.20-27, ago. 2006.

SÃO PAULO. Decreto nº 36.599, de 17 de março de 1993. Ato de criação e denominação.

SÃO PAULO. Decreto nº 7.400/75 de 15 de fevereiro de 1995, Art. 5, Resolução SE 36/95, Altera nomenclatura de escola e dá outras providências p. 12.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Lei 8.725 de 8 de abril de 1994. Diário Oficial do Estado, São Paulo, SP, 9 de abril de 1994.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. Conselho Estadual de Educação.

Parecer nº 67/98, aprovado em 18 de março de 1998, Normas Regimentais Básicas para escolas Estaduais. Capítulo I, Artigo 1º, parágrafo 1º. Publicado no DOE em 20/3/98 - Seção I - Página 13, março de 1998.

SEURB divulga relatório sobre o desmoronamento. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 29 dezembro 1995.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de e EVANGELISTA, O. Política Educacional. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2000.

SOROCABA. Câmara Municipal. Lei nº 5.099 de 16 de abril de 1996. Disponível em <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)> (acessado em 21/11/2007).

SOROCABA, população. Disponível em: <[www.polis.org.br](http://www.polis.org.br)> (acessado em 05/05/2008).

SOROCABA terá cinco novas escolas estaduais. **Diário de Sorocaba**, Sorocaba, SP, 02 agosto 1994.

TERRAPLANAGEM do Ipatinga começa hoje. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 27 dezembro 1990.

TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS. São Paulo, SP: CORTEZ EDITORA, 1996.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. Tradução de Mônica Corrlón. In O BANCO MUNDIAL E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS. São Paulo, SP: CORTEZ EDITORA, 1996.

\_\_\_\_\_. Que (e como) é necessário aprender? Necessidades básicas de aprendizagem e conteúdos curriculares. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995. Apud. SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de e EVANGELISTA, O. Política Educacional. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2002. 2ª Edição.

TRINCAS no prédio deixam 2.300 estudantes com medo de ir à escola. **Jornal Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, SP, 08 maio 1998.

VEREADORES discutem crise habitacional na cidade. **Diário de Sorocaba**, Sorocaba, SP, 28 setembro 1990.



**ANEXO B – ATA DA REUNIÃO DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA EEPG “ANTONIO VIEIRA CAMPOS”, INFORMANDO O NOVO ENDEREÇO, E A MUDANÇA DO NOME DA ESCOLA.**

CEP: 18051-140

- Diretor Social: Anduía de Lourdes Ribeiro Anhaia - RG: 22 403 575, CJC: 110.528.588/05, brasileira, casada, professor I, residente e domiciliada à rua Maestro Benedito de Camargo nº 214, aptº 33 - Jardim Guadalupe - CEP: 18046-210

- Diretor de Patrimônio - Angela Heice Ferreira Vieira - RG: 13.599.360, CJC: 021.007.458/24, brasileira, casada, professor I, residente e domiciliada à Alameda das Dalas nº 196 - Jardim Simus - CEP: 18055-650

O Conselho fiscal ficou assim constituído:

- Rosângela Mariano de Campos - RG: 20.980 795, CJC: 110.222.968/16, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada a rua doze nº 416 - Conjunto Habitacional Filio de Mesquita Filho - CEP: 18053-140

X - Maria Cleusa de Araújo dos Santos - RG: 12 807.473 - CJC: 020.829.258/62, brasileira, casada, funcionária municipal, residente e domiciliada à rua um nº 825 - Conjunto Habitacional Filio de Mesquita Filho - CEP: 18053-030

- Yoko Tsumita Cordero - RG: 17.794.628, CJC: 122.598.598-60, brasileira, casada, Secretária de Escola Designada, residente e domiciliada a rua quinze nº 20 - Conjunto Habitacional Filio de Mesquita Filho - CEP: 18053-170

No término da reunião, o Senhor Presidente Diretor Executivo declarou empessada, nos seus respectivos cargos, os demais membros eleitos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião que vai assinada pela Diretoria do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Eu Katia Aparecida Luz, secretária, designada para reunião lavrei a presente ata que vai por mim assinada.

Conselho Deliberativo

Sueli Martins Madureira - membro nato - Diretora Substituta da Escola *Imadureira*

Norma Cristina Silva Machado - *Norma Machado*

*Sueli Martins Madureira*  
RG: 4.897.497  
Diretor de Escola Subst.o

- 05, brasileira divorciada, professor III, residente e domiciliada à rua José Tórra, n.º 641, Bloco 3 B apt.º 15 - Bental Parque - CEP: 18050-300
- Cecília Aparecida de Paiva Tala - RG: 15.150.924, CIC: 47.937.928/98, brasileira, casada, professor III, residente e domiciliada à rua Monte e deus n.º 106 - Conjunto Habitacional Filio de Mesquita Filho - CEP: 18053-240
- Claudete de Castro Oliveira - RG: 19.903.362 - CIC: 92.520.048/40, brasileira, solteira, professor III, residente e domiciliada à rua Francisco Silva n.º 256 - Cerrado - CEP: 18043-080
- \* - Marcia Franca Santana - RG: 18.666.112 - CIC 106.114.978/16, brasileira, casada, professor II, residente e domiciliada à rua dezessis n.º 54 - Conjunto Habitacional Filio de Mesquita Filho - CEP: 18053-180
- \* - Sonia Maria Lopes - RG 15.937.462 - CIC: 072.001.768, do lar, brasileira, casada, residente e domiciliada à rua dezessis n.º 114 - Conjunto Habitacional Filio de Mesquita Filho - CEP: 18053-180
- Sivalde Borges da Cruz - RG: 9.633.489 - F, CIC: 184.032.268/37, brasileira, casada, costureira, residente e domiciliada à rua seis n.º 1087 - Conjunto Habitacional Filio de Mesquita Filho - CEP: 18053-080
- Denise de Souza Pinto de Almida - RG: 13.312.998, CIC: 030.398.518/86, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada à rua Onze n.º 281 - Conjunto Habitacional Filio de Mesquita Filho - CEP: 18053-130
- Raquel Aparecida Vieira da Veiga - RG: 26.863.328-9, CIC: 164.330.658/80, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada à rua dezessete n.º 367 - Conjunto Habitacional Filio de Mesquita Filho - CEP: 18053-190
- Carlos Adriel de Souza - RG: 23.242.978-9, CIC: 143.231.598/62, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliada à rua quinze n.º 122 - Conjunto Habitacional Filio de Mesquita Filho - CEP: 18053-140
- Marta Della Terra Silva - RG: 24.825.983, CIC: 150.616.138/30,

2

- brasileira, casada, estudante, residente e domiciliada à rua dois, n° 841 - Conjunto Habitacional filho de Mesquita Filho - CEP: 18053-040
- Lígia Maria Reis Cardoso - RG: 26.507.652-8, CTC: 122.675.158/06, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada à rua cinco, n° 1005 - Conjunto Habitacional filho de Mesquita Filho - CEP: 18053-040
- Presquirindo, cabe ao Conselho Deliberativo eleito, a eleição da Diretoria Executiva Fiscal. A Diretoria Executiva ficou assim constituída:
- Diretor Executivo: Zenaida de Oliveira Moraes - RG: 5.771.033, CTC: 751.236.068/15, brasileira, casada, professor I, residente e domiciliada à rua nove, n° 121 - Conjunto Habitacional filho de Mesquita Filho - CEP: 18053-110
- Vice-Diretor Executivo: Isabel Cristina de Castro - RG: 12.661.575, CTC: 021.004.628-73, brasileira, solteira, professor II, residente e domiciliada à rua Cruz e Souza n° 242 - Arvore Grande - CEP: 18013-240
- Secretária: Emília Maria dos Anjos Teixeira - RG: 17.221.225, CTC: 099.315.638/00, professor I, brasileira, solteira, residente e domiciliada à Av. Pereira da Silva n° 175 - Santa Rosália - CEP: 18095-340
- Y - Diretor Financeiro: Yara Maria Sales de Campos - RG: 4.928.427, CTC: 099.316.968/36, brasileira, casada, residente e domiciliada à rua treze, n° 28, inspetora de plumes - Conjunto Habitacional filho de Mesquita Filho - CEP: 18053-150
- X - Vice-Diretor Financeiro: Maira Teixeira Chumi - RG: 10.996.316, CTC: 085.018.908/4, brasileira, casada, professor I, residente e domiciliada à rua Afânazio Soares n° 1043 - 18075-000
- Diretor Cultural: Josi de Jesus Nogueira Rodrigues - RG: 14.300.137, CTC: 037.854.388/18, brasileiro, divorciado, professor III, residente e domiciliado à rua dois, n° 553 - Conjunto Habitacional filho de Mesquita Filho - CEP: 18053-040
- Diretor de Esportes: Margarith Kiyomi Chida - RG: 3.415.145, CTC: 122.994.328/50, brasileira, casada, professor III, residente e domiciliada à rua Scipione Landulfo n° 204 - Central Parque -

Secretaria de Estado de Educação  
 Coordenadoria de Ensino do Interior  
 Divisão de Ensino de Sorocaba  
 Delegacia de Ensino de Sorocaba  
 E. E. P.G. "Antônio Vieira Campos"

A

- X Ata da reunião de fundação da Associação de Pais e Mestres, do E.E. P.G. "Antônio Vieira Campos", em Sorocaba, sito à rua 11 n.º 155 no Conjunto Habitacional Júlio de Mesquita Filho. Aos 8 (oito) dias do mês de agosto de 1974 (hum mil novecentos e noventa e quatro) às 14:00 (catorze) horas por convocação da Senhora Diretora Substituta Sueli Martins Madureira, foi realizada a reunião da Assembleia Geral da Associação de Pais e Mestres do Estabelecimento, com o objetivo de proceder a eleição do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da mesma, contando com a presença dos pais de alunos, alunos, corpo docente, Diretor. A Senhora Diretora Substituta iniciou a reunião agradecendo a presença dos pais, salientou a importância da Escola para o Bairro, pedindo conscientizar mais uma vez os pais para a preservação da Escola como patrimônio deles e fundamental para a criança. Procedeu a leitura do Estatuto Padião da Associação de Pais e Mestres e em seguida teve diversos esclarecimentos sobre a mesma, ressaltando sua importância na vida escolar que tem como objetivo primordial favorecer a integração do triângulo família - escola - comunidade na obra comum de educação da infância e da juventude. A seguir procedeu-se a eleição do Conselho Deliberativo, que ficou assim constituído: - Sueli Martins Madureira - Diretora de Escola Substituta responsável pela Unidade Escolar Membro Nato - RG, 4.897.490, CTC: 555.162.498/87, brasileira, casada, residente e domiciliada à Rua Dulce Rios de Oliveira n.º 58 - Jardim Sandra em Sorocaba - CEP: 18031-250  
 - Norma Cristina Silva Machado - RG. 16.382.556, CTC: 122.616.397

Cecilia Aparecida de Paiva Tala	-	<del>Luiz Aparecido Paiva Tala</del>
Claudete de Castro Oliveira	-	Claudete de C. Oliveira
Marcia Franca Santana	-	Marcia Franca Santana
Sonia Maria Lopes	-	Sonia M <sup>te</sup> Lopez de Mello
Gracilde Borges da Cruz	-	Gracilde Borges da Cruz
Denise de Souza Pinto de Almeida	-	Denise de S. P. de Almeida
Raquel Aparecida Vieira da Veiga	-	Raquel Aparecida Vieira da Veiga
Carlos Adriel de Souza	-	Carlos Adriel de Souza
Marta Della Terra Silva	-	Marta Della Terra Silva
Ligia Mara Reis Cordino	-	<del>Ligia</del>
Diretoria Executiva:		
Zenaida de Oliveira Moraes	-	Zenaida de Moraes
Isabel Cristina de Castro	-	<del>Isabel</del>
Emilia M <sup>a</sup> dos Anjos Teixeira	-	Emilia
Yara M <sup>a</sup> Sales de Campos	-	Yara M <sup>a</sup> Sales de Campos
Marisa Teixeira Chisini	-	Marisa T. Chisini
José de Jesus Nogueira Rodrigues	-	José Rodrigues
Margareth Kiyomi Chida	-	Margareth Kiyomi Chida
Andria de Landus Ribeiro Anhaia	-	Andria
Angela Merice Ferreira Vieira	-	Angela
Conselho Fiscal		
Resangela Mariano de Campos	-	Resangela M. Campos
Maria Cleusa de Araújo dos Santos	-	<del>Maria</del>
Yoko Tsuruta Cordeiro	-	Yoko Tsuruta Cordeiro
Gracilde Borges da Cruz	-	

**ANEXO C - ATA DA REUNIÃO DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA EEPG "ANTONIO VIEIRA CAMPOS", INFORMANDO O NOVO ENDEREÇO, E A MUDANÇA DO NOME DA ESCOLA**

6

- Vice diretor financeiro: Magno Francisco Santos RG 13431.113  
CIC brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado a rua nove, 96 Conjunto Habitacional Julio de Mesquita Filho

- Diretor cultural: José de Jesus Nogueira Rodrigues, RG 14.300.137, CIC 034854388/18, brasileiro, divorciado, professor III, residente e domiciliado a rua dois, 553, Conjunto Habitacional Julio de Mesquita Filho

- Diretor de Esportes: Margarete Kyomi Chida, RG 3.415.175, CIC 122.994.328/50, brasileira casada, professor III, residente e domiciliada a rua Saprone Landulfo, 204, Central Parque.

- Diretor Social: Andreia de Lourdes Ribeiro Antaia RG: 22.403.545, CIC: 110.528.588/05, Brasileira, casada, professor I, residente e domiciliada a rua oito, 708 Conjunto Habitacional Julio de Mesquita Filho

- Diretor de patrimonio: Angela Canavezzi, RG 11929352.3, CIC 020.658.568/31, brasileira, casada, inspetora de aluno, residente e domiciliada a rua catorze 425, Conjunto Habitacional Julio de Mesquita Filho.

o Conselho fiscal ficou assim constituído:

- Rosângela Mariano de Campos - RG 20.980.495, CIC 110.222.368/46, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada a rua doze, 410 - Conjunto Habitacional Julio de Mesquita Filho.

- Yoko Tsuruta Cordeiro RG 14.794.628, CIC 122.598.593/60, brasileira, casada, Secretária de Escola designada, residente e domiciliada a rua quinze, 20 - Conjunto Habitacional Julio de Mesquita Filho.

Após o término da presente sessão o senhor presidente, diretor executivo declarou empossado, nos seus respectivos cargos, os demais membros eleitos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião que vai assinada pela diretoria ao conselho Deliberativo, Diretoria

- Marcia Lance Santana RG. 18.666.712 CIC 106.114.978/16, brasileira, casada, prof III, residente e domiciliada a rua dezessis nº 54 - Conjunto Habitacional Julio de Mesquita

- Maria Aparecida Marcelino RG. 20.695.806 CIC 110.523.888/14 brasileira, solteira, prof III, residente e domiciliada a rua prof. José Reginato, 26

X Raquel Aparecida Vieira da Veiga - RG. 26.863.328-9 CIC 164.330.658/80, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada a rua dezessete nº 367 - Conjunto Habitacional Julio de Mesquita Filho

- Carlos Adriel de Souza - RG. 23.242.978-9, CIC 143.231.598/62 brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado a rua quinze, 122 - Conjunto Habitacional Julio de Mesquita Filho

- Marta Della Serra Silva - RG. 24.825.983, CIC 150.616.138/30, brasileira, casada, estudante, residente e domiciliada a rua dois, 841 - Conjunto Habitacional Julio de Mesquita Filho. Proseguindo com o Conselho Deliberativo eleito a eleição da diretoria executiva fiscal. A diretoria executiva ficou assim constituída:

- Diretor Executivo: Jenaiide de Oliveira Moraes, RG. 5471033 CIC: 451.236.068/15, brasileira, casada, professor I, residente e domiciliada a rua nove, 121 - Conjunto Habitacional Julio de Mesquita Filho

- Vice Diretor Executivo: Isabel Cristina de Castro RG: 12.661.545, CIC 021.004.628-43, brasileira, solteira, professor II, residente e domiciliada a rua Cruz e Souza, 242 - Arvore Grande

- Secretaria: Emilia Maria dos Anjos Teixeira, RG. 17.221.225, CIC 099.315.638/00, professora I, brasileira, solteira, residente e domiciliada a av. Pereira da Silva, 145, Santa Rosália

- Diretor financeiro: Yara Maria Sales de Campos, RG. 4.928.428 CIC 099.346.968/36, brasileira, casada, residente e domiciliada a rua treze, 28, Conjunto Habitacional Julio de Mesquita Filho

de julho de um mil novecentos e noventa e cinco às dez e nove horas, numa das salas do Estabelecimento por convocação da sua diretora designada da escola prof. Sueli Martins Madureira, RG. 4.894.490, foi realizada a reunião da Assembleia Geral do APM da C.E.P.S.G. 'Antonio Vieira Campos' com o objetivo de registar, que a partir do Triginário primeiro dia do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e quatro, o nosso estabelecimento mudou de endereço e se instalou na av. "A" nº 3272 no Conjunto Habitacional 'Julio de Mesquita Filho', registrado também que, segundo a resolução da Secretaria de Educação 36/95, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, aos quinze dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e noventa e cinco, (Decreto 1.400/95 artigo 5º página 12) o nome estabelecimento transformar-se em C.E.P.S.G. 'Antonio Vieira Campos'.  
 Provedor-se a eleição do Conselho Deliberativo que ficou assim constituída: Sueli Martins Madureira - Diretora de Escola designada responsável pela unidade escolar membro nato - RG. 4.894.490 CIC 555.462.498/87, brasileira, casada, residente e domiciliada a Rua Dulce Rios de Oliveira nº 58 - Jardim Sandra - CEP 18081-250  
 - Norma Cristina Silva Machado - RG 16.382.556, CIC 122.616.398/05, brasileira divorciada prof III, residente e domiciliada à rua José Solora nº 641, Bloco 3 B apto 15 - Central Parque - Cep 18050-300  
 - Lourdes Aparecida de Paiva Lima, RG 17.285.018 CIC 110.218.338/51, brasileira, casada, prof III, residente e domiciliada à rua dezesseis, nº 520 - Conjunto Habitacional Julio de Mesquita Filho  
 - Claudete de Castro Oliveira - RG 19.903.362 - CIC 92520048/60 brasileira solteira prof III, residente e domiciliada à rua Francisco Silva nº 256 - Cerrado

3

#Ata da reunião da Associação de Pais e Mestres de  
"EEPSG" Antonio Vieira Campos. Aos treze dias do m

X

secretaria e Conselho Fiscal. Eu Finaide de Oliveira moran,  
 uma secretaria designada para a reunião, larvi qui  
 vai por mim assinada. ~~Ilvencio~~  
 Humberto ~~Paulo~~ Davila, a Cláudia de C. Oliveira, Maria Roguel  
 Zé Anelo, ~~Marta~~ Ilvencio ~~Costa~~ Entuzia  
~~Luiz~~ ~~Paulo~~ ~~Rodrigues~~ ~~Margareth~~ ~~Alcides~~ ~~Correia~~  
~~Angelo~~ ~~João~~ ~~Luís~~ ~~Marcia~~ ~~L. de~~ ~~Almeida~~ ~~do~~ ~~Brasil~~

## ANEXO D – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DEPUTADO HAMILTON PEREIRA - OFICIO Nº200/97



Deputado  
HAMILTON PEREIRA

389 Educação- Escola  
EEPSG Antônio Vieira  
de Campos 25/09/97

OFICIO Nº 200 / 97

Sorocaba, 25 de setembro de 1997

Prezado(a) Senhor(a),

Há quase dois anos estamos cobrando dos Poderes Públicos, estadual e municipal, realização de obras para corrigir o terreno e recuperar o prédio, quadra de esportes e muro da Escola Estadual de Primeiro Grau “Antônio Vieira de Campos”, localizada em Sorocaba, sem que qualquer providência tenha sido tomada até o momento.

As obras executadas nessa unidade escolar, há mais de dois anos, por empresa contratada pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação, órgão estadual, foram danificadas pela erosão do solo, que provocou o desmoronamento do muro e da quadra de esportes da escola.

Dirigimos, acerca do problema, Requerimento de Informação nº 3.245 à Sra. Secretária da Educação em 06/11/95; a resposta chegou em 04/11/96, portanto depois de um ano. Informou a titular da pasta que “o solapamento do terreno externo à escola, que motivou o desmoronamento do muro e da quadra de esportes, ocorreu em virtude da falta de captação de águas pluviais pela rede pública, pois quando de sua execução a Prefeitura Municipal interrompeu a referida rede, deixando a saída das águas diretamente sobre o terreno vizinho ao prédio escolar, provocando erosão”.

Diante da resposta, apresentamos, em 30/04/97, Indicação ao Sr. Governador para que reiterasse o pedido à Prefeitura de Sorocaba para providenciar a captação de águas pluviais, bem como para determinar à Secretaria de Estado da Educação a realização da reconstrução da quadra de esportes e do muro da EEPG “Antônio Vieira de Campos”.

Na mesma data encaminhamos ofício ao Sr. Prefeito de Sorocaba, anexando a Indicação, encarecendo na realização de obras para captação de águas pluviais.



Deputado  
HAMILTON PEREIRA

Recebemos agora, da Sra. Secretária da Educação, resposta à Indicação acima citada, onde reporta-se à Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual. Menciona que estão iniciando “o reestudo das necessidades para elaboração do Plano de Obras/SE”, afirmando que “a descentralização de recursos hoje é realidade, repassando-se às Escolas verba trimestral para manutenção, conservação e limpeza do prédio”. Ressalta, em seguida, as discussões já avançadas a respeito da municipalização do ensino.

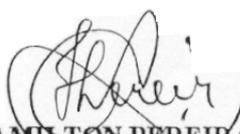
Dessa forma, não sinalizou a Secretaria com a perspectiva de determinar a realização das obras, ao contrário, remete para a municipalização do ensino; portanto, transfere os ônus para a Prefeitura.

Alertamos dessa forma, à comunidade, aos usuários da unidade escolar sobre os riscos de total deterioração do equipamento, em face da omissão da Prefeitura e da transferência de responsabilidades praticada pela Secretaria da Educação.

Entendemos que a mobilização e cobrança às autoridades são alternativas sempre indicadas aos cidadãos, mostrando-se eficazes para fazer valer os seus direitos.

Colocamo-nos ao seu inteiro dispor, no ensejo, apresentamos nossos protestos de consideração.

Atenciosamente,



HAMILTON PEREIRA  
Deputado Estadual



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CASA CIVIL

FLS. N.º 03  
REL. 3453  
PROTOCOLO  
LEGISLATIVO

São Paulo, 25 de agosto de 1997.

CC-ATL n.º 1060

Junte-se Ciência Arquivar-se  
26. 08. 1997  
PAULO KOBAYASHI Presidente

Senhor 1º Secretário

Ref: Indicação n.º 1499/97  
Autoria: Deputado Hamilton Pereira

Tenho a honra de encaminhar a essa ilustre Assembléia, por intermédio de Vossa Excelência, cópia das informações prestadas pela Secretaria da Educação, a respeito da matéria objeto da Indicação em epígrafe.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Walter Feldman

SECRETÁRIO - CHEFE DA CASA CIVIL

INCLUIDO NO EXPEDIENTE DA  
SESSÃO DE 26/08/97  
SERVIÇO DE REGISTRO PARLAMENTAR

A Sua Excelência o Senhor Deputado Milton Monti, 1º Secretário da Egrégia Mesa da Assembléia Legislativa do Estado.

ENTREGUE A MESA M  
26 ABO 14 19 97 019307



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

GABINETE DA SECRETÁRIA  
 Praça da República, 53 - sala 204 - CEP: 01045-903

PROCESSO:  
 INTERESSADO:  
 ASSUNTO:

1499/5800/97  
 Assessoria Técnico-Legislativa  
 Indicação nº 1499/97

FLS. N.º 04
ROL 3453
PROTÓCOLO LEGISLATIVO

Trata-se da Indicação supracitada de autoria do nobre Deputado Hamilton Pereira, dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para reiterar com urgência, o pedido à Prefeitura do Município de Sorocaba para que seja efetuada captação de águas pluviais, determinando à Secretaria da Educação providências para reconstrução da quadra de esportes e do muro da EEPG "Antonio Vieira de Campos", em Sorocaba.

A respeito do solicitado cumpre-me informar que concluídos os estudos quanto ao atendimento à demanda escolar/97, iniciam-se o reestudo das necessidades para elaboração do Plano de Obras/SE, visando à priorização de obras novas, reforma geral e emergencial, ampliação de salas de aula, adequação de ambientes, reforma e/ou a construção de muros, calçadas, zeladorias e a manutenção necessária dos prédios escolares para um adequado atendimento ao alumnado.

Com a Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual, muitas mudanças ocorreram, foram estabelecidas novas diretrizes para o ensino público paulista. Entre elas, reorganizar as escolas de modo a atender de acordo com a faixa etária e nível de escolaridade, proporcionando maior tempo de permanência diária do aluno em sala de aula, proposta esta, que em 1996 abrangeu a 73% das Escolas Estaduais e o aumento da permanência do professor na escola contribui diretamente para a qualidade de ensino.

Na implementação da proposta para toda a rede estão sendo implantadas várias medidas visando a melhoria das condições físicas das escolas, a dotação de equipamentos e materiais didáticos necessários à melhoria da qualidade de ensino e o aperfeiçoamento



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

Praça da República, 53 - sala 204 - CEP: 01045-903

FLS. N° 05
REL. 3453
PROCESO LEGISLA. 110

dos docentes, destacando-se, entre outras, a educação continuada dos professores, classes de aceleração e recuperação nas férias. A descentralização dos recursos hoje é realidade, repassando-se às Escolas verba trimestral para manutenção, conservação e limpeza do prédio, às Delegacias de Ensino para aquisição de mobiliário escolar e outros.

Informo também que estão avançadas as discussões a respeito da municipalização de ensino fazendo-se cumprir as determinações legais quanto à aplicação dos recursos na educação, conforme estabelecido na Constituição Federal e na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, publicada no D.O.U. de 23/12/96

Restitua-se à Assessoria Técnico-Legislativa.

G.S. em 30 de julho de

  
 p/ ROSE NEUBAUER DA SILVA  
 Secretária da Educação



Deputado  
HAMILTON PEREIRA

**INDICAÇÃO Nº                   , DE 1997**

Considerando que em 06/11/95 protocolamos Requerimento de Informação nº 3.245, dirigido à Sra. Secretária da Educação, onde questionamos execução de obras na EEPG “Antonio Vieira de Campos”, em Sorocaba;

Considerando que nessa propositura apontamos ocorrência de danificação da obra pela erosão de solo, demonstrando que a edificação havia sido efetuada sem a devida análise do terreno;

Considerando que apresentamos a Emenda nº 636, ao Projeto de Lei Orçamentária para o Exercício de 1997, prevendo remanejamento de recursos para a Secretaria da Educação “corrigir o terreno e recuperar o prédio, quadra de esportes e muro da EEPG Antonio Vieira de Campos, em Sorocaba”;

Considerando que a Emenda nº 636 não foi aprovada, apesar do esforço empreendido pelos deputados membros das bancadas progressistas, para aumentar a destinação de recursos para a educação;

Considerando que recebemos resposta ao Requerimento de Informações, através do Ofício G.S. nº 1064/96, da Sra. Secretária, onde esclarece que o “solapamento do terreno externo à escola, que motivou o desmoronamento do muro e da quadra de esportes, ocorreu em virtude da falta de captação de águas pluviais pela rede pública, pois quando da sua execução, a Prefeitura Municipal interrompeu a referida rede, deixando a saída das águas diretamente sobre o terreno vizinho ao prédio escolar, provocando erosão;

Considerando que nesse mesmo ofício a Sra. Secretária da Educação informa que “oficiou em 13/02/95 à Prefeitura Municipal de Sorocaba, solicitando providências para solucionar o problema acima relatado”;

Considerando que decorridos mais de dois anos da solicitação acima, nenhuma providência foi tomada;

Considerando que há risco de desmoronamento do muro próximo à quadra de esportes face às rachaduras, sendo que a área teve que ser isolada;

007772

30 ABR 15 03 56



Deputado  
HAMILTON PEREIRA

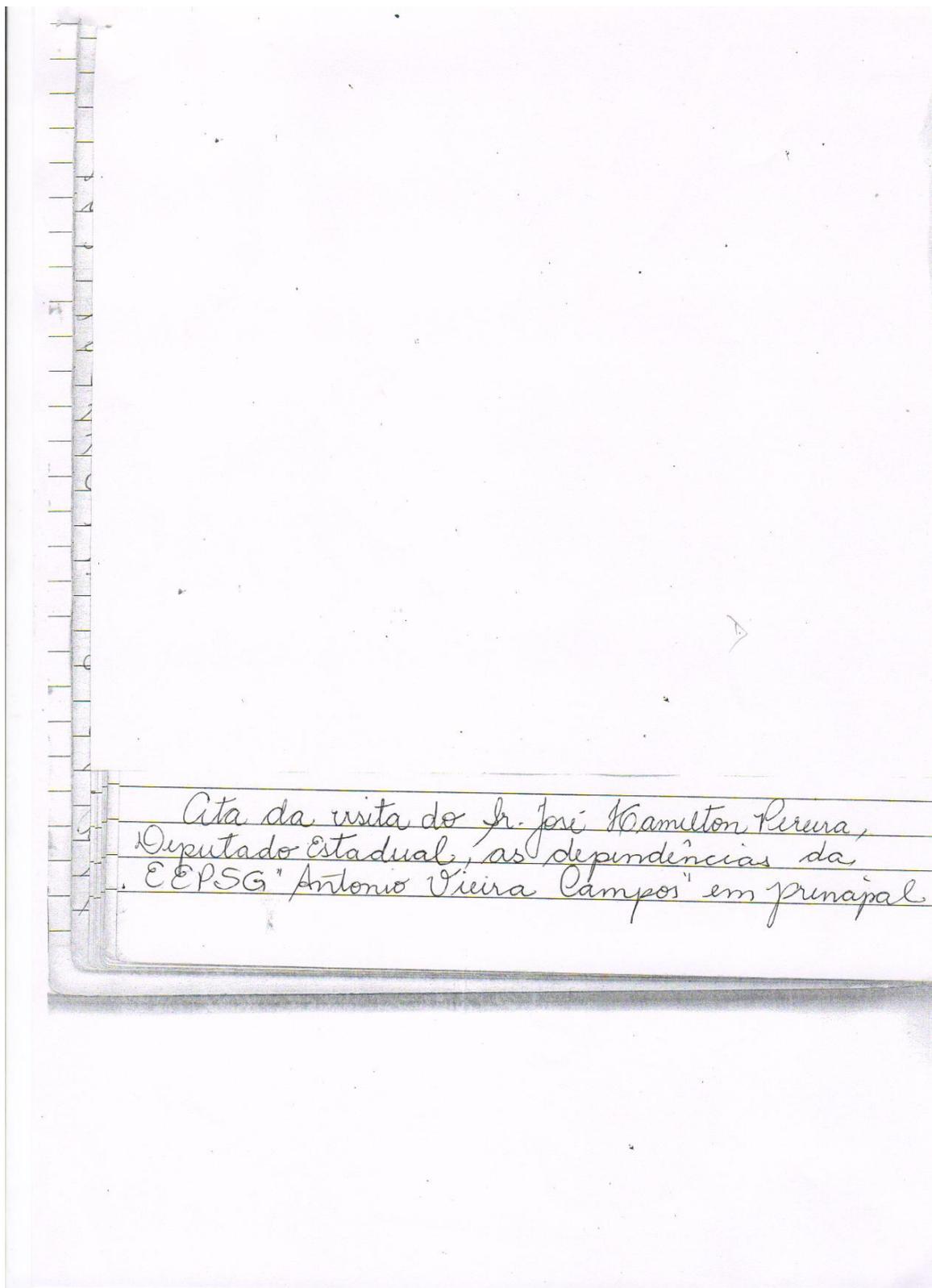
Considerando que a demora na execução das medidas necessárias encarecerá cada vez mais as obras para recuperação da quadra de esportes, face ao avanço da erosão;

Considerando que para recuperação da quadra ou construção da mesma em outro local deverão ser realizados os estudos técnicos pertinentes;

INDICO, nos termos regimentais, ao Sr. Governador do Estado reiterar, com urgência, o pedido à Prefeitura do Município de Sorocaba para que seja efetuada captação de águas pluviais, determinando à Secretaria da Educação providências para reconstrução da quadra de esportes e do muro, da EEPG "Antonio Vieira de Campos", em Sorocaba.

Sala das Sessões,

HAMILTON PEREIRA  
Deputado Estadual

**ANEXO E - ATA REGISTRANDO A VISITA DE AUTORIDADES PÚBLICAS NA ESCOLA**

a quadra de esportes que está prejudicada devido a erosões das águas pluviais, desde janeiro de um mil novecentos e noventa e cinco. A referida visita deu-se às dez horas sendo a mesma acompanhada pela Sr. Doutora Jueli Martins Madureira juntamente com o Grupo de Apoio da APM. Nada mais a tratar, encerra-se porocaba, 30 de outubro de 1994.

~~Phereira~~ Jurema ~~Adauto~~ J. Marta de Oliveira  
Município de Sorocaba

Nos vigésimo quinto dia de novembro de um mil novecentos e noventa e sete. As onze horas estiveram na OEPs 9. "Antonio Vieira Campos" o deputado estadual José Hamilton Pereira, a engenheira da Prefeitura municipal de Sorocaba <sup>CRN 060158532-9</sup> Eldeia Maria de Souza e alguns pais, para examinarem a nossa quadra de esportes, prejudicada e interditada desde janeiro de um mil novecentos e noventa e cinco.

~~Phereira~~ Jurema ~~Adauto~~ J. Marta de Oliveira Município de Sorocaba